

# PROJETO DE PPP

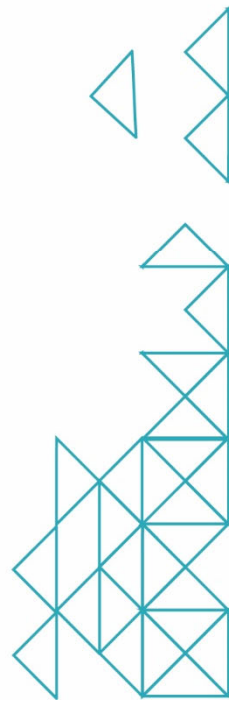
## PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6304/2023



Modalidade concessão administrativa, para a contratação dos serviços públicos especializados de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos (coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos).

### ANEXO I - MINUTA DO CONTRATO DE CONCESSÃO





## ANEXO I – MINUTA DO CONTRATO DE CONCESSÃO

**CONTRATO DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS ESPECIALIZADOS DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O [...PODER CONCEDENTE...], COM A CONCESSIONÁRIA [=], E INTERVENIÊNCIA DA ENTIDADE REGULADORA [SEMASA OU ARSESP], DECORRENTE DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº [=].**

Concorrência Pública nº [=]

Processos Administrativos nº [=]

Contrato nº [=]/2023

### PREÂMBULO

Pelo presente instrumento, de um lado,

**O SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL DE SANTO ANDRÉ - SEMASA**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/ME sob nº [=], com sede na [=], nº [=], Bairro [=], Município de Santo André, Estado de São Paulo, neste ato representada pelo Sr. [=], portador da Cédula de Identidade R.G nº [=] e do CPF/ME nº [=], ora **PODER CONCEDENTE**; e

De outro,

[CONCESSIONÁRIA], pessoa jurídica de direito privado, sociedade de propósito específico, inscrita no CNPJ/ME sob o nº [=], com sede na [=], Município de Santo André, Estado de São Paulo, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) [=], portador(a) da Cédula de Identidade RG nº [=], e CPF/ME sob o nº [=], doravante denominada **CONCESSIONÁRIA**;

E, na qualidade de interveniente-anuente,

[ENTIDADE REGULADORA (SEMASA/ARSESP)], agência reguladora de serviços públicos especializados de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, criada pela Lei [Municipal/Estadual] nº [=], de [=] de [=] de 20[=], inscrita no CNPJ/ME sob o nº [=], com sede na [=], ora **ENTIDADE REGULADORA**

**PODER CONCEDENTE** e **CONCESSIONÁRIA**, doravante denominados em conjunto como “Partes” e, individualmente, como “Parte”,

## CONSIDERANDO QUE

(A) O Município de Santo André/SP convocou a iniciativa privada por meio da Resolução nº 001/2019, do Conselho Gestor do Programa Municipal de PPP a apresentar estudos de viabilidade econômico-financeira, de viabilidade técnica e jurídica para a concessão administrativa dos serviços públicos especializados de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;

(B) A delegação dos serviços públicos especializados de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos por meio de concessão administrativa é uma forma de aumentar a eficiência na prestação destes serviços e reduzir as despesas públicas, de forma a garantir a limpeza efetiva da cidade e a gestão integrada dos resíduos, com a máxima valorização possível;

(C) O **PODER CONCEDENTE** decidiu atribuir à iniciativa privada a operação e manutenção dos serviços de limpeza urbana, bem como a disposição, o processamento e o tratamento dos resíduos sólidos, nos termos da Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, alterada pela Lei Federal nº 14.026, 15 de julho de 2020, no Município de Santo André, conforme autorizado pelo artigo 209 da Lei Orgânica do Município de Santo André, e pelo Chefe do Poder Executivo;

(D) O **PODER CONCEDENTE** instaurou processo licitatório, em que a Concessionária/Consórcio, integrado pela(s) empresa(s) [=], sagrou-se vencedor, apresentando a melhor proposta e constituindo a **SPE** para assinatura do presente **CONTRATO**;

(E) Resolvem as **PARTES** celebrar o presente **CONTRATO DE CONCESSÃO ADMINISTRATIVA**, em conformidade com o disposto no Edital de Concorrência nº [=], Lei Municipal nº 9.122/2009, Lei Federal nº 11.079/2004 (“Lei de Parceiras Público-Privadas”), e no que for aplicável, pela Lei Federal nº 8987/1995 (“Lei de Concessões e Permissões de Serviços Públicos”), Lei Federal nº 8.666/1993 (“Lei de Licitações”) e demais normas que regulamentam a matéria, disciplinando-se pelas cláusulas e condições fixadas neste instrumento, a seguir transcritas.

## CAPÍTULO I

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

#### CLÁUSULA 1ª – DAS DEFINIÇÕES

1.1 Para os fins do presente **CONTRATO**, e sem prejuízo de outras definições aqui estabelecidas, as seguintes definições aplicam-se às respectivas expressões:

# PROJETO DE PPP (PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA) DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 6304/2023

<b>ANEXOS</b>	São os documentos integrantes do <b>CONTRATO DE CONCESSÃO</b> , nos termos da Cláusula 2ª deste <b>CONTRATO</b> , e que inclui o <b>EDITAL</b> e demais <b>ANEXOS</b> ao <b>EDITAL</b> .
<b>AMPLIAÇÃO DA 2ª E DA 3ª FASE DO ATERRO SANITÁRIO DE SANTO ANDRÉ</b>	Obrigação prevista no <b>ANEXO II - Elementos do PROJETO BÁSICO e Termo de Referência dos Investimentos e dos Serviços</b> .
<b>ÁREA DA CONCESSÃO</b>	É o limite territorial do <b>MUNICÍPIO</b> , que será atendido pela <b>CONCESSIONÁRIA</b> por meio da prestação dos <b>SERVIÇOS e OBRAS</b> , nos termos do <b>CONTRATO</b> e seus <b>ANEXOS</b> .
<b>ATERRO ATUAL</b>	É o aterro existente no <b>MUNICÍPIO</b> , localizado na Rua Fernando Costa, Bairro Parque Gerassi, CEP 09120-305, no qual serão realizadas as atividades de gerenciamento ambiental e geotécnico.
<b>BENS REVERSÍVEIS</b>	Bens indispensáveis à continuidade dos <b>SERVIÇOS</b> relacionados ao objeto da <b>CONCESSÃO</b> , os quais serão revertidos ao <b>PODER CONCEDENTE</b> ao término do <b>CONTRATO DE CONCESSÃO</b> .
<b>BENS VINCULADOS À CONCESSÃO</b>	Bens, integrantes ou não do patrimônio da <b>CONCESSIONÁRIA</b> , necessários à implantação adequada e contínua dos <b>SERVIÇOS</b> objeto deste <b>CONTRATO</b> .
<b>CAU OU CENTRAL DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO</b>	Central de serviços a ser implantada, gerenciada e operada pela <b>CONCESSIONÁRIA</b> , para onde convergem todas as comunicações de <b>USUÁRIOS</b> , incluindo reclamações, sugestões, elogios, pedidos de informações, pedidos de providências etc.
<b>CASO FORTUITO</b>	Evento imprevisível e inevitável que tenha um impacto sobre a execução do objeto da <b>CONCESSÃO</b> . Significa toda situação, extraordinária e imprevisível (ou previsível, porém, cujos efeitos não se podem evitar), decorrente de ato alheio à vontade das <b>PARTES</b> e proveniente de atos humanos, incluindo, apenas a título exemplificativo, sem qualquer limitação à generalidade do conceito contido no art. 393 e parágrafo único do Código Civil, as situações de sabotagem, vandalismo, terrorismo, hostilidades ou invasões, atos de guerra, subversão, tumultos, guerrilha, comção civil, revolução, insurreição militar, golpe de estado, estado de sítio, declaração de estado de defesa ou lei marcial, condições extremas e adversas de mercado.
<b>CCO OU CENTRO DE CONTROLE OPERACIONAL</b>	Centro técnico que deverá ser implantado, gerido e operado pela <b>CONCESSIONÁRIA</b> visando garantir a efetividade, eficácia e eficiência da operação dos <b>SERVIÇOS</b> , realizando o gerenciamento e o controle dos mesmos. Deverá ser capaz de receber dados operacionais, processá-los, transformá-los em informações subsidiando o processo de tomada de decisão, as ações e a elaboração de relatórios gerenciais, entre outros.
<b>CONCESSÃO OU CONCESSÃO ADMINISTRATIVA</b>	É a concessão de prestação dos <b>SERVIÇOS</b> e implementação das <b>OBRAS</b> e demais <b>INVESTIMENTOS</b> , de que o <b>MUNICÍPIO</b> será usuário indireto, outorgada nos termos da Lei Federal nº 11.079/2004



<b>CONCESSIONÁRIA</b>	<b>SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO</b> , constituída de acordo e sob as leis brasileiras, com o fim exclusivo de execução do objeto da <b>CONCESSÃO</b>
<b>CONTA DE ARRECADAÇÃO OU CONTA GARANTIA</b>	Contas bancárias do tipo “ <i>escrowaccount</i> ”, conjuntamente denominadas <b>CONTA DE ARRECADAÇÃO</b> ou <b>CONTA GARANTIA</b> , de titularidade do <b>PODER CONCEDENTE</b> , na modalidade de conta de depósito, para movimentação exclusiva dos valores arrecadados da <b>TAXA DE COLETA</b> , bem como de outras receitas destinadas à manutenção do <b>SALDO MÍNIMO</b> , cedidas fiduciariamente à <b>CONCESSIONÁRIA</b>
<b>CONTRATO OU CONTRATO DE CONCESSÃO</b>	É o presente instrumento jurídico, que rege a <b>CONCESSÃO ADMINISTRATIVA</b>
<b>CONTROLADORES</b>	As pessoas físicas e/ou jurídicas que detêm o controle societário da <b>CONCESSIONÁRIA</b> , nos termos do art. 116, da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.
<b>CONTROLE</b>	Para os efeitos aqui previstos, significa o exercício pela pessoa, natural ou jurídica, ou o grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto, ou sob controle comum que (i) seja titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia-geral e o poder de eleger a maioria dos administradores da sociedade; e (ii) usa efetivamente seu poder para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da sociedade.
<b>CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b>	Documento integrante do <b>PLANO EXECUTIVO DE TRABALHO</b> , que define os prazos para execução das <b>OBRAS</b> e demais obrigações da <b>CONCESSIONÁRIA</b> , o qual deverá ser apresentado ao <b>PODER CONCEDENTE</b> para aprovação.
<b>CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA OU REMUNERAÇÃO</b>	Significa a contrapartida devida à <b>CONCESSIONÁRIA</b> pela prestação dos <b>SERVIÇOS</b> e pelos investimentos realizados pela <b>CONCESSIONÁRIA</b> , nos termos deste <b>CONTRATO</b>
<b>CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL OU REMUNERAÇÃO MENSAL</b>	Significa a contrapartida mensal devida à <b>CONCESSIONÁRIA</b> pela prestação dos <b>SERVIÇOS</b> e pelos investimentos realizados pela <b>CONCESSIONÁRIA</b> , nos termos do <b>CONTRATO</b> .
<b>COMISSÃO DE MEDIAÇÃO</b>	Comitê responsável pela condução dos procedimentos destinados à resolução de divergências técnicas na execução do <b>CONTRATO</b>
<b>DATA DA ORDEM DE INÍCIO</b>	Data correspondente à ordem de início dos <b>SERVIÇOS</b> objeto da <b>CONCESSÃO</b> a ser exarada por escrito pelo <b>PODER CONCEDENTE</b> à <b>CONCESSIONÁRIA</b> , depois de publicado o <b>CONTRATO</b> no Diário Oficial do <b>MUNICÍPIO</b>
<b>DATA DE PUBLICAÇÃO DO CONTRATO NO DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO.</b>	Data que determina o início da eficácia do <b>CONTRATO</b> , sendo que a sua publicação deve ocorrer, imediatamente após a sua assinatura, no Diário Oficial do Município de Santo André;
<b>DATA DE EFICÁCIA DO CONTRATO</b>	Data na qual o <b>CONTRATO</b> torna-se eficaz e passa a produzir efeitos

# PROJETO DE PPP (PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA) DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 6304/2023

<b>DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO</b>	São os documentos relativos à habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação técnica e qualificação econômico-financeira apresentado pela <b>CONCESSIONÁRIA</b> , na Concorrência Pública que originou o <b>CONTRATO</b>
<b>EDITAL</b>	É o instrumento convocatório e seus anexos, regulador dos termos e condições da <b>LICITAÇÃO</b> , para a execução dos <b>SERVIÇOS</b> , que é Anexo do presente <b>CONTRATO</b>
<b>ENTIDADE REGULADORA</b>	É a entidade designada pelo <b>PODER CONCEDENTE</b> , nos termos da <b>LEI FEDERAL DE SANEAMENTO</b> , como responsável pelas atividades de regulação e fiscalização dos <b>SERVIÇOS</b>
<b>ESTAÇÕES DE COLETA</b>	É o local onde os munícipes poderão efetuar a entrega de materiais recicláveis, resíduos volumosos e resíduos da construção e demolição (até 2 m <sup>3</sup> /habitante/dia), nos termos do item 17.1. do <b>PROJETO BÁSICO</b>
<b>FATOR DE QUALIDADE</b>	É o conjunto de metas, padrões de qualidade, formas de aferição e periodicidade para a avaliação da qualidade dos <b>SERVIÇOS</b> prestados pela <b>CONCESSIONÁRIA</b> , que impactam o valor da <b>CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA</b> devida à <b>CONCESSIONÁRIA</b> , nos termos deste <b>CONTRATO</b>
<b>FINANCIADORES</b>	Toda(s) e qualquer instituição financeira, banco de fomento ou agência multilateral de crédito, que conceda financiamento à <b>CONCESSIONÁRIA</b> para a execução do objeto deste <b>CONTRATO</b>
<b>FORÇA MAIOR</b>	Evento imprevisível e inevitável que tenha um impacto sobre a execução do objeto da <b>CONCESSÃO</b> . É toda situação decorrente de fato alheio à vontade das <b>PARTES</b> , porém, proveniente de atos da natureza
<b>GARANTIA PÚBLICA</b>	Significa a garantia a ser prestada pelo <b>PODER CONCEDENTE</b> , nos termos da Cláusula 35 deste <b>CONTRATO</b> , para assegurar o pagamento da <b>REMUNERAÇÃO</b> , nos termos do <b>CONTRATO</b>
<b>GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO</b>	É a garantia a ser prestada e mantida pela <b>CONCESSIONÁRIA</b> , na forma estabelecida na Cláusula 34 deste <b>CONTRATO</b> , para garantir o fiel cumprimento do <b>CONTRATO</b> , inclusive o pagamento das sanções pecuniárias a ela aplicadas
<b>GRUPO ECONÔMICO</b>	Para efeitos deste Edital, compõem o grupo econômico da Proponente as sociedades coligadas, controladas ou de simples participação, nos termos dos artigos 1.097 e seguintes, do Código Civil e do artigo 278, da Lei Federal nº 6.404/76, e as empresas ou fundos de investimentos que possuam diretores, gestores ou acionistas (com mais de 10% de participação) ou representantes legais comuns, bem como aquelas que dependem econômica ou financeiramente de outra empresa ou fundo de investimento, além das empresas ou fundos de investimento sujeitos a uma mesma estrutura global, incluindo compartilhamento global de conhecimento, governança e política corporativa

<b>INFRAESTRUTURA DE MANEJO</b>	É a infraestrutura composta pela <b>UNIDADE DE TRATAMENTO MECÂNICO, UNIDADE DE BENEFICIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO, ESTAÇÕES DE COLETA, UNIDADE DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE, UNIDADE DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS ORGÂNICOS e AMPLIAÇÃO DA 2ª E 3ª FASE DO ATERRO SANITÁRIO DE SANTO ANDRÉ</b> a ser implantada, operada e mantida pela <b>CONCESSIONÁRIA</b> nos termos descritos no <b>PROJETO BÁSICO</b>
<b>INVESTIMENTOS</b>	São as intervenções inerentes à implantação da <b>UNIDADE DE TRATAMENTO MECÂNICO, UNIDADE DE BENEFICIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO, ESTAÇÕES DE COLETA, UNIDADE DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE, UNIDADE DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS ORGÂNICOS e AMPLIAÇÃO DA 2ª E 3ª FASE DO ATERRO SANITÁRIO DE SANTO ANDRÉ</b> , entre outros equipamentos indispensáveis à prestação dos <b>SERVIÇOS</b> objeto deste <b>EDITAL</b> , e que se encontram descritos e caracterizados no <b>PROJETO BÁSICO</b>
<b>IPCA</b>	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE)
<b>LICENÇAS</b>	São as autorizações, licenças, alvarás e demais atos administrativos a serem emitidos pelos órgãos competentes, necessárias à execução dos <b>SERVIÇOS</b> , e especialmente para a implantação das <b>OBRAS</b> objeto deste <b>CONTRATO DE CONCESSÃO</b> , especificados no <b>PROJETO BÁSICO</b>
<b>LICENCIAMENTO AMBIENTAL</b>	É o instrumento de gestão ambiental estabelecido pela Lei Federal n.º 6.938/1981, que abrange o conjunto de procedimentos e licenças que avaliam impactos ambientais dos empreendimentos e que será obtido pela <b>CONCESSIONÁRIA</b> nos termos do <b>ANEXO VI – Diretrizes para o Licenciamento Ambiental</b>
<b>LICITAÇÃO</b>	O procedimento administrativo da Concorrência n.º [=], que tem por objetivo selecionar a proposta mais vantajosa com vistas à outorga da <b>CONCESSÃO</b> objeto do <b>CONTRATO</b>
<b>LICITANTE VENCEDORA</b>	Empresa ou consórcios de empresas que se sagraram vencedores da <b>LICITAÇÃO</b>
<b>LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS</b>	São os <b>SERVIÇOS e investimentos</b> a serem oferecidos pela <b>CONCESSIONÁRIA</b> , nos termos descritos no <b>PROJETO BÁSICO</b>
<b>MUNICÍPIO</b>	Município de Santo André
<b>OBJETO</b>	É a outorga da <b>CONCESSÃO ADMINISTRATIVA</b> dos <b>SERVIÇOS</b> e investimentos relacionados à <b>LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS</b> do Município de Santo André regulamentada nos termos do presente <b>CONTRATO</b>



# PROJETO DE PPP (PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA) DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 6304/2023

<b>OBRAS</b>	O conjunto de obras e atividades correlatas, inclusive a aquisição e instalação dos bens e equipamentos, nos quais estão compreendidas todas as ações relacionadas para a perfeita execução do objeto, incluindo a implantação da <b>UNIDADE DE TRATAMENTO MECÂNICO, UNIDADE DE BENEFICIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO, ESTAÇÕES DE COLETA, UNIDADE DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE, UNIDADE DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS ORGÂNICOS E AMPLIAÇÃO DA 2ª E DA 3ª FASE DO ATERRO SANITÁRIO DE SANTO ANDRÉ</b> , nos termos do <b>PROJETO BÁSICO</b>
<b>ORDEM DE INÍCIO DAS OBRAS</b>	É a ordem emitida pelo <b>PODER CONCEDENTE</b> que configura o início de cada uma das <b>OBRAS</b> pela <b>CONCESSIONÁRIA</b> , obedecidas todas as condições preliminares ao início das <b>OBRAS</b> e as disposições legais
<b>ORDEM DE SERVIÇOS OU ORDEM DE INÍCIO</b>	É a ordem emitida pelo <b>PODER CONCEDENTE</b> que autoriza o início da prestação do objeto da <b>CONCESSÃO</b> pela <b>CONCESSIONÁRIA</b> , observado o disposto no <b>EDITAL</b> e no <b>CONTRATO</b>
<b>PARTE(S)</b>	O <b>PODER CONCEDENTE</b> e a <b>CONCESSIONÁRIA</b>
<b>PLANO DE NEGÓCIOS</b>	É documento de estruturação dos negócios a serem desenvolvidos pela <b>CONCESSIONÁRIA</b> , na qualidade de prestadora dos <b>SERVIÇOS</b> , a ser elaborado de acordo com o <b>ANEXO IV – Modelo de Proposta Econômica e Diretrizes para Elaboração do Plano de Negócios</b> do <b>EDITAL</b> , que deverá acompanhar a <b>PROPOSTA ECONÔMICA</b>
<b>PLANO DE NEGÓCIOS DE REFERÊNCIA – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	Plano de negócios apresentado pelo <b>PODER CONCEDENTE</b> contendo estudo referencial de viabilidade econômico-financeira do empreendimento, tal como descrito no <b>ANEXO V A - Plano de Negócios de Referência - Demonstração do Resultado do Exercício</b> do Edital
<b>PLANO DE TRABALHO</b>	Parte integrante da <b>PROPOSTA ECONÔMICA</b> contemplando o conjunto de informações com indicação dos procedimentos operacionais e metodologia a ser executada pela licitante para execução dos <b>SERVIÇOS</b> .
<b>PLANO EXECUTIVO DE TRABALHO</b>	Documento apresentado pela <b>CONCESSIONÁRIA</b> com a descrição das atividades e etapas necessárias à prestação dos <b>SERVIÇOS</b> e realização dos <b>INVESTIMENTOS</b> , autorizações e licenças necessárias para a operação do <b>OBJETO</b> conforme <b>CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO</b> constante do mesmo plano, respeitadas as diretrizes contidas no <b>PROJETO BÁSICO</b> , na <b>PROPOSTA TÉCNICA</b> e na <b>PROPOSTA ECONÔMICA</b> , considerando tanto <b>PLANO DE NEGÓCIOS</b> quanto o <b>PLANO DE TRABALHO</b> .
<b>PODER CONCEDENTE</b>	É o Serviço Municipal de Saneamento Ambiental de Santo André – <b>SEMASA</b> .
<b>PODER PÚBLICO</b>	Significa, para efeitos do <b>CONTRATO</b> , quaisquer entes públicos integrantes da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta, incluindo o <b>PODER CONCEDENTE</b>
<b>PRAZO OU PRAZO CONTRATUAL</b>	É o período de 30 (trinta) anos, prorrogáveis conforme o limite legal

<b>PROJETO BÁSICO</b>	<p>É o documento elaborado e apresentado por meio do <b>ANEXO II – Elementos do Projeto Básico e Termo de Referência dos Investimentos e dos Serviços</b> do <b>EDITAL</b>, composto do conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, o complexo de obras ou serviços, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem viabilidade técnica e adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, que possibilite a avaliação do custo da obra, a definição de métodos e prazos de execução, de acordo com as Normas Técnicas da ABNT no que diz respeito à implantação da <b>UNIDADE DE TRATAMENTO MECÂNICO, UNIDADE DE BENEFICIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO, ESTAÇÕES DE COLETA, UNIDADE DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE, UNIDADE DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS ORGÂNICOS E AMPLIAÇÃO DA 2ª E 3ª FASE DO ATERRO SANITÁRIO DE SANTO ANDRÉ</b></p>
<b>PROJETO EXECUTIVO</b>	<p>É o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, o complexo de obras ou serviços, elaborado com base no <b>PROJETO BÁSICO</b> e nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem viabilidade técnica e adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, compreendendo memorial técnico, memorial descritivo, especificações técnicas e desenhos, que possibilite o perfeito entendimento e execução completa da obra, de acordo com as Normas Técnicas da ABNT, no que diz respeito à implantação da <b>UNIDADE DE TRATAMENTO MECÂNICO, UNIDADE DE BENEFICIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO, ESTAÇÕES DE COLETA, UNIDADE DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE, UNIDADE DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS ORGÂNICOS E AMPLIAÇÃO DA 2ª FASE DO ATERRO SANITÁRIO DE SANTO ANDRÉ</b></p>
<b>PROPOSTA ECONÔMICA</b>	<p>É a proposta da <b>LICITANTE VENCEDORA</b>, contendo a oferta da <b>CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA</b>, a ser paga à <b>CONCESSIONÁRIA</b>, por força do <b>CONTRATO</b>, elaborada de acordo com o <b>ANEXO V – Diretrizes de Apresentação da Proposta Econômica</b> do <b>EDITAL</b></p>
<b>PROPOSTA TÉCNICA</b>	<p>É a proposta da <b>LICITANTE VENCEDORA</b>, elaborada de acordo com o <b>ANEXO IV – Diretrizes de Apresentação da Proposta Técnica</b> do <b>EDITAL</b>, que vincula a <b>CONCESSIONÁRIA</b></p>
<b>RECEITAS ACESSÓRIAS</b>	<p>Significam quaisquer receitas alternativas, acessórias, complementares ou de projetos associados às advindas do recebimento da <b>REMUNERAÇÃO</b>, com exceção das <b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>, a serem exploradas pela <b>CONCESSIONÁRIA</b>, nos termos do <b>CONTRATO</b>.</p>

# PROJETO DE PPP (PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA) DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA E MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

PROCESSO ADMINISTRATIVO 6304/2023

<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>	Significam as receitas oriundas de aplicações financeiras pela <b>CONCESSIONÁRIA</b> , incluindo, mas não se limitando a juros, descontos recebidos, receitas de títulos vinculados ao mercado aberto, receitas sobre outros investimentos, prêmio de resgate de títulos e debêntures, bem como as atualizações monetárias pré-fixadas, as variações monetárias dos direitos de crédito e das obrigações em função da taxa de câmbio ou de índices ou coeficientes aplicáveis por disposição legal ou contratual, dentre outras dessa natureza
<b>RELATÓRIO DE DESEMPENHO</b>	É o documento elaborado pela <b>CONCESSIONÁRIA</b> e enviado ao <b>PODER CONCEDENTE</b> ou ao <b>VERIFICADOR INDEPENDENTE</b> por ela contratado, nos termos e nos prazos determinados pelo <b>PODER CONCEDENTE</b> , a fim de atestar, periodicamente, o status e desenvolvimento da execução do <b>OBJETO</b> da <b>CONCESSÃO</b>
<b>RESÍDUOS SÓLIDOS</b>	Termo utilizado para denominar o conjunto de todos os tipos de resíduos gerados e coletados pelo serviço municipal, incluindo, mas não se limitando a: a) resíduos gerados em atividades domésticas, compostos de restos de alimentos, embalagens e produtos em geral que são descartáveis pelos munícipes; b) resíduos originários de atividades comerciais (lanchonetes, lojas etc.), industriais e de serviços (escritórios e empresas de prestação de serviço) cuja responsabilidade pelo manejo não seja atribuída ao gerador; c) resíduos da construção civil cuja responsabilidade pelo manejo não seja atribuída ao gerador; e d) resíduos originários das atividades de varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana existentes no <b>MUNICÍPIO</b> , tais como descritos e caracterizados no <b>PROJETO BÁSICO</b>
<b>SALDO MÍNIMO</b>	Saldo mínimo a ser depositado e mantido na <b>CONTA GARANTIA</b> , correspondente ao valor mínimo de ____ <b>CONTRAPRESTAÇÕES PÚBLICAS MENSAIS</b> .
<b>SERVIÇOS OU SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA</b>	São todas as atividades integrantes dos serviços públicos especializados de limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, programas e instalações, que deverão ser executados pela <b>CONCESSIONÁRIA</b> no <b>MUNICÍPIO</b> , nos termos em que descritos na Cláusula 5ª deste <b>CONTRATO</b> , bem como no <b>PROJETO BÁSICO</b>
<b>SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO OU SPE</b>	É a pessoa jurídica de direito privado constituída pela <b>LICITANTE VENCEDORA</b> , nos prazos e nas condições definidas no <b>EDITAL</b> , que é a <b>CONCESSIONÁRIA</b> responsável pela execução dos <b>SERVIÇOS</b> , nos termos do presente <b>CONTRATO</b>
<b>SUBCONTRATADAS</b>	Empresas indicadas pela <b>CONCESSIONÁRIA</b> para o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares à execução do <b>OBJETO</b> , incluindo a subcontratação de equipamentos relacionados à execução do <b>OBJETO</b>
<b>TAXA DE COLETA</b>	Refere-se à taxa de coleta, remoção e destinação de resíduos sólidos ficam instituídas e disciplinadas pela Lei Municipal nº 9.439/2012.

<b>UNIDADE DE BENEFICIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO</b>	Equipamento a ser implantado pela <b>CONCESSIONÁRIA</b> , nos termos do <b>PROJETO BÁSICO</b>
<b>UNIDADE DE TRATAMENTO MECÂNICO</b>	Equipamento a ser implantado pela <b>CONCESSIONÁRIA</b> , nos termos do <b>PROJETO BÁSICO</b>
<b>UNIDADE DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS ORGÂNICOS</b>	Equipamento a ser implantado pela <b>CONCESSIONÁRIA</b> , nos termos do <b>PROJETO BÁSICO</b>
<b>UNIDADE DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE</b>	Equipamento a ser implantado pela <b>CONCESSIONÁRIA</b> , nos termos. do <b>PROJETO BÁSICO</b>
<b>USUÁRIOS FINAIS</b>	São os moradores do <b>MUNICÍPIO</b> , que serão direta e efetivamente beneficiados pelos <b>SERVIÇOS</b> e <b>OBRAS</b>
<b>VALOR DO CONTRATO</b>	Significa valor em R\$ (reais) calculado com base no Valor Presente Líquido (VPL) do fluxo de caixa dos lucros futuros da <b>CONCESSIONÁRIA</b> descontados pelo WACC - custo médio ponderado entre capital próprio e dívida - ao longo do <b>PRAZO</b> de vigência da <b>CONCESSÃO</b>
<b>VALOR PAGO PELOS SERVIÇOS</b>	É o valor pago pelo <b>PODER CONCEDENTE</b> pelos <b>SERVIÇOS</b> prestados a serem apresentados pelos <b>LICITANTES</b> em suas <b>PROPOSTAS ECONÔMICAS</b> , conforme determinado no <b>EDITAL</b>
<b>VERIFICADOR INDEPENDENTE</b>	Entidade a ser selecionada pelo <b>PODER CONCEDENTE</b> e contratada pela <b>CONCESSIONÁRIA</b> , responsável por garantir o cumprimento dos pressupostos do <b>CONTRATO</b> e pelo monitoramento do processo de aferição do desempenho da <b>CONCESSIONÁRIA</b> .

## **CLÁUSULA 2ª – DOS DOCUMENTOS INTEGRANTES DO CONTRATO**

**2.1** Integram o presente **CONTRATO**, como partes indissociáveis, os seguintes **ANEXOS**:

**ANEXO I – EDITAL** e seus **ANEXOS**

**ANEXO II – PROPOSTA ECONÔMICA** apresentada pela **LICITANTE VENCEDORA**;

**ANEXO III – PROPOSTA TÉCNICA** apresentada pela **LICITANTE VENCEDORA**;

**ANEXO IV**– Apólices de seguro e **GARANTIA DE EXECUÇÃO**;

**ANEXO V** – Remuneração da Concessionária (Anexo VIII do **EDITAL**)

**ANEXO VI** – Documentos constitutivos da SPE

**ANEXO VII** – Matriz de Risco Contratual (Anexo IX do **EDITAL**).

### **CLÁUSULA 3ª – DA INTERPRETAÇÃO**

**3.1** Na interpretação, integração ou aplicação de qualquer disposição deste **CONTRATO**, deverão ser consideradas as cláusulas contratuais e, depois, as disposições dos **ANEXOS** que nele se consideram integrados, conforme indicado na Cláusula 2ª.

**3.1.1** Nos casos de divergência entre as disposições do **CONTRATO** e as disposições dos **ANEXOS** que o integram, prevalecerão as disposições do **CONTRATO**.

**3.2** As referências a este **CONTRATO** ou a qualquer outro documento incluem eventuais alterações e aditivos que venham a ser celebrados entre as **PARTES**.

### **CLÁUSULA 4ª – DO REGIME JURÍDICO DA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA**

**4.1** Este **CONTRATO** é regido pelas disposições e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e disposições de Direito Privado, que lhe sejam específicas.

**4.2** A **CONCESSÃO** será regida pelas seguintes normas e documentos, considerando suas modificações posteriores:

- a. Constituição Federal;
- b. Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004;
- c. Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995;
- d. Lei Federal nº 9.074, de 07 de julho de 1995;
- e. Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, naquilo que lhe for aplicável;
- f. Lei Federal nº 9.307, de 23 de setembro de 1996;
- g. Lei Federal nº 12.305, de 02 de agosto de 2010;
- h. Lei Federal nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007;
- i. Lei Municipal nº [=] (Lei proposta pela Modelagem);
- j. Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente CONAMA e Deliberações Normativas pertinentes;
- k. Normas técnicas e instruções normativas pertinentes;



## I. EDITAL e seus ANEXOS

**4.3** O regime jurídico deste **CONTRATO** confere ao **PODER CONCEDENTE** as prerrogativas de:

- a)** Alterá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, assegurado sempre o seu equilíbrio econômico-financeiro;
- b)** Promover sua extinção, observando as condições e cláusulas previstas neste **CONTRATO DE CONCESSÃO**, principalmente no que tange às normas de indenização;
- c)** Fiscalizar sua execução;
- d)** Aplicar as sanções estipuladas neste **CONTRATO DE CONCESSÃO**, além das previstas em lei, em razão de sua inexecução parcial ou total.

## CAPÍTULO II

### DO OBJETO DO CONTRATO E DO PRAZO DA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA

#### CLÁUSULA 5ª – DO OBJETO

**5.1** O **OBJETO** do presente **CONTRATO** consiste na realização, pela **CONCESSIONÁRIA**, das **OBRAS** e **INVESTIMENTOS** e prestação dos **SERVIÇOS Públicos Especializados de Limpeza Urbana, Manejo e Gestão dos Resíduos Sólidos**, mediante **CONCESSÃO ADMINISTRATIVA**.

**5.2** As características e especificações técnicas referentes à execução do **OBJETO** estão indicadas neste **CONTRATO** e respectivos **ANEXOS**.

**5.2.1.** Sem prejuízo do disposto no **EDITAL** e seus **ANEXOS**, bem como na **PROPOSTA ECONÔMICA** e na **PROPOSTA TÉCNICA** apresentada pela **LICITANTE VENCEDORA**, a execução do **OBJETO** deste **CONTRATO**, incluindo a realização dos **INVESTIMENTOS** e das **OBRAS**, deverá obedecer ao disposto nas normas, padrões e demais procedimentos constantes da legislação aplicável especialmente às normas de caráter ambiental, e também ao disposto no **EDITAL** e em seus **ANEXOS**, bem como a documentação apresentada pela **LICITANTE VENCEDORA**.

**5.3** A **CONCESSIONÁRIA** deverá ser responsável por todos os custos para a realização e

implementação das **OBRAS**.

**5.3.1.** A **CONCESSIONÁRIA** poderá indicar terrenos para eventuais desapropriações por parte do **PODER CONCEDENTE**, ficando responsável por todas as indenizações necessárias para a transferência de propriedade do terreno no limite de R\$ [=] ([=]).

**5.3.2.** Nas hipóteses em que seja necessária a desapropriação de área por parte do **PODER CONCEDENTE**, a **CONCESSIONÁRIA** deverá encaminhar ofício com a delimitação da área necessária para a implantação das **OBRAS**.

**5.3.3.** O **PODER CONCEDENTE** tem o prazo de 30 (trinta) dias para emissão do eventual Decreto de Utilidade Pública, correndo a negociação e o pagamento das indenizações por parte da **CONCESSIONÁRIA**, observando-se o limite da Cláusula 5.3.1. do **CONTRATO**.

**5.3.4.** Caso haja atraso do **PODER CONCEDENTE** na emissão do eventual Decreto de Utilidade Pública, deve ser assegurado o equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO**.

**5.3.5.** As **PARTES** poderão em comum acordo alterar o limite previsto na Cláusula 5.3.1 deste **CONTRATO**.

**5.4.** Sem prejuízo do disposto no **CONTRATO** seus **ANEXOS** e na **PROPOSTA ECONÔMICA** da **LICITANTE VENCEDORA**, a execução do objeto deverá obedecer ao disposto nas normas, padrões e demais procedimentos constantes da legislação aplicável.

**5.5.** A presente **CONCESSÃO ADMINISTRATIVA** pressupõe a adequada prestação dos **SERVIÇOS**, assim considerados aqueles que satisfizerem às condições de regularidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia, equidade e continuidade, nos termos e condições do Plano Nacional dos Resíduos Sólidos, aprovado pela Lei Federal nº 12.305/2010, e, especialmente, o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do **MUNICÍPIO**.

**5.6.** O **PODER CONCEDENTE** deverá fiscalizar a adequada prestação dos **SERVIÇOS**, incluindo a realização das **OBRAS** objeto do **CONTRATO DE CONCESSÃO**.

**5.7.** O **PODER CONCEDENTE** deverá se restringir a fiscalização do prazo para implantação das **OBRAS**, além de verificar se estas, quando entreguem, estão de acordo com o **PROJETO BÁSICO**, devendo a responsabilidade pela execução das **OBRAS** estar adstrita à **CONCESSIONÁRIA**.

**5.8.** É condição para a emissão da **ORDEM DE INÍCIO** o cumprimento pelo **PODER CONCEDENTE** das seguintes condições abaixo indicadas:

**5.8.1.** Publicação do extrato do contrato no Diário Oficial;

**5.8.2.** Constituição de CONTA GARANTIA específica e celebração de Contrato de Administração de CONTA GARANTIA:

**5.8.2.1.** Assegurando a garantia de pagamento da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA pelo PODER CONCEDENTE;

**5.8.2.2.** Instituinto a obrigação do PODER CONCEDENTE fazer com o que a arrecadação da TAXA DE COLETA seja direcionada para essa CONTA GARANTIA;

**5.8.2.3.** Instituinto a obrigação do PODER CONCEDENTE de nomear AGENTE DE PAGAMENTO, com plenos poderes para administrar e direcionar os recursos da CONTA GARANTIA e fazer os pagamentos da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA;

**5.8.2.4.** Instituinto a obrigação do PODER CONCEDENTE de manter na CONTA GARANTIA nunca saldo menor que \_\_\_\_\_ CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA;

**5.8.2.5.** Permitindo ao AGENTE DE PAGAMENTO o reestabelecimento do saldo mínimo da conta vinculada, se o caso, com valores provenientes do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) e/ou outro meio indicado no instrumento, independentemente de interferência do PODER CONCEDENTE.

**5.9.** O início das **OBRAS** pela **CONCESSIONÁRIA** estará condicionado à emissão da **ORDEM DE INÍCIO DAS OBRAS** pelo **PODER CONCEDENTE**, após a ocorrência de todos os eventos abaixo referidos:

**a)** disponibilização e transferência pelo **PODER CONCEDENTE** à **CONCESSIONÁRIA** da posse dos imóveis nos quais serão executadas as **OBRAS** necessárias à execução da **CONCESSÃO**;

**b)** concessão da **GARANTIA PÚBLICA**, pelo **PODER CONCEDENTE** à **CONCESSIONÁRIA**, em valor suficiente para garantir os investimentos a serem realizados pela **CONCESSIONÁRIA**.

**5.10.** A **CONCESSIONÁRIA** deverá utilizar materiais cuja qualidade seja compatível com as normas editadas pelos órgãos técnicos especializados e, ainda, cumprir todas as especificações e normas técnicas brasileiras que assegurem a integral solidez e segurança às **OBRAS**, tanto na fase de construção, quanto na de operação.

**5.11.** A **CONCESSIONÁRIA**, ao finalizar determinada **OBRA** prevista no **PROJETO BÁSICO**

e neste **CONTRATO** notificará o **PODER CONCEDENTE** para verificar o adimplemento do presente **CONTRATO** no prazo de até 15 (quinze) dias.

**5.12. O PODER CONCEDENTE** se limitará a verificar se a **OBRA** realizada pela **CONCESSIONÁRIA** está de acordo com o previsto no **PROJETO BÁSICO** e no **CONTRATO**.

**5.12.1.** Caso o **PODER CONCEDENTE** verifique que a **OBRA** está de acordo com as previsões contratuais, emitirá Declaração de Adimplemento Contratual no que tange à **OBRA** específica certificando o cumprimento das exigências no prazo de 15 (quinze) dias, não podendo reclamar posteriormente sobre esta questão.

**5.12.2.** Caso o **PODER CONCEDENTE** verifique que a **OBRA** não atende ao disposto no **CONTRATO** e no **PROJETO BÁSICO**, solicitará as adequações necessárias à **CONCESSIONÁRIA**.

**5.12.3.** Caso a **CONCESSIONÁRIA** não concorde com a negativa do **PODER CONCEDENTE** prevista na subcláusula anterior, encaminhará sua defesa no prazo de 10 (dez) dias, demonstrando que a **OBRA** está de acordo com o **CONTRATO** e com o **PROJETO BÁSICO**.

**5.12.4.** O **PODER CONCEDENTE** analisará o pleito da **CONCESSIONÁRIA** no prazo de 15 (quinze) dias.

**5.12.5.** Caso as **PARTES** não solucionem a controvérsia, poderá ser instituído o mecanismo de solução de conflitos previstos neste **CONTRATO**.

**5.13.** A **CONCESSIONÁRIA** será responsável por qualquer defeito nas **OBRAS**, devendo consertá-lo durante o prazo da **CONCESSÃO**, sendo obrigada a deixar o objeto da **OBRA** em perfeito estado após o decurso do prazo contratual.

**5.14.** A **CONCESSIONÁRIA** não terá qualquer vínculo empregatício com os trabalhadores cadastrados nas cooperativas, devendo a operação da central de triagens e o resultado da venda dos produtos desta operação ser de exclusiva responsabilidade das cooperativas cadastradas no **MUNICÍPIO**.

## **CLÁUSULA 6<sup>a</sup> – DO PRAZO**

**6.1** O prazo de vigência da **CONCESSÃO** é de 30 (trinta) anos, contados da **DATA DA ORDEM DE INÍCIO**.

**6.2** O início da prestação dos **SERVIÇOS** pela **CONCESSIONÁRIA** estará condicionado à emissão da **ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS** pelo **PODER CONCEDENTE**, a qual poderá coincidir ou não com a **DATA DE EFICÁCIA DO CONTRATO**.

**6.2.1** A **ORDEM DE INÍCIO DAS OBRAS** e a **ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS** são independentes entre si, podendo ser emitidas pelo **PODER CONCEDENTE**, em momentos diversos da **CONCESSÃO**, contados a partir da **DATA DE EFICÁCIA DO CONTRATO**.

**6.3** O prazo de que trata a Cláusula 6.1. será prorrogado, respeitados os limites estabelecidos na legislação aplicável e nas hipóteses contempladas neste **CONTRATO**, diante da caracterização da seguinte hipótese:

**6.3.1.** inexistirem investimentos em atraso para realização pela **CONCESSIONÁRIA**;

**6.3.2.** a **CONCESSIONÁRIA** estiver prestando os **SERVIÇOS** de maneira adequada, tendo atingido média mínima de \_\_\_\_\_ no **FATOR DE QUALIDADE** ao longo dos últimos \_\_\_\_\_ anos da **CONCESSÃO**;

**6.3.3.** a **CONCESSIONÁRIA** concordar em realizar novos investimentos na **CONCESSÃO**, conforme determinados pelo **PODER CONCEDENTE** com base em estudo técnico, jurídico e econômico-financeiro, em relação ao qual a **CONCESSIONÁRIA** poderá se manifestar e oferecer contribuições.

**6.4.** O requerimento de prorrogação poderá ocorrer por iniciativa da **CONCESSIONÁRIA**, desde que sua manifestação seja expressa, com antecedência mínima de 12 (doze) meses do término do prazo do **CONTRATO**, exceto no caso de reequilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO**.

**6.4.1** O requerimento de prorrogação deverá ser acompanhado dos comprovantes de regularidade e adimplemento das obrigações fiscais, previdenciárias e dos compromissos e encargos assumidos pela **CONCESSIONÁRIA** relativamente à execução dos **SERVIÇOS**, bem como de quaisquer outros encargos previstos nas normas legais e regulamentares então vigentes, além do estudo prévio da viabilidade econômico-financeira da prorrogação, com fixação de novos investimentos e **FATORES DE QUALIDADE**, tendo-se em vista as condições vigentes à época.

**6.4.2** O **PODER CONCEDENTE** manifestar-se-á sobre o requerimento de prorrogação até o 8º (oitavo) mês anterior ao término do prazo do **CONTRATO**.



## **CAPÍTULO III**

### **DA SPE**

#### **CLÁUSULA 7ª - DA FINALIDADE E DO CAPITAL SOCIAL**

**7.1** A **SPE**, constituída pela **LICITANTE VENCEDORA**, deve ter como objeto a execução dos **SERVIÇOS** e **OBRAS**, bem como a realização das atividades correlatas, de modo a viabilizar o cumprimento deste **CONTRATO DE CONCESSÃO**.

**7.2** O prazo de duração da **SPE** deverá corresponder ao prazo de vigência deste **CONTRATO DE CONCESSÃO**.

**7.3** Fica certo que a **SPE** deverá ser mantida como subsidiária integral da **LICITANTE VENCEDORA**, ou sociedade anônima de capital fechado.

**7.4** O capital social subscrito e integralizado da **SPE** deverá ser igual ou superior a **R\$ [=] ([=])** na data de assinatura do **CONTRATO DE CONCESSÃO**.

**7.4.1** No caso de integralização em bens, o processo avaliativo deverá observar, rigorosamente, as normas da Lei Federal nº 6.404/1976.

**7.4.2** A **SPE** obriga-se a manter o **PODER CONCEDENTE** informado sobre a integralização do capital referido nos itens anteriores, sendo facultado ao **PODER CONCEDENTE** realizar as diligências e auditorias necessárias à verificação da regularidade da situação.

**7.4.3** A **SPE** não poderá, durante todo o prazo da **CONCESSÃO**, reduzir o seu capital abaixo do valor mínimo estabelecido na cláusula 7.4. deste **CONTRATO**, sem prévia e expressa autorização do **PODER CONCEDENTE**.

**7.5** A **SPE** deverá obedecer aos padrões e às boas práticas de governança corporativa e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas, nos termos do art. 9º, § 3º, da Lei Federal nº 11.079/2004.

**7.6** A **SPE** poderá emitir obrigações, debêntures ou títulos financeiros similares que representam obrigações de sua responsabilidade, em favor de terceiros, observadas as disposições contidas nas cláusulas 6ª e 8ª deste **CONTRATO**.

**7.7** Os recursos à disposição da **SPE** deverão ser aplicados exclusivamente no desenvolvimento de atividades relacionadas à **CONCESSÃO** de que trata este **CONTRATO**, ressalvadas

unicamente as **RECEITAS ACESSÓRIAS**, as **RECEITAS FINANCEIRAS** e eventuais distribuições de lucros e dividendos da **SPE** para seus instituidores.

## **CLÁUSULA 8ª – DA TRANSFERÊNCIA DO CONTROLE E DAS ALTERAÇÕES ESTATUTÁRIAS DA CONCESSIONÁRIA**

**8.1** Durante todo o prazo de vigência do **CONTRATO**, o controle societário da **CONCESSIONÁRIA** somente poderá ser transferido mediante prévia e expressa autorização do **PODER CONCEDENTE**, sob pena de caducidade da **CONCESSÃO**.

**8.2** A transferência do controle societário da **CONCESSIONÁRIA** somente será autorizada pelo **PODER CONCEDENTE** quando a medida não prejudicar, tampouco colocar em risco, a execução do **CONTRATO**.

**8.3** O pedido para a autorização da transferência do controle societário deverá ser apresentado ao **PODER CONCEDENTE**, por escrito, pela **CONCESSIONÁRIA** ou pelo(s) **FINANCIADORES**, conforme o caso, contendo a justificativa para tanto, bem como elementos que possam subsidiar a análise do pedido.

**8.3.1** Para a obtenção da anuência para transferência do controle societário, o interessado deverá:

- a) atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal necessárias à assunção do objeto da **CONCESSÃO**;
- b) prestar e manter as garantias pertinentes, conforme o caso; e
- c) comprometer-se a cumprir todas as cláusulas deste **CONTRATO**.

**8.4** Para fins de obtenção da autorização para transferência do controle societário para os **FINANCIADORES**, estes deverão:

- a) apresentar plano relativo à promoção da reestruturação financeira da **CONCESSIONÁRIA** e da continuidade da **CONCESSÃO**;
- b) prestar e manter as garantias pertinentes, conforme o caso; e
- c) assegurar o cumprimento de todas as cláusulas previstas neste **CONTRATO**.

**8.5.** O **PODER CONCEDENTE** examinará o pedido no prazo de até 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período, caso necessário, podendo, a seu critério, solicitar esclarecimentos e documentos adicionais à **CONCESSIONÁRIA** e ao(s) **FINANCIADORES**, bem como convocar os

acionistas controladores da **SPE** e promover quaisquer diligências que considerar adequadas.

**8.6** A autorização para a transferência do controle da **CONCESSIONÁRIA**, caso seja concedida pelo **PODER CONCEDENTE**, será formalizada por escrito, indicando as condições e requisitos para a sua realização.

**8.7** A **SPE** também deverá informar o **PODER CONCEDENTE** sobre qualquer modificação no respectivo estatuto social, durante todo o período da **CONCESSÃO**, especialmente no que se refere à cisão, fusão, transformação e incorporação.

**8.7.1** Alterações no estatuto social da **CONCESSIONÁRIA** serão permitidas desde que não se alterem as condições de garantias e execução previstas no **CONTRATO**, e assumidas pelos sócios e consorciados originais.

**8.7.2** Na eventualidade de alterações no estatuto social da **CONCESSIONÁRIA** afetarem as condições ou as naturezas de garantias associadas a este **CONTRATO**, o **PODER CONCEDENTE** deverá ser consultado e autorizar formalmente as referidas modificações, constituindo aditivo contratual que registra e repactua o fato.

**8.8** Os documentos que formalizarem a alteração estatutária da **CONCESSIONÁRIA** deverão ser encaminhados ao **PODER CONCEDENTE** para arquivamento, passando a fazer parte integrante deste **CONTRATO**.

## **CLÁUSULA 9ª – DAS CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**9.1** A **CONCESSIONÁRIA**, durante todo o prazo da **CONCESSÃO ADMINISTRATIVA**, deverá prestar os **SERVIÇOS** de acordo com o disposto neste **CONTRATO DE CONCESSÃO**, visando o pleno e satisfatório atendimento dos **USUÁRIOS FINAIS**.

**9.1.1** Os **SERVIÇOS** poderão ser suspensos caso se constate a insuficiência do saldo da **CONTA GARANTIA** e a não recomposição deste saldo pelo **PODER CONCEDENTE** no prazo de até \_\_\_\_\_ dias.

**9.2** Na prestação dos **SERVIÇOS**, a **CONCESSIONÁRIA** terá ampla liberdade na direção de seus negócios, investimentos, pessoal, políticas de recursos humanos e tecnologia, e observará as prescrições deste **CONTRATO**, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do **PODER CONCEDENTE**.

**9.3** A prestação dos **SERVIÇOS** deverá ser efetivada em conformidade com a legislação aplicável,

o **PROJETO BÁSICO**, as normas técnicas e os demais regulamentos aplicáveis, tendo sempre em vista o interesse público na obtenção de serviço adequado.

**9.4** Para os efeitos do que estabelece o item 9.3 acima, serviço adequado é o que satisfaz as condições efetivas de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e o pagamento, pelo **PODER CONCEDENTE**, da **REMUNERAÇÃO MENSAL**, considerando:

a) regularidade: a prestação dos **SERVIÇOS** nas condições estabelecidas no

**CONTRATO** e nas normas técnicas aplicáveis;

b) continuidade: a manutenção, em caráter permanente e ininterrupto, da oferta dos **SERVIÇOS**;

c) eficiência: a execução dos **SERVIÇOS** de acordo com as normas técnicas aplicáveis e em padrões satisfatórios estabelecidos na regulamentação aplicável, que assegurem, qualitativa e quantitativamente, em caráter permanente, o cumprimento do **CONTRATO DE CONCESSÃO**;

d) atualidade: a modernidade das técnicas, dos equipamentos e das instalações, e a sua conservação e manutenção, bem como a melhoria, atualização e a expansão dos

**SERVIÇOS**, na medida das necessidades dos **USUÁRIOS FINAIS**;

e) cortesia na prestação dos **SERVIÇOS**: conferir tratamento aos **USUÁRIOS FINAIS** com civilidade e urbanidade, assegurando o amplo acesso para a apresentação de reclamações;

f) pagamento da **REMUNERAÇÃO MENSAL**: a justa correlação entre os encargos da **CONCESSÃO ADMINISTRATIVA**, as receitas da **CONCESSIONÁRIA**, ea **REMUNERAÇÃO MENSAL** paga pelo **PODER CONCEDENTE**.

**9.5** A qualidade dos **SERVIÇOS** envolve a adoção de procedimentos e práticas visando à melhoria da continuidade da prestação dos **SERVIÇOS** e do atendimento aos **USUÁRIOS FINAIS**, não acarretando riscos à saúde ou segurança destes e da comunidade, exceto os intrínsecos à própria atividade.

**9.6** A segurança envolve práticas e medidas que deverão ser adotadas para evitar ou minimizar a exposição dos **USUÁRIOS FINAIS** a riscos ou perigos, devido à inadequada prestação dos **SERVIÇOS** e a não conformidade de tais **SERVIÇOS** prestados com as normas técnicas e regulamentos aplicáveis, cabendo à **CONCESSIONÁRIA**:

a) avisar de imediato o **PODER CONCEDENTE** e demais autoridades competentes acerca de

qualquer fato que, como resultado de suas atividades concedidas, ponham em risco a saúde e a segurança pública. O aviso deve incluir as possíveis causas que deram origem ao fato, assim como as medidas tomadas e planejadas para sua solução;

**b)** na ocorrência de sinistro, avisar imediatamente ao **PODER CONCEDENTE**, e apresentar-lhe, em um prazo de até 10 (dez) dias contados da data da sua ocorrência, um relatório detalhado sobre as causas que lhe deram origem e as medidas tomadas para o seu controle;

**c)** capacitar os seus empregados para prevenção e atendimento de emergências e de sinistros; e

**d)** proporcionar o auxílio que seja solicitado pelas autoridades competentes, em caso de emergência ou de sinistro.

**9.7** A **CONCESSIONÁRIA** fica obrigada a avisar, assim que possível, o **PODER CONCEDENTE** acerca de quaisquer circunstâncias que afetem a qualidade, continuidade, eficiência e segurança, que atinjam os **USUÁRIOS FINAIS** ou impliquem modificação das condições de prestação dos **SERVIÇOS**.

**9.8** Sem prejuízo do cumprimento do estabelecido na legislação, a **CONCESSIONÁRIA** obriga-se a manter os níveis de continuidade e qualidade dos **SERVIÇOS**, aplicando-se, quando for o caso, a legislação superveniente, devendo ser respeitado o equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO**.

**9.9** A fiscalização, regulação e medição dos **SERVIÇOS** contratados será feita pela **ENTIDADE REGULADORA**, com auxílio do **VERIFICADOR INDEPENDENTE**, de acordo com as atribuições legais vigentes, e nos termos do presente **CONTRATO DE CONCESSÃO**.

## **CLÁUSULA 10ª – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

**10.1** Durante todo o prazo da **CONCESSÃO**, e sem prejuízo das demais obrigações de prestar as informações estabelecidas neste **CONTRATO** ou na legislação aplicável, a **CONCESSIONÁRIA** obriga-se a:

**a)** Dar conhecimento imediato ao **PODER CONCEDENTE** de todo e qualquer evento que possa vir a prejudicar ou impedir o pontual e tempestivo cumprimento das obrigações previstas neste **CONTRATO** e que possa constituir causa de intervenção, caducidade da **CONCESSÃO** ou, ainda, rescisão deste **CONTRATO**;

**b)** Dar conhecimento imediato ao **PODER CONCEDENTE** de toda e qualquer situação que



corresponda a fatos que alterem, de modo relevante, o normal desenvolvimento da execução do **OBJETO** deste **CONTRATO**, apresentando, por escrito e no prazo necessário, relatório detalhado sobre esses fatos, incluindo, se for o caso, a contribuição de entidades especializadas, externas à **CONCESSIONÁRIA**, com as medidas tomadas ou em curso para superar ou sanar os fatos referidos.

c) Apresentar mensalmente, na forma da Cláusula 16.6, relatório de detalhamento dos valores arrecadados com as **RECEITAS ACESSÓRIAS**.

d) Apresentar mensalmente, na forma da Cláusula 19.2.32 e 19.2.33, relatório de atividade mensal dos serviços executados com indicação dos quantitativos, relação de equipamentos e mão de obra utilizada e acompanhamento fotográfico;

## CAPÍTULO IV

### DO VALOR DO CONTRATO E DA REMUNERAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA

#### CLÁUSULA 11 – DO VALOR DO CONTRATO

**11.1** O valor deste **CONTRATO** é de R\$ [=] ([=]), correspondente ao valor em R\$ (reais) calculado com base no Valor Presente Líquido (VPL) do fluxo de caixa dos lucros futuros da **CONCESSIONÁRIA** descontados pelo WACC - custo médio ponderado entre capital próprio e dívida -, ao longo do **PRAZO** de vigência da **CONCESSÃO**.

**11.2** O valor dos investimentos é da ordem de R\$ [=] ([=]), conforme descrito no **PROJETO BÁSICO**, sendo este valor considerado para fins de cálculo do valor da **GARANTIA DE EXECUÇÃO DE CONTRATO**.

#### CLÁUSULA 12 – DA REMUNERAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA

**12.1** A **CONCESSIONÁRIA** será remunerada mediante o pagamento da **CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL** a ser paga pelo **PODER CONCEDENTE**, reajustada periodicamente, nos termos deste **CONTRATO DE CONCESSÃO**.

**12.2** Os recursos orçamentários destinados ao pagamento das despesas criadas nos termos deste **CONTRATO** correrão por conta do crédito orçamentário [=], seus correspondentes nos anos

subsequentes e suas eventuais suplementações.

**12.3 A CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL da CONCESSIONÁRIA será calculada de acordo com metas estipuladas no ANEXO VII – Indicadores e Critérios de Aferição dos Padrões Mínimos de Qualidade e Desempenho da Concessão do EDITAL, conforme estabelecido no ANEXO VIII – Remuneração da Concessionária do EDITAL.**

**12.4 O PODER CONCEDENTE pagará a CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL, conforme disposto nos termos do ANEXO V ao presente CONTRATO.**

**12.4.1.** Na hipótese de ausência de acordo entre as PARTES a respeito do pagamento de alguma parcela da CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL, prevalecerá aquele valor cujo PODER CONCEDENTE reconhece;

**12.4.2.** Caso a CONCESSIONÁRIA não concorde com o valor, caberá a ela recorrer à solução amigável, conforme atribuições previstas no Capítulo XIV deste CONTRATO;

**12.4.3.** Se o valor alegado pela CONCESSIONÁRIA for considerado correto, nos termos da subcláusula acima, o PODER CONCEDENTE deverá restituir e ou complementar a diferença de valores impreterivelmente em 60 (sessenta) dias da constatação do valor correto.

**12.5. O PODER CONCEDENTE deverá efetivar o pagamento até o 5º (quinto) dia útil do mês. Caso haja alguma discordância no cálculo, a compensação deverá ser realizada no mês subsequente, nas hipóteses em que a CONCESSIONÁRIA concordar com o erro de cálculo. Caso contrário a questão deverá ser submetida para a COMISSÃO DE MEDIAÇÃO, devendo a compensação aguardar decisão final.**

**12.5.1. A CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL vincenda no primeiro mês de prestação dos SERVIÇOS será calculada *pro rata temporis* em relação ao período do SERVIÇO prestado no mês em questão.**

**12.5.2.** Será considerado primeiro mês de prestação dos SERVIÇOS, para fins de CONTRATO, aquele em que ocorrer a DATA DA ORDEM DE INÍCIO.

**12.5.3.** Nos primeiros 6 (seis) meses de execução dos SERVIÇOS, considerado período de transição, a CONCESSIONÁRIA não terá qualquer desconto no valor da REMUNERAÇÃO.

**12.6.** Na hipótese de inadimplemento ou atraso no cumprimento da obrigação de pagamento da REMUNERAÇÃO MENSAL por razões imputáveis ao PODER CONCEDENTE, incluída a não observância dos prazos indicados neste CONTRATO, o débito será corrigido monetariamente

pelo **IPCA**, acrescido de multa de 2% (dois por cento), e juros segundo a taxa em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos ao **MUNICÍPIO**.

**12.7.** O atraso do pagamento da **REMUNERAÇÃO** à **CONCESSIONÁRIA** superior a 90 (noventa) dias conferirá à **CONCESSIONÁRIA** nos termos da Lei Federal nº 8666/1993, a faculdade de suspensão dos investimentos em curso, bem como a suspensão da atividade que não seja estritamente necessária à continuidade de serviços públicos essenciais ou à utilização pública de infraestrutura existente, sem prejuízo do direito à rescisão do **CONTRATO DE CONCESSÃO** e da incidência da correção monetária, multa e juros indicados na subcláusula anterior.

**12.8.** O **PODER CONCEDENTE** determinará a suspensão do pagamento de qualquer quantia devida à **CONCESSIONÁRIA** sempre que esta recusar ao **PODER CONCEDENTE**, por seus prepostos, a livre fiscalização dos **SERVIÇOS**, na forma prevista neste **CONTRATO DE CONCESSÃO**, ou, ainda, no caso de paralisação dos **SERVIÇOS** em hipóteses não previstas neste **CONTRATO** e nos seus **ANEXOS**.

**12.9.** A **CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL** constitui a única forma de remuneração mensal devida à **CONCESSIONÁRIA** pelo **PODER CONCEDENTE**, em virtude da prestação dos **SERVIÇOS**, abrangendo, dentre outros, todos os custos diretos e indiretos e demais despesas operacionais.

**12.10.** O valor fixado para a **CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL** pressupõe a reversão e a amortização dos investimentos e dos **BENS VINCULADOS** à **CONCESSÃO**, por ocasião da sua extinção, em condições normais de operação e continuidade, com o atendimento a todas as condições fixadas no **CONTRATO** e **ANEXOS**.

**12.11.** Na hipótese de eventual subcontratação das tarefas relacionadas à **CONCESSÃO**, os subcontratados deverão estar cientes de que os pagamentos ordenados pelo **PODER CONCEDENTE** serão sempre feitos, exclusivamente, em benefício da **CONCESSIONÁRIA**.

**12.12.** Os valores destinados a viabilizar e garantir os pagamentos devidos à **CONCESSIONÁRIA** a título de **REMUNERAÇÃO** transitarão em conta vinculada (**CONTA GARANTIA**), contratado junto a instituição depositária.

## **CLÁUSULA 13 – DA CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA**

**13.1** A **CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA** que irá remunerar a **CONCESSIONÁRIA** é aquela

indicada no Anexo II deste **CONTRATO**, que passa a ser válida na data de assunção dos **SERVIÇOS** pela **CONCESSIONÁRIA**.

**13.1.1** O cálculo da **CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA** terá como ponto de partida o valor estabelecido na **PROPOSTA ECONÔMICA** da **CONCESSIONÁRIA**, correspondente a R\$ [=] (*preencher conforme a proposta vencedora*).

**13.2** A **CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA** deverá possibilitar a devida remuneração dos custos de operação e manutenção dos **SERVIÇOS**, bem como dos custos de capital, decorrentes dos investimentos realizados pela **CONCESSIONÁRIA**.

**13.3** Como condição para o recebimento da **CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL**, a **CONCESSIONÁRIA** deverá apresentar, mensalmente, ao **PODER CONCEDENTE**, ofício indicando o valor a ser recebido a título de **CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL**, especificando a fórmula prevista neste **CONTRATO** e observando as regras de cálculo e incidência do **FATOR DE DESEMPENHO**.

**13.4** Novos **INVESTIMENTOS** e **SERVIÇOS** não previstos no **EDITAL** e neste **CONTRATO** também poderão ser incorporadas pela **CONCESSIONÁRIA** ao seu **PLANO EXECUTIVO DE TRABALHO**, via fluxo de caixa marginal, calculado com base na Taxa Interna de Retorno - TIR da **PROPOSTA COMERCIAL**, passando, portanto, a ser remunerados pela **CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA**.

#### **CLÁUSULA 14 - DO REAJUSTE DA REMUNERAÇÃO MENSAL**

**14.1** A **CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL** terá o seu primeiro reajuste contratual 12 (doze) meses contados da **DATA DE EFICÁCIA DO CONTRATO**, levando em consideração a variação ocorrida desde a data de referência da elaboração dos estudos da **LICITAÇÃO**, que consiste em [=] de 20[=], até a data do efetivo reajuste.

**14.1.1** A data do primeiro reajuste da **CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL**, conforme disposto na subcláusula anterior, será considerada como data-base (dia e mês) para efeito dos reajustes seguintes.

**14.1.2** A **CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL** será reajustada anualmente, conforme fórmula paramétrica representada da seguinte forma:

$$R = A \times (MDO (Ir) / MDO (i0)) + B \times (DIESEL (Ir) / DIESEL (i0)) + C \times (IPCA (Ir) / IPCA$$

(i0))

Onde:

$$A+B+C = 1 \text{ (um)}$$

A: Parcela do preço referente ao Valor de Referência da Convenção Coletiva

B: Parcela do preço referente ao Valor do Diesel

C: Parcela do preço referente ao Valor de referência do IPCA

R: Índice de Reajuste da **CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA**.

MDO (Ir): Valor de Referência da Convenção Coletiva na data do reajuste.

MDO (I0): Valor de Referência da Convenção Coletiva na data base do contrato.

DIESEL (Ir): Valor do Diesel na data do reajuste.

DIESEL (I): Valor do Diesel na data base do contrato.

IPCA (Ir): Valor de referência do IPCA na data do reajuste.

IPCA (I0): Valor de referência do IPCA na data base do contrato.

As fontes de consulta para cálculo da variação dos parâmetros serão:

MDO: Valores divulgados pela Convenção Coletiva para a função “coletor”

DIESEL: Valor do Diesel segundo a ANP para Santo André

IPCA: Valores divulgados pelo IBGE

**14.1.3** Em caso de extinção do **IPCA**, deverá ser utilizado indicador que automaticamente venha o substituir. Caso não seja definido nenhum novo índice em até 45 (quarenta e cinco) dias após a extinção do referido índice, as partes deverão encontrar um índice de reajuste em comum acordo. Caso haja discordância, o tema será remetido à **COMISSÃO DE MEDIAÇÃO** prevista neste **CONTRATO**.

**14.1.4** Para fins de arredondamento serão consideradas 02 (duas) casas decimais, desprezadas as demais.

**14.1.5** As garantias e os valores das apólices de seguro, conforme previstos neste **CONTRATO** também serão reajustados anualmente, de maneira automática, de acordo com o critério estabelecido nesta Cláusula.



**14.2.** O cálculo do reajuste dos valores da **CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA** será elaborado pela **CONCESSIONÁRIA**, devendo ser submetido à apreciação do **PODER CONCEDENTE**, no mínimo, 30 (trinta) dias antes da data prevista para sua aplicação, para que este verifique a sua exatidão.

**14.2.1.** Em até [=] (=) dias, contados do recebimento do cálculo dos novos valores da **CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA**, o **PODER CONCEDENTE** deverá analisar e se manifestar sobre o cálculo apresentado pela **CONCESSIONÁRIA**.

**14.2.2.** Estando correto o cálculo do reajuste, deverá o **PODER CONCEDENTE**, no prazo previsto no item acima, homologá-lo, informando a **CONCESSIONÁRIA**, por escrito, a esse respeito, e autorizando que essa receba a **CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA** reajustada.

**14.2.3.** Caso o **PODER CONCEDENTE** não se manifeste no prazo estabelecido acima, considerar-se-á como deferida a proposta elaborada.

**14.3** A revisão da **CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA**, que servirá para alterá-la, para mais ou para menos sempre que ocorram aumentos ou reduções que causem impacto nas parcelas que lhe deram origem, será realizada, conforme detalhado no **ANEXO V** ao presente **CONTRATO**.

**14.4** A remuneração da **CONCESSIONÁRIA** está sujeita aos tributos e encargos vigentes na **DATA DE EFICÁCIA DO CONTRATO**, conforme legislação aplicável.

**14.4.1** A **CONCESSIONÁRIA** ficará sujeita, nos termos e nas condições da legislação aplicável, ao regime fiscal e previdenciário que vigorar no prazo de vigência deste **CONTRATO**, obrigando-se ao pontual recolhimento de todas as contribuições sociais e outros encargos a que porventura estiver sujeita, ressalvado o seu direito à revisão do **CONTRATO**, para mais ou para menos, objetivando à preservação do seu equilíbrio econômico-financeiro em caso de alteração da carga fiscal subsequente à **DATA DE EFICÁCIA DO CONTRATO** que altere o equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO**.

**14.4.2** Na forma da legislação aplicável, a **CONCESSIONÁRIA** deverá exigir que todas as suas **SUBCONTRATADAS** cumpram regularmente suas obrigações fiscais e previdenciárias.

## **CLÁUSULA 15 - DO INÍCIO DA AFERIÇÃO DE RECEITAS PELA CONCESSIONÁRIA**

**15.1** Em conformidade com o que dispõe este **CONTRATO**, a **CONCESSIONÁRIA** poderá, a partir da data de assunção dos **SERVIÇOS**, mediante a **ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS**,

cobrar diretamente do **PODER CONCEDENTE** a **CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL** pela prestação dos **SERVIÇOS**, bem como explorar diretamente as demais receitas admitidas na Cláusula 16 e seguintes, nas condições e termos previstos neste **CONTRATO**.

## **CLÁUSULA 16 – DAS FONTES FUTURAS DE RECEITAS ACESSÓRIAS**

**16.1** A **CONCESSIONÁRIA** poderá explorar **RECEITAS ACESSÓRIAS**, aquelas não decorrentes diretamente da exploração dos serviços objeto da **CONCESSÃO**, tais como aquelas oriundas da comercialização de Combustível Derivado de Resíduos, dos Materiais Recicláveis, biogás, serviços de publicidade, aluguel de espaços comerciais e prestação de outros serviços complementares, dentre outros, desde que não comprometam a segurança da operação e os padrões de qualidade do serviço concedido. Tais receitas não se integrarão à remuneração contratual.

**16.1.1** As receitas previstas no *caput* serão integralmente apropriadas pela **CONCESSIONÁRIA** até o limite de 10% (dez por cento) da **CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA** anual.

**16.1.2** Caso as receitas previstas no *caput* superem o limite de 10% (dez por cento) da **CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA** anual, a diferença deverá ser repartida com o **PODER CONCEDENTE**, que fará jus ao percentual de 5% (cinco) por cento de tal montante.

**16.2** Não serão consideradas **RECEITAS ACESSÓRIAS** aquelas decorrentes de aplicações no mercado financeiro.

**16.3** É vedada a exploração de atividades ou veiculação de publicidade que infrinjam a legislação em vigor, de cunho político-partidário, religioso, que aludam a qualquer espécie de injúria, discriminação ou preconceito, de qualquer ordem, incluindo preconceitos de raça, cor, credo, gênero, sexualidade, social ou de natureza xenófoba, ou que possam prejudicar a exploração do **SERVIÇO PÚBLICO**.

**16.4** A **CONCESSIONÁRIA** será integralmente responsável pelas projeções de **RECEITAS ACESSÓRIAS** consideradas no seu **PLANO DE NEGÓCIOS**, não sendo cabível qualquer tipo de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO** em razão da alteração, não confirmação, majoração ou prejuízo decorrente da frustração das receitas estimadas.

**16.4.1** As receitas previstas nesta cláusula são consideradas alheias à remuneração, não fazendo jus qualquer das partes ao reequilíbrio econômico-financeiro, tampouco quaisquer indenizações pelos investimentos realizados.

**16.5** A exploração de **RECEITAS ACESSÓRIAS** por parte da **CONCESSIONÁRIA** deverá ser comunicada ao **PODER CONCEDENTE**, encaminhando cópia do contrato e outros documentos pertinentes no prazo de 05 (cinco) dias de sua assinatura. Os documentos deverão conter, ao menos, as seguintes informações:

- a) Prazo de vigência do contrato;
- b) Valor a ser auferido pela **CONCESSIONÁRIA**; e
- c) Descrição do objeto do contrato.

**16.6** O desempenho de atividades diversas do objeto da **CONCESSÃO** não poderá acarretar prejuízo à normal prestação do serviço público concedido.

**16.7** A **CONCESSIONÁRIA** deverá contabilizar separadamente o montante recebido a título de **RECEITAS ACESSÓRIAS**, encaminhando ao **PODER CONCEDENTE**, mensalmente, relatório que contemple detalhamento dos valores arrecadados, cópia das faturas e instrumentos congêneres, e demais informações necessárias ao acompanhamento da exploração das **RECEITAS ACESSÓRIAS**.

**16.8** Nenhum contrato celebrado entre a **CONCESSIONÁRIA** e particulares referentes à exploração de **RECEITAS ACESSÓRIAS** poderá ultrapassar o prazo do **CONTRATO**, devendo a **CONCESSIONÁRIA** adotar todas as medidas pertinentes para entrega, quando da extinção do **CONTRATO**, das áreas objeto de exploração livres e desobstruídas de quaisquer bens e direitos, inclusive sem nenhum valor residual, tributo, encargo, obrigação, gravame e sem quaisquer ônus ao **PODERCONCEDENTE**, ou cobrança de qualquer valor pela **CONCESSIONÁRIA**, seus subcontratados ou terceiros.

## CAPÍTULO V

### DOS FINANCIAMENTOS

#### CLÁUSULA 17 – DOS FINANCIAMENTOS E DAS GARANTIAS AOS FINANCIADORES

**17.1** A **CONCESSIONÁRIA**, caso necessitar, será responsável pela obtenção, aplicação, amortização, pagamento de juros e gestão do(s) financiamento(s) necessário(s) ao normal

desenvolvimento da **CONCESSÃO**, de modo que se cumpra, cabal e tempestivamente, todas as obrigações assumidas neste **CONTRATO**.

**17.2** A **CONCESSIONÁRIA** não poderá alegar qualquer disposição, cláusula ou condição do(s) contrato(s) de financiamento porventura contratado(s), ou qualquer atraso na formalização do(s) contrato(s) de financiamento necessário(s), ou ainda, atraso no desembolso dos recursos pactuados, para se eximir, total ou parcialmente, das obrigações assumidas neste **CONTRATO**, cujos termos deverão ser de pleno conhecimento dos **FINANCIADORES** respectivos.

**17.3** Variações e ou alterações nas condições dos **FINANCIAMENTOS** não ensejarão a eventual recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da **CONCESSÃO**.

**17.4** Na hipótese de a **CONCESSIONÁRIA** vir a celebrar contrato de **FINANCIAMENTO** com terceiro para a execução do **OBJETO** do **CONTRATO**, poderá oferecer-lhe em garantia, nos termos do artigo 28 da Lei Federal nº 8.987/95, os direitos emergentes da **CONCESSÃO**, na forma deste **CONTRATO**.

**17.5** O oferecimento em garantia, nos **FINANCIAMENTOS** vinculados ao escopo do **CONTRATO**, dos direitos emergentes da **CONCESSÃO**, somente poderá ocorrer até o limite que não comprometa a operacionalização e a continuidade da **CONCESSÃO**.

**17.6** As ações de emissão da **CONCESSIONÁRIA** poderão ser dadas em garantia de **FINANCIAMENTOS**, ou como contragarantia de operações, vinculadas ao cumprimento de obrigações decorrentes do **CONTRATO**, e sem necessidade de prévia autorização pelo **PODER CONCEDENTE**.

**17.7** As ações correspondentes ao controle da **CONCESSIONÁRIA** não poderão ser dadas em garantia de **FINANCIAMENTOS**, ou como contragarantia de operações, vinculadas ao cumprimento de obrigações decorrentes do **CONTRATO**, sem prévia e expressa autorização pelo **PODER CONCEDENTE**.

**17.8** É permitida a cessão, pela **CONCESSIONÁRIA**, de direitos decorrentes deste **CONTRATO** a terceiros, bem como a realização de pagamento direto, em favor do **FINANCIADOR**, das obrigações pecuniárias assumidas pelo **PODER CONCEDENTE**, nos termos deste **CONTRATO**, e de quaisquer outros valores que a **CONCESSIONÁRIA** tenha direito ao recebimento no bojo da **CONCESSÃO**, tais como os relativos às indenizações eventualmente devidas a ela pelo **PODER CONCEDENTE**, inclusive por extinção antecipada do **CONTRATO**, e os relativos a **RECEITAS ACESSÓRIAS**



**17.9** Os contratos de financiamento da **CONCESSIONÁRIA** poderão outorgar aos **FINANCIADORES**, de acordo com as regras de direito privado aplicáveis, o direito de assumir o controle da **CONCESSIONÁRIA** em caso de inadimplemento contratual pela **CONCESSIONÁRIA** dos referidos contratos de financiamento ou em caso de inadimplemento deste **CONTRATO**, quando constatado que tais inadimplementos inviabilizem ou coloquem em risco a **CONCESSÃO**.

**17.9.1** A autorização do **PODER CONCEDENTE** para a assunção da **CONCESSÃO** de que trata a subcláusula anterior será outorgada mediante a comprovação, por parte do(s) **FINANCIADORES**, de que atende(m) aos requisitos de habilitação jurídica e regularidade fiscal aplicáveis, previstos no **EDITAL**.

**17.10** O pedido para a autorização da assunção do controle, que será apresentado por escrito pela **CONCESSIONÁRIA** e pelo(s) **FINANCIADORES**, deverá contemplar as justificativas e demais elementos que possam subsidiar a análise do pedido pelo **PODER CONCEDENTE**, dentre os quais:

- a) plano de recuperação financeiro da **CONCESSIONÁRIA**;
- b) cópia de atas de reuniões de sócios ou acionistas da **CONCESSIONÁRIA**;
- c) correspondências trocadas sobre o assunto entre os interessados;
- d) relatórios de auditoria;
- e) demonstrações financeiras; e
- f) outros documentos pertinentes.

**17.12** A assunção do controle da **CONCESSIONÁRIA** nos termos desta cláusula não alterará as suas obrigações e de seus sócios ou acionistas controladores perante o **PODER CONCEDENTE**.

## **CAPÍTULO VI**

### **DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

#### **CLÁUSULA 18 – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS DAS PARTES**

**18.1** As **PARTES** comprometem-se reciprocamente a cooperar e a prestar o auxílio necessário ao bom desenvolvimento das atividades da **CONCESSÃO**.



## **CLÁUSULA 19 – DAS OBRIGAÇÕES E PROIBIÇÕES DA CONCESSIONÁRIA**

**19.1** A **CONCESSIONÁRIA** estará sempre vinculada ao disposto neste **CONTRATO**, no **EDITAL**, nos seus **ANEXOS**, na **PROPOSTA ECONÔMICA** apresentada e na legislação brasileira, quanto à execução do objeto da **CONCESSÃO**.

**19.2** São obrigações da **CONCESSIONÁRIA**, sem prejuízo das demais obrigações estabelecidas neste **CONTRATO** e em seus **ANEXOS** e na legislação aplicável:

**19.2.1** cumprir e respeitar as cláusulas e condições deste **CONTRATO** e seus **ANEXOS**, do **EDITAL** e seus **ANEXOS**, da **PROPOSTA ECONÔMICA** apresentada e dos documentos relacionados, submetendo-se plenamente à regulamentação existente ou a que venha a ser editada pelo **PODER CONCEDENTE**, às normas da ABNT e/ou do INMETRO ou outro órgão regulamentador competente quanto ao objeto da **CONCESSÃO**, bem como às especificações e projetos pertinentes, aos prazos e às instruções da fiscalização do **PODER CONCEDENTE**;

**19.2.2** dispor de equipamentos, materiais e equipe adequados para a consecução de todas as obrigações estabelecidas neste **CONTRATO**, com a eficiência e a qualidade contratualmente definidas;

**19.2.3** manter os equipamentos, máquinas e veículos em bom estado de funcionamento e dentro dos padrões de controle ambiental exigidos, quanto à poluição do ar e sonora, e em estrita observância às normas federais, estaduais e municipais;

**19.2.4** elaborar o projeto básico, bem como o **PROJETO EXECUTIVO** das **OBRAS** e instalações, acompanhado da indicação dos respectivos responsáveis técnicos antes da entrada em operação da **UNIDADE DE TRATAMENTO MECÂNICO, UNIDADE DE BENEFICIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO, ESTAÇÕES DE COLETA, UNIDADE DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE, UNIDADE DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS ORGÂNICOS E AMPLIAÇÃO DA 2ª FASE E EM ÁREA ANEXA (3ª FASE) DO ATERRO SANITÁRIO DE SANTO ANDRÉ**, contendo, no mínimo, os elementos necessários para a obtenção dos respectivos licenciamentos ambientais;

**19.2.5** implantar as instalações necessárias à realização dos **SERVIÇOS** do **CONTRATO**, em consonância com as especificidades contidas no **PROJETO BÁSICO** e submetê-las à aprovação do **PODER CONCEDENTE** antes do início da operação da **CONCESSÃO**;

**19.2.6** captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à execução do objeto do presente **CONTRATO**;

**19.2.7** manter, durante o prazo do **CONTRATO**, as condições de habilitação e qualificação necessárias à execução do objeto da **CONCESSÃO**;

**19.2.8** manter em dia o inventário e o registro dos **BENS VINCULADOS À CONCESSÃO**;

**19.2.9** cumprir com as metas e os parâmetros de qualidade, e demais condicionantes para a execução do objeto da **CONCESSÃO**, conforme estabelecido neste **CONTRATO**;

**19.2.10** assumir integral responsabilidade pelos riscos inerentes à execução da **CONCESSÃO**, ressalvadas as hipóteses expressamente excepcionadas neste **CONTRATO**;

**19.2.11** contratar os seguros para os riscos relevantes e usuais da **CONCESSÃO** nos termos deste **CONTRATO**, responsabilizando-se, em qualquer caso, pelos danos causados por si, seus representantes, prepostos ou subcontratados, na execução da **CONCESSÃO**, perante o **PODER CONCEDENTE** ou terceiros;

**19.2.12** observar todas as determinações legais e regulamentares quanto à legislação tributária e à legislação trabalhista, previdenciária, de segurança e medicina do trabalho em relação aos seus empregados, prestadores de serviços, contratados ou subcontratados, isentando o **PODER CONCEDENTE** de qualquer responsabilização relacionada;

**19.2.13** garantir o adequado descarte, destinação, triagem, transporte, armazenagem e aproveitamento dos resíduos originados na **CONCESSÃO**, inclusive aqueles decorrentes da logística reversa, observados todos os dispositivos da legislação federal, estadual e municipal aplicáveis e as exigências quanto aos licenciamentos e autorizações necessários para essa finalidade, inclusive a licença ambiental prévia, se aplicável;

**19.2.14** cumprir e observar todas as normas e exigências legais ambientais e obter todas as licenças, permissões e autorizações exigidas para a plena execução do objeto da **CONCESSÃO**, devendo se responsabilizar por todas as providências necessárias para a sua obtenção junto aos órgãos competentes nos termos da legislação vigente e arcando com todas as despesas e os custos envolvidos;

**19.2.15** executar o **OBJETO** do **CONTRATO** durante todo o **PRAZO** da **CONCESSÃO**, obedidos os prazos e condições técnicas estabelecidas no **PROJETO BÁSICO**, no **ANEXO II** ao **CONTRATO**, no **PLANO DE TRABALHO**, no **PLANO DE NEGÓCIOS** e no **PLANO**

**EXECUTIVO DE TRABALHO;**

**19.2.16** dar conhecimento imediato ao **PODER CONCEDENTE** de todo e qualquer evento que altere de modo relevante o normal desenvolvimento da **CONCESSÃO**, ou que possa vir a prejudicar ou impedir o pontual e tempestivo cumprimento das obrigações previstas no **CONTRATO**, incluindo-se ações judiciais e procedimentos administrativos, apresentando, por escrito e no prazo mínimo necessário, relatório detalhado sobre esses fatos, e incluindo, se for o caso, contribuições de entidades especializadas, externas à **CONCESSIONÁRIA**, com as medidas tomadas ou a serem tomadas para superar ou sanar a situação;

**19.2.17** implantar e manter em operação central de atendimento e ouvidoria para receber comentários, críticas e reclamações do público, bem como prestar orientações sobre os **SERVIÇOS** e repassar tais informações ao **PODER CONCEDENTE**;

**19.2.18** disponibilizar ao **PODER CONCEDENTE**, caso solicitado, relatório com as reclamações dos **USUÁRIOS FINAIS**, bem como as respostas fornecidas e as providências adotadas em cada caso;

**19.2.19** informar ao **PODER CONCEDENTE** a ocorrência de quaisquer atos, fatos ou circunstâncias que possam atrasar ou impedir a conclusão das **OBRAS** e, conseqüentemente, o início da prestação dos **SERVIÇOS**;

**19.2.20** apresentar ao **PODER CONCEDENTE**, em até 30 (trinta) dias contados a partir do fim do ano fiscal, suas demonstrações financeiras do exercício completas, as quais deverão ser publicadas na forma e prazos legais;

**19.2.21** apresentar ao **PODER CONCEDENTE**, no prazo por ele fixado, outras informações adicionais ou complementares que o **PODER CONCEDENTE**, razoavelmente e sem trazer ônus adicional significativo e injustificado para a **CONCESSIONÁRIA**, venha a formalmente solicitar, incluindo-se, mas sem se limitar a, as quitações legalmente exigidas de todo e qualquer encargo, como aqueles referentes às contribuições devidas ao INSS, FGTS, taxas e impostos pertinentes, ao estágio das negociações e as condições dos contratos de financiamento;

**19.2.22** cooperar e apoiar para o desenvolvimento das atividades de acompanhamento e fiscalização do **PODER CONCEDENTE**, nos termos do **CONTRATO**, permitindo o acesso aos equipamentos e às instalações atinentes ao objeto do **CONTRATO**, bem como aos registros contábeis;

**19.2.23** observar as regras de compartilhamento de receitas e ganhos, nos termos deste **CONTRATO**;

**19.2.24** indicar e manter um responsável técnico à frente dos trabalhos, com poderes para representar a **CONCESSIONÁRIA** junto ao **PODER CONCEDENTE**;

**19.2.25** observar os padrões de governança corporativa e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas, nos termos do art. 9º, §3º, da Lei nº 11.079/2004;

**19.2.26** conservar e manter atualizados todos os bens, equipamentos e instalações empregados na **CONCESSÃO** em perfeitas condições de funcionamento, bem como reparar suas unidades e promover, oportunamente, as substituições demandadas em função do desgaste ou superação tecnológica, ou ainda, promover os reparos ou modernizações necessários à boa execução e à preservação da adequação das atividades e serviços, em observância ao princípio da atualidade; resguardando-se o equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO**;

**19.2.27** elaborar um **PLANO EXECUTIVO DE TRABALHO** que deverá ser apresentado e aprovado pelo **PODER CONCEDENTE** em até 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias mediante justificativa, contados a partir da **DATA DE EFICÁCIA DO CONTRATO**, com a descrição das atividades e etapas necessárias à implantação das **OBRAS**, autorizações e licenças necessárias para a prestação dos **SERVIÇOS** e execução do **OBJETO** dentro dos prazos máximos definidos no **CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO**, bem como os parâmetros estabelecidos no **PLANO DE NEGÓCIOS** e no **PLANO DE TRABALHO** apresentados na **LICITAÇÃO**;

**19.2.28** observar, na elaboração de seu **PLANO EXECUTIVO DE TRABALHO** e de quaisquer documentos relativos e necessários à execução da **CONCESSÃO**, os princípios fundamentais de contabilidade aceitos no Brasil e submetidos ao regime da Lei Federal nº 6.404/1976 e alterações posteriores, especialmente as introduzidas pela Lei Federal nº 11.638/2007, bem como as Normas Brasileiras de Contabilidade convergidas às normas internacionais, mediante a aplicação das *International Financial Reporting Standards – IFRS*, além das disposições da legislação fiscal vigente, incluindo as instruções normativas SRF nº 162, de 31/12/1998 e nº 130, de 10/11/1999, referentes à amortização e depreciação dos **INVESTIMENTOS** e **BENS REVERSÍVEIS**;

**19.2.29** elaborar um **CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO** das atividades, contemplando, no mínimo, as etapas de (1) apresentação e aprovação do projeto básico, (2) obtenção do **LICENCIAMENTO AMBIENTAL** junto aos órgãos ambientais competentes, além dos alvarás e autorizações necessárias, (3) apresentação e aprovação do referido **PROJETO EXECUTIVO**; (4) Início da prestação dos **SERVIÇOS**; (5) Transferência de área(s) para implantação do(s) **INVESTIMENTOS** cedidas pelo **PODER CONCEDENTE**; e (6) operação plena da **UNIDADE DE**

**TRATAMENTO MECÂNICO, UNIDADE DE BENEFICIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO, ESTAÇÕES DE COLETA, UNIDADE DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE, UNIDADE DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS ORGÂNICOS E AMPLIAÇÃO DA 2ª FASE DO ATERRO SANITÁRIO DE SANTO ANDRÉ;**

**19.2.30** apresentar os prazos considerados no **CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO**, em meses, a partir da **DATA DE EFICÁCIA DO CONTRATO**, respeitando os marcos finais já definidos neste **CONTRATO**;

**19.2.31** Considerar que o período necessário para análise e aprovação dos projetos pelo **PODER CONCEDENTE**, será de, no máximo 45 (quarenta e cinco) dias corridos;

**19.2.32** apresentar um relatório de atividades mensal de como condição do pagamento da **CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL** devida pelo **PODER CONCEDENTE**, contendo, no mínimo, (1) descrição dos principais serviços executados no período e respectivos quantitativos, (2) relação de equipamentos e mão de obra alocada ao **CONTRATO**, e (3) acompanhamento fotográfico;

**19.2.33** apresentar mensalmente um relatório de monitoramento, contendo, no mínimo, (1) descrição dos principais serviços executados no período e respectivos quantitativos, e (2) fotografias dos registros mais importantes;

**19.2.34** manter em operação 24 (vinte e quatro) horas por dia em todos os dias da semana, um sistema de vigilância capaz de garantir a integridade das instalações, dos bens do **PODER CONCEDENTE**, e das áreas internas da **UNIDADE DE TRATAMENTO MECÂNICO, UNIDADE DE BENEFICIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO, ESTAÇÕES DE COLETA, UNIDADE DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE, UNIDADE DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS ORGÂNICOS E AMPLIAÇÃO DA 2ª FASE E EM ÁREA ANEXA (3ª FASE) DO ATERRO SANITÁRIO DE SANTO ANDRÉ**, vetando terminantemente a permanência de pessoas estranhas ou de qualquer animal doméstico, exceto cães amestrados de vigilância;

**19.2.35** desenvolver, implantar, e manter programa de conscientização ambiental;

**19.2.36** adequar-se às exigências impostas pelos Órgãos Governamentais responsáveis pela segurança, saúde, higiene, medicina do trabalho e controle do meio ambiente enquanto durar a **CONCESSÃO**;



**19.2.37** indicar eventuais áreas para realização das **OBRAS**, e, se for o caso, solicitar a Declaração de Utilidade Pública da área para fins de desapropriação;

**19.2.38** pagar a indenização prévia a terceiros que tenham sofrido processo de desapropriação para fins de realização das **OBRAS** até os limites estabelecidos neste **CONTRATO**;

**19.2.39** envidar todos os esforços para diminuir o volume e custos da disposição final de resíduos sólidos; e

**19.2.40** envidar todos os esforços para a formação de cooperativa de catadores no **MUNICÍPIO** e sua integração na Política Municipal.

**19.3** A **CONCESSIONÁRIA** deverá cooperar com os programas criados, pelo **PODER CONCEDENTE** ou por outro ente público, para melhorar e ampliar os **SERVIÇOS** na **ÁREA DA CONCESSÃO**, em especial aos relacionados com reciclagem, coleta seletiva, e não geração de resíduos, nos termos do Plano Nacional e do Plano Municipal de Resíduos Sólidos.

## **CLÁUSULA 20 – DAS OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE**

**20.1** São obrigações do **PODER CONCEDENTE**, sem prejuízo de outras obrigações previstas neste **CONTRATO** e em seus **ANEXOS** e na legislação aplicável:

**20.1.1** remunerar a **CONCESSIONÁRIA** na forma e nos prazos previstos neste **CONTRATO** e em seus **ANEXOS**;

**20.1.2** prestar auxílio institucional à **CONCESSIONÁRIA** no que se refere à obtenção de linhas de financiamento para a execução do **CONTRATO**, mediante contato com as instituições financeiras envolvidas pela **CONCESSIONÁRIA**;

**20.1.3** dar anuência à constituição de garantias pela **CONCESSIONÁRIA**, conforme seja necessário para a captação dos recursos, incluindo, sem limitação, a anuência para transferência do controle da **CONCESSIONÁRIA** aos **FINANCIADORES**, desde que nos termos do **CONTRATO**, e a assunção das obrigações de constituir empenhos de despesa e de realizar os pagamentos devidos em caso de término antecipado do **CONTRATO** diretamente em favor dos **FINANCIADORES**, nos termos do artigo 5º, §2º, da Lei Federal nº 11.079/2004

**20.1.4** garantir permanentemente o livre acesso da **CONCESSIONÁRIA** aos equipamentos e localidades necessários para a prestação dos **SERVIÇOS** e implementação das **OBRAS**, nas áreas sob a competência do **PODER CONCEDENTE**, para a execução do objeto da **CONCESSÃO**,

durante a vigência do **CONTRATO**;

**20.1.5** disponibilizar à **CONCESSIONÁRIA**, desde a **DATA DA ORDEM DE INÍCIO**, livres e desimpedidos e em conformidade com a regulamentação a respeito do tema, os bens que ficarão sob a gestão da **CONCESSIONÁRIA**, necessários ao desenvolvimento adequado do objeto da **CONCESSÃO**;

**20.1.6** rescindir ou assumir a responsabilidade sobre todos os contratos existentes até a **DATA DA ORDEM DE INÍCIO**, que versem sobre a execução de **SERVIÇOS** objeto da **CONCESSÃO**;

**20.1.7** responsabilizar-se pelos ônus, danos, despesas, pagamentos, indenizações e eventuais medidas judiciais decorrentes de atos ou fatos, inclusive de natureza ambiental, anteriores à **DATA DA ORDEM DE INÍCIO**, relacionados ao objeto da **CONCESSÃO**, bem como de atos ou fatos que, embora posteriores à **DATA DA ORDEM DE INÍCIO**, decorram de culpa exclusiva do **PODER CONCEDENTE** ou de terceiros;

**20.1.8** fornecer informações para o desenvolvimento da **CONCESSÃO** que lhe estejam disponíveis;

**20.1.9** prestar, se cabível, as informações solicitadas pela **CONCESSIONÁRIA** para o bom andamento da **CONCESSÃO**;

**20.1.10** Manifestar-se sobre os pedidos encaminhados pela **CONCESSIONÁRIA**, relativamente à execução deste **CONTRATO**;

**20.1.11** Assegurar à **CONCESSIONÁRIA** a plena utilização dos bens afetos à **CONCESSÃO** perante qualquer instância do Poder Público de quaisquer de suas esferas;

**20.1.12** fundamentar devidamente suas decisões, aprovações, pedidos ou demais atos praticados ao abrigo deste **CONTRATO**;

**20.1.13** indicar formalmente o(s) agente(s) público(s) responsáveis pelo acompanhamento do **CONTRATO**;

**20.1.14** acompanhar e fiscalizar permanentemente o cumprimento deste **CONTRATO**, bem como analisar as informações prestadas pela **CONCESSIONÁRIA**;

**20.1.15** aplicar as sanções e penalidades e adotar as demais medidas necessárias ao cumprimento regular do presente **CONTRATO** em caso de inadimplemento das obrigações assumidas pela **CONCESSIONÁRIA**;

**20.1.16** emitir as licenças e autorizações que sejam necessárias à execução do objeto da **CONCESSÃO** que estejam sob a sua competência e responsabilidade, nos termos da legislação pertinente;

**20.1.17** colaborar, dentro da sua esfera de competências e observados os termos da legislação pertinente, com a obtenção das licenças e autorizações eventualmente necessárias para a **CONCESSÃO**, junto aos demais órgãos públicos, inclusive com a participação em reuniões técnicas e envio de manifestações necessárias;

**20.1.18** receber, apurar e solucionar as queixas e reclamações dos **USUÁRIOS FINAIS**, que serão cientificados das providências tomadas;

**20.1.19** estimular a formação de associações de **USUÁRIOS FINAIS** para a defesa de interesses relativos aos **SERVIÇOS**;

**20.1.20** declarar de utilidade pública, se for o caso, áreas indicadas pela **CONCESSIONÁRIA** para fins de desapropriação e posterior construção da **CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS**;

**20.1.21** analisar e aprovar os planos, estudos, **PROJETOS EXECUTIVOS** dos **SERVIÇOS** e **OBRAS** a serem implantados e submetidos pela **CONCESSIONÁRIA**, de acordo com prazos definidos no **CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO**;

**20.1.22** fiscalizar a execução das **OBRAS**, observando-se o cumprimento do **PROJETO BÁSICO**, e respeitando a competência da **CONCESSIONÁRIA** em propor as melhores alternativas desde que se observe as condições e especificações previstas neste **CONTRATO**;

**20.1.23** conceder o reajuste da **CONTRAPRESTAÇÃO** anualmente, nos termos deste **CONTRATO**;

**20.1.24** respeitar o equilíbrio econômico-financeiro da **CONCESSÃO**, e envidar os esforços para responder os pleitos administrativos no prazo previsto neste **CONTRATO**;

**20.1.25** ressarcir a **CONCESSIONÁRIA**, integralmente, pelos custos por ela incorridos em razão de medidas de recuperação do meio ambiente, compensação ambiental, restauração das áreas degradadas, e outras, determinadas, ou não, pelos órgãos e/ou entidades ambientais competentes, com a finalidade de mitigar, restaurar ou compensar o passivo ambiental previamente existente à assinatura do contrato.

**20.2 O PODER CONCEDENTE** responderá, integral e exclusivamente, por quaisquer questões

relativas a atos ou fatos anteriores à assunção dos **SERVIÇOS** pela **CONCESSIONÁRIA**, ainda que verificados após tal data, sobre os quais não poderá ser imputada qualquer responsabilidade à **CONCESSIONÁRIA**, em especial ao passivo ambiental existente ou potencial.

**20.3 O PODER CONCEDENTE**, sem prejuízo de outras prerrogativas e direitos previstos na legislação aplicável e neste **CONTRATO**, tem a prerrogativa de:

- a) intervir na prestação dos **SERVIÇOS** que compõem o objeto da **CONCESSÃO**, retomá-los e extingui-los, nos casos e nas condições previstas neste **CONTRATO** e na legislação aplicável;
- b) receber o compartilhamento de **RECEITAS ACESSÓRIAS**, na forma deste **CONTRATO**; e
- c) exercer ampla fiscalização e supervisão sobre os **SERVIÇOS**, sem prejuízo ou limitação do papel de regulação e fiscalização exercido pela **ENTIDADE REGULADORA**

#### **CLÁUSULA 21 – DOS DIREITOS DA CONCESSIONÁRIA**

**21.1 A CONCESSIONÁRIA**, sem prejuízo de outros direitos previstos na legislação aplicável e neste **CONTRATO**, terá direito a:

- a) prestar os **SERVIÇOS** contratados e a explorar o objeto da **CONCESSÃO** com ampla liberdade empresarial e de gestão de suas atividades, observadas as limitações e condicionantes fixadas neste **CONTRATO** e nos princípios e regras aplicáveis ao **PODER CONCEDENTE**;
- b) receber a **CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL** devida na forma deste **CONTRATO**;
- c) fazer jus à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, na forma deste **CONTRATO**;
- d) oferecer direitos emergentes da **CONCESSÃO**, como a **REMUNERAÇÃO MENSAL**, a que fizer jus e as indenizações devidas à **CONCESSIONÁRIA**, em garantia no financiamento(s) obtido(s) para a consecução do objeto da **CONCESSÃO**, nos termos das Cláusulas deste **CONTRATO**, além de outras garantias que venham a ser exigidas pelo(s) **FINANCIADORES**, desde que isso não comprometa a operacionalização e a continuidade da execução dos investimentos e do objeto da **CONCESSÃO**;
- e) subcontratar terceiros para o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares à execução do objeto, e/ou para implementar projetos associados à **CONCESSÃO**;
- f) distribuir dividendos e promover outras formas lícitas de distribuição de caixa aos acionistas, observados os termos e condicionantes previstos neste **CONTRATO**;

**g)** explorar projetos associados nas áreas integrantes da **CONCESSÃO**, inclusive auferindo **RECEITAS ACESSÓRIAS**; e

**h)** suspender os **SERVIÇOS** ora contratados quando o **PODER CONCEDENTE** deixar de repassar os valores devidos por mais de 90 (noventa) dias.

**21.2** Caso a **CONCESSIONÁRIA** opte pela subcontratação dos serviços necessários à realização dos **INVESTIMENTOS**, o **PODER CONCEDENTE** deverá conceder a sua não objeção à referida contratação, podendo exigir comprovação de que a empresa contratada possui os requisitos técnicos e financeiros suficientes para a perfeita execução do contrato.

**21.2.1** Para que a **CONCESSIONÁRIA** obtenha a não objeção do **PODER CONCEDENTE**, ela deverá remeter as seguintes informações, por escrito, ao **PODER CONCEDENTE**:

**a)** Nome, qualificação e endereço da empresa a ser contratada;

**b)** Nome, qualificação e endereço dos administradores e postos da empresa a ser contratada;

**c)** Descrição objetiva dos serviços a serem contratados;

**d)** Data prevista para o início e conclusão dos serviços a serem contratados;

**e)** Atos constitutivos da empresa a ser contratada, devidamente registrados na Junta Comercial ou Cartório competente; e

**f)** Documentação comprobatória da experiência técnica da empresa contratada na execução de serviços ou obras equivalentes, quando, a critério do **PODER CONCEDENTE**, a complexidade técnica do objeto contratado tornar necessária esta comprovação.

**21.2.2** O fato de o contrato com terceiros **SUBCONTRATADOS** ter sido de conhecimento do **PODER CONCEDENTE** não poderá ser alegado pela **CONCESSIONÁRIA** para eximir-se do cumprimento, total ou parcial, de suas obrigações decorrentes deste **CONTRATO**, ou justificar qualquer atraso ou modificação nos custos e **INVESTIMENTOS** sob sua responsabilidade.

**21.2.3** Os contratos celebrados entre a **CONCESSIONÁRIA** e terceiros **SUBCONTRATADOS** reger-se-ão pelas normas de direito privado, não estabelecendo nenhuma relação de qualquer natureza entre os terceiros **SUBCONTRATADOS** e o **PODER CONCEDENTE**.

**21.2.4** A **CONCESSIONÁRIA** é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da celebração de contratos com terceiros **SUBCONTRATADOS**.

**21.3** Na hipótese de substituição de qualquer dos subcontratados, deverá haver a expressa não



objeção do **PODER CONCEDENTE**, sendo obrigatória a comprovação de que a nova empresa subcontratada também detenha as condições técnicas e financeiras suficientes para a perfeita execução do contrato.

**21.4 A CONCESSIONÁRIA** se responsabiliza por todos os atos praticados pelas subcontratadas, não podendo invocar qualquer disposição em sentido contrário, ainda que previstas no contrato de subcontratação.

**21.5** Fica vedada qualquer tipo de subconcessão em relação aos **SERVIÇOS** objeto do presente **CONTRATO**, assim entendida a transferência, total ou parcial, dos encargos da **CONCESSIONÁRIA** a terceiros, que passariam a assumir, diretamente, direitos e obrigações da **CONCESSIONÁRIA**, previstos neste **CONTRATO**.

## **CLÁUSULA 22 – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS FINAIS**

**22.1** Sem prejuízo do disposto na **LEGISLAÇÃO APLICÁVEL** e das demais disposições deste **CONTRATO**, são direitos e obrigações dos **USUÁRIOS FINAIS**:

- a)** Comunicar ao **PODER CONCEDENTE** e/ou à **CONCESSIONÁRIA** a ocorrência de irregularidades relacionadas à prestação dos **SERVIÇOS**;
- b)** Receber da **CONCESSIONÁRIA** e do **PODER CONCEDENTE** as informações necessárias para a defesa de interesses individuais ou coletivos;
- c)** Comunicar ao **PODER CONCEDENTE** os atos ilícitos ou irregulares porventura praticados pela **CONCESSIONÁRIA** ou seus prepostos na execução do **CONTRATO**;
- d)** Quando solicitado, prestar as informações necessárias para que os **SERVIÇOS** possam ser prestados de forma adequada e racional;
- e)** Contribuir para a manutenção das boas condições dos bens públicos por intermédio dos quais lhes são prestados os **SERVIÇOS**;
- f)** Receber da **CONCESSIONÁRIA** as informações necessárias à utilização dos **SERVIÇOS**.

**22.2** Implantação de Central de Atendimento ao Usuário. A **CONCESSIONÁRIA** deverá implantar, às suas expensas, uma Central de Atendimento ao Usuário (CAU), para o atendimento e coleta de reclamações, pleitos e sugestões dos **USUÁRIOS FINAIS** em relação aos **SERVIÇOS**.

**22.3** Caberá à **CONCESSIONÁRIA** enviar ao **PODER CONCEDENTE** relatório mensal relativo às demandas dos **USUÁRIOS FINAIS**, com a indicação do índice de efetividade do atendimento.



## **CAPÍTULO VII DA PROTEÇÃO AMBIENTAL**

### **CLÁUSULA 23 – DA PROTEÇÃO AMBIENTAL**

**23.1** A **CONCESSIONÁRIA** obriga-se a cumprir o disposto na legislação vigente relativa às normas de proteção ambiental.

**23.2** A **CONCESSIONÁRIA** deverá se submeter às medidas adotadas pelas autoridades com poder de fiscalização de meio ambiente, no âmbito das respectivas competências, observando sempre o equilíbrio econômico-financeiro deste **CONTRATO** e suas cláusulas e condições.

**23.3** A **CONCESSIONÁRIA** é responsável pela obtenção das licenças ambientais que eventualmente sejam necessárias (prévia, operação, implantação) para a execução das **OBRAS** e **SERVIÇOS** objeto da **CONCESSÃO**, de acordo com o disposto no **PROJETO BÁSICO**.

**23.4** Quando, embora a **CONCESSIONÁRIA** comprove o cumprimento de todos os requisitos para obtenção de determinada licença, não a tenha obtido por razões alheias à sua vontade, em especial por problemas imputados ao **PODER CONCEDENTE**, esta não poderá ser responsabilizada por referido inadimplemento, e o **CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO** deverá ser revisto, sendo assegurada, ainda, a revisão do **CONTRATO**, para se garantir o seu equilíbrio econômico-financeiro.

**23.5** O **PODER CONCEDENTE** será o único responsável pelo passivo ambiental, devendo manter a **CONCESSIONÁRIA** isenta de qualquer responsabilidade, quando:

- a)** originado de atos ou fatos ocorridos anteriormente à assunção dos **SERVIÇOS**, independentemente de o passivo ambiental ser verificado anteriormente ou após a assunção dos **SERVIÇOS**, inclusive no caso de desatendimento à legislação ambiental pela má destinação dos resíduos;
- b)** ainda que posterior à assunção dos **SERVIÇOS**, seja originado de atos ou fatos ocorridos em decorrência do cumprimento, pela **CONCESSIONÁRIA** dos termos do **CONTRATO** e dos demais **ANEXOS** a este instrumento; ou
- c)** ainda que posterior à assunção dos **SERVIÇOS** pela **CONCESSIONÁRIA**, decorra da inércia do **PODER CONCEDENTE** no cumprimento de suas obrigações e deveres legais.

**23.6** Na hipótese prevista de determinação da autoridade ambiental para adaptação à legislação aplicável, em prazos ou condições diferentes dos prazos e metas fixados para esta **CONCESSÃO ADMINISTRATIVA**, o **CONTRATO** deverá ser revistos, com vistas à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

## **CAPÍTULO VIII**

### **DA FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

#### **CLÁUSULA 24 - DA FISCALIZAÇÃO**

**24.1** A fiscalização da **CONCESSÃO**, abrangendo todas as atividades da **CONCESSIONÁRIA**, durante todo o prazo do **CONTRATO**, será executada pela **ENTIDADE REGULADORA**, estando assegurado o pleno direito ao contraditório e ampla defesa à **CONCESSIONÁRIA**, por meio de Recurso Administrativo dirigida ao Departamento de Resíduos Sólidos do SEMASA e, sucessivamente, ao Superintendente do SEMASA.

**24.1.1** A **ENTIDADE REGULADORA** será a entidade responsável pela fiscalização e regulação do **CONTRATO**, devendo ser constituída comissão própria para tal feito, nos termos do art. 23 do Decreto Federal nº 7.217/2010.

**24.2** A **CONCESSIONÁRIA** facultará ao **PODER CONCEDENTE**, ou a qualquer outra entidade que ele indicar, tal como a **ENTIDADE REGULADORA**, o livre acesso, em qualquer época, às áreas, instalações e locais referentes à **CONCESSÃO**, incluindo estatísticas e registros administrativos e contábeis, e prestará sobre esses, no prazo que lhe for estabelecido, os esclarecimentos que forem formalmente solicitados.

**24.3** A **ENTIDADE REGULADORA** e o **PODER CONCEDENTE** poderão demandar à **CONCESSIONÁRIA**, a qualquer tempo e sob qualquer circunstância, informações de natureza técnica, operacional, econômica, financeira e contábil, bem como medições e prestações de contas.

**24.4** A **ENTIDADE REGULADORA** e/ou o **PODER CONCEDENTE**, diretamente ou por meio de seus representantes credenciados, poderá realizar, na presença de representantes da **CONCESSIONÁRIA**, testes ou ensaios que permitam avaliar adequadamente o desempenho operacional dos equipamentos, sistemas e instalações utilizados na **CONCESSÃO**.

**24.5** No exercício da fiscalização, a **ENTIDADE REGULADORA** e/ou o **PODER**

**CONCEDENTE**, conforme aplicável, também poderão:

- a)** acompanhar a execução de **OBRAS** e **SERVIÇOS**, bem como a conservação dos **BENS VINCULADOS À CONCESSÃO**;
- b)** proceder a vistorias para a aferição da conformidade das instalações e equipamentos às normas, determinando as necessárias correções, reparos, remoções, reconstruções ou substituições às expensas da **CONCESSIONÁRIA**;
- c)** intervir, quando necessário, na execução dos **SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA**, nos termos da legislação e deste **CONTRATO**, de modo a assegurar a regularidade e o fiel cumprimento das obrigações contratuais assumidas pela **CONCESSIONÁRIA**;
- d)** determinar que sejam refeitas obras, atividades e **SERVIÇOS**, sem ônus para o **PODER CONCEDENTE**, se as já executadas não estiverem em conformidade com este **CONTRATO DE CONCESSÃO**; e
- e)** aplicar as sanções e penalidades previstas neste **CONTRATO**.

**24.6** Na hipótese em que a **CONCESSIONÁRIA** se recusar a acatar as determinações realizadas pela **ENTIDADE REGULADORA** e/ou o **PODER CONCEDENTE**, este poderá adotar, diretamente ou por meio de terceiros, as providências necessárias para corrigir a situação, correndo os respectivos custos por conta da **CONCESSIONÁRIA**, sem prejuízo da aplicação das sanções e penalidades pertinentes.

## **CLAUSULA 25 - DO VERIFICADOR INDEPENDENTE**

**25.1** O **PODER CONCEDENTE** poderá recorrer a serviço técnico externo de um **VERIFICADOR INDEPENDENTE** para auxiliá-lo na aplicação do **CONTRATO**, bem como para auxiliá-lo na eventual liquidação de valores decorrentes de pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO** e do pagamento de eventuais indenizações.

**25.1.1.** Caberá ao **PODER CONCEDENTE** selecionar o **VERIFICADOR INDEPENDENTE** com base em lista tríplice a ser apresentada pela **CONCESSIONÁRIA**.

**25.1.1.1.** A **CONCESSIONÁRIA** apresentará ao **PODER CONCEDENTE** lista tríplice de empresas independentes e de renome no mercado por sua idoneidade, imparcialidade, ética e competência técnica a serem qualificadas como **VERIFICADOR INDEPENDENTE** do **CONTRATO**;

**25.1.1.2.** Apresentada referida lista tríplice, cabe ao **PODER CONCEDENTE** selecionar o **VERIFICADOR INDEPENDENTE** que entender mais apropriado, no prazo de [=] dias úteis.

**25.2** Após seleção realizada pelo **PODER CONCEDENTE**, caberá à **CONCESSIONÁRIA** contratar o **VERIFICADOR INDEPENDENTE** e arcar com os custos oriundos de sua contratação.

**25.3** O **VERIFICADOR INDEPENDENTE** poderá ser contratado no curso da vigência deste **CONTRATO**.

**25.4** O **VERIFICADOR INDEPENDENTE** terá como atribuição, sem limitação, (i) a apuração do desempenho da **CONCESSIONÁRIA** (ii) a realização de testes de qualidade que se fizerem necessários à boa execução do **CONTRATO**; (iii) auxílio na avaliação final dos **BENS REVERSÍVEIS** quando da extinção da **CONCESSÃO**, respeitadas as diretrizes previstas no **ANEXO VII – Indicadores e Critérios de Aferição dos Padrões Mínimos de Qualidade e Desempenho da Concessão** do EDITAL.

**25.5** O **VERIFICADOR INDEPENDENTE**, no exercício de suas atividades, poderá realizar as diligências necessárias ao cumprimento de suas funções, desde que devidamente autorizado pelo **PODER CONCEDENTE**.

## CAPÍTULO IX

### DO INADIMPLEMENTO DAS PARTES E

### DAS CAUSAS JUSTIFICADORAS DA INEXECUÇÃO

#### CLÁUSULA 26 - DO INADIMPLEMENTO DO PODER CONCEDENTE

**26.1** São hipóteses de inadimplemento deste **CONTRATO**, por parte do **PODER CONCEDENTE**:

a) não efetuar a declaração de utilidade pública, não promover a desapropriação, não instituir serviços administrativos, necessários para o desenvolvimento do objeto da **CONCESSÃO**, ou não permitir à **CONCESSIONÁRIA** ocupar provisoriamente bens imóveis necessários à execução e conservação das **OBRAS** e **SERVIÇOS**, nas condições previstas neste **CONTRATO DE CONCESSÃO**;

b) não pagamento da **CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL** nos prazos indicados neste



## **CONTRATO DE CONCESSÃO;**

- c) não emissão das licenças, alvarás e demais atos administrativos que sejam de sua responsabilidade, nos prazos e formas definidos na forma da legislação vigente;
- d) deixar de tomar qualquer providência prevista neste **CONTRATO**, que interfira na prestação dos **SERVIÇOS** pela **CONCESSIONÁRIA**;
- e) não colaboração com a **CONCESSIONÁRIA** na obtenção das licenças, alvarás e demais atos administrativos que não sejam de sua alçada;
- f) não cumprimento dos prazos previstos neste **CONTRATO DE CONCESSÃO**, especialmente os prazos previstos no procedimento de equilíbrio econômico-financeiro; e
- g) ação ou omissão do **PODER CONCEDENTE** de forma a não manter o equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO**.

### **26.2 Nas hipóteses previstas na Cláusula 26.1 a CONCESSIONÁRIA:**

- a) não será responsabilizada pelo atraso ou pelas incorreções na prestação dos **SERVIÇOS**;
- b) terá direito à revisão do **CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO** e do **PLANO EXECUTIVO DE TRABALHO**;
- c) terá direito à readequação do equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO**, por meio previsto na Cláusula 30 deste **CONTRATO**.

## **CLAUSULA 27 - DO INADIMPLEMENTO DA CONCESSIONÁRIA**

**27.1** Será caracterizado como inadimplemento da **CONCESSIONÁRIA** o descumprimento de qualquer dispositivo constante do **CONTRATO** e de seus **ANEXOS**.

**27.2** A caracterização e as consequências do inadimplemento da **CONCESSIONÁRIA** encontram-se definidas na Cláusula 39 deste **CONTRATO**.

## **CLÁUSULA 28 - DAS CAUSAS JUSTIFICADORAS DA INEXECUÇÃO**

**28.1** No caso de inexecução total ou parcial deste **CONTRATO**, decorrente diretamente de **FORÇA MAIOR, CASO FORTUITO**, fato do príncipe, ato da Administração ou de interferências imprevistas, que retardem ou impeçam o cumprimento deste **CONTRATO**, devidamente

justificados, ficará a **CONCESSIONÁRIA** exonerada de responsabilidade pelo atraso no cumprimento do **PLANO EXECUTIVO DE TRABALHO** e das demais obrigações decorrentes deste **CONTRATO**, sem prejuízo da readequação do equilíbrio econômico-financeiro, pelos meios previstos na Cláusula 30 deste **CONTRATO**.

**28.2** Para fins do disposto no item 28.1 anterior, considera-se:

**a.** força maior: o evento humano que, por sua imprevisibilidade e inevitabilidade, cria óbice intransponível para a **CONCESSIONÁRIA** na execução deste **CONTRATO**, consubstanciado em ato superveniente impeditivo de cumprimento das obrigações assumidas;

**b.** caso fortuito: o evento da natureza que, por sua imprevisibilidade e inevitabilidade, gera obstáculo intransponível para a **CONCESSIONÁRIA** no cumprimento deste **CONTRATO**;

**c.** fato do príncipe: toda determinação estatal, geral, imprevista e imprevisível, positiva ou negativa, que onera substancialmente a execução deste **CONTRATO**;

**d.** ato da Administração: toda ação ou omissão de órgão da Administração Pública que, incidindo direta e especificamente sobre este **CONTRATO**, retarda, agrava ou impede a sua execução pela **CONCESSIONÁRIA**, ensejando, ainda, as indenizações correspondentes; interferências imprevistas: são ocorrências materiais não cogitadas pelas **PARTES** quando da celebração deste **CONTRATO**, mas que surgem no decorrer de sua execução de modo surpreendente e excepcional, dificultando ou onerando extraordinariamente o prosseguimento e a conclusão dos trabalhos, consubstanciada pela descoberta superveniente de obstáculos materiais, naturais ou artificiais, depois de iniciada a execução do **CONTRATO**, podendo, inclusive, que sua existência seja anterior à data de assinatura do **CONTRATO**, mas só revelada posteriormente.

**28.3** Não se caracteriza, ainda, como descontinuidade do **SERVIÇO** a sua interrupção pela **CONCESSIONÁRIA** em emergência que atinja a segurança de pessoas e bens, nas seguintes hipóteses:

**a)** quando houver necessidade de efetuar reparos, modificações ou melhoria de qualquer natureza nos equipamentos destinados aos **SERVIÇOS** objeto deste **CONTRATO**;

**b)** caso, a juízo da **CONCESSIONÁRIA**, houver comprometimento da segurança de instalações ou de pessoas.

**28.4** A ocorrência de quaisquer dos eventos previstos nesta Cláusula deverá ser imediatamente comunicada pela **CONCESSIONÁRIA** ao **PODER CONCEDENTE**, informando as medidas que estiverem sendo adotadas para reduzir ou superar os impactos deles decorrentes, sendo que no

caso de interrupção motivada por razões de ordem técnica, deverá ser o **PODER CONCEDENTE** previamente comunicado.

**28.5** Cabe à **CONCESSIONÁRIA**, em qualquer das hipóteses desta Cláusula, adotar as providências cabíveis no sentido de reduzir a descontinuidade do **SERVIÇO** ao prazo estritamente necessário, sujeito à fiscalização do **PODER CONCEDENTE**.

**28.6** Ocorrendo quaisquer dos eventos mencionados nesta Cláusula, o **PODER CONCEDENTE** e a **CONCESSIONÁRIA** acordarão, alternativamente, acerca da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO**, bem como da revisão do **PLANO EXECUTIVO DE TRABALHO** nos termos ora acordados, ou, ainda, da extinção da **CONCESSÃO ADMINISTRATIVA**, caso a impossibilidade de cumprimento deste **CONTRATO** se torne definitiva ou a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro revele-se excessivamente onerosa para o **PODER CONCEDENTE**.

**28.7** Eventuais conflitos decorrentes da aplicação do disposto neste item serão dirimidos por meio do mecanismo de solução de controvérsias previsto na Cláusula 45 deste **CONTRATO**.

## **CAPÍTULO X**

### **DOS RISCOS E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

#### **CLÁUSULA 29 - ALOCAÇÃO DE RISCOS**

**29.1** A **CONCESSIONÁRIA** é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados a presente **CONCESSÃO**, salvo disposição expressa em contrário no presente **CONTRATO**.

**29.1.1** Incluem-se dentre os riscos da **CONCESSIONÁRIA**, nesta **CONCESSÃO**, aqueles relacionados a:

- a) a obtenção de **LICENÇAS**, permissões e autorizações relacionadas às atividades da **CONCESSÃO**, ressalvado o disposto na subcláusula 29.2.;
- b) a variação de custos de insumos, custos operacionais, de manutenção e investimentos, inclusive em razão de flutuação cambial;
- c) o atraso no cumprimento do **PLANO EXECUTIVO DE TRABALHO** e demais prazos

estabelecidos neste **CONTRATO**;

**d)** as mudanças no plano de investimentos ou nos projetos, por mera liberalidade da **CONCESSIONÁRIA**;

**e)** o erro em seus projetos, o erro nas suas estimativas de custos e/ou gastos, as falhas na prestação dos **SERVIÇOS** e os erros ou falhas causadas pelos seus subcontratados;

**f)** a segurança e a saúde dos trabalhadores que estejam a ela subordinados na execução do **CONTRATO** e/ou de seus subcontratados;

**g)** o aumento do custo de financiamento(s) assumido(s) para a realização de investimentos ou para o custeio dos **SERVIÇOS**;

**h)** a qualidade na prestação dos **SERVIÇOS**, bem como o atendimento às especificações técnicas dos **SERVIÇOS**;

**i)** a operação e manutenção de seus ativos, envolvendo todos os possíveis serviços agregados;

**j)** a obsolescência, a robustez e o pleno funcionamento da tecnologia empregada pela **CONCESSIONÁRIA** na **CONCESSÃO**;

**k)** os prejuízos causados a terceiros ou ao meio ambiente por culpa da **CONCESSIONÁRIA**, de seus empregados, prestadores de serviço, terceirizados, subcontratados ou por qualquer outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada, no exercício das atividades abrangidas neste **CONTRATO**;

**l)** as ineficiências ou perdas econômicas decorrentes de falhas, negligência, inépcia ou, omissão no cumprimento do objeto deste **CONTRATO**;

**m)** os riscos relacionados à exploração das atividades complementares, acessórias ou decorrentes de projetos associados à **CONCESSÃO**; e

**n)** os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste **CONTRATO** e as responsabilizações deles decorrentes, incluídas aquelas relacionadas às empresas eventualmente subcontratadas no âmbito da **CONCESSÃO**.

**29.2** Não são riscos da **CONCESSIONÁRIA**, dando ensejo ao procedimento de reequilíbrio econômico-financeiro, nos termos deste **CONTRATO**:

**a)** Decisões judiciais ou administrativas que impactem, impeçam ou impossibilitem a **CONCESSIONÁRIA** de prestar integral ou parcialmente os **SERVIÇOS**, ou que interrompam ou suspendam o pagamento da remuneração, seu reajuste ou revisão de acordo com o estabelecido neste

**CONTRATO**, exceto nos casos em que a **CONCESSIONÁRIA** houver dado causa à situação sobre a qual estiverem fundadas referidas decisões;

**b)** alterações na legislação ou regulamentação pertinente, inclusive quanto à criação, alteração ou extinção de tributos ou encargos e exigências para a gestão e operação da **CONCESSÃO**, que alterem a composição econômico-financeira da **CONCESSIONÁRIA**, excetuada a legislação dos impostos sobre a renda;

**c)** atrasos ou inexecução das obrigações da **CONCESSIONÁRIA**, causados pela demora ou omissão do **PODER CONCEDENTE** ou de demais órgãos ou entidades do **MUNICÍPIO** incluindo, mas não se limitando à emissão de **LICENÇAS** e autorizações necessárias ao adequado desenvolvimento da **CONCESSÃO**, quando cabíveis, e quando não observados os prazos legais pertinentes;

**d)** descumprimento, pelo **PODER CONCEDENTE**, de suas obrigações contratuais ou regulamentares, incluindo, mas não se limitando ao inadimplemento do pagamento da remuneração ou o descumprimento de prazos a ele aplicáveis nos termos deste **CONTRATO** e/ou na legislação vigente;

**e)** atraso no cumprimento do **PLANO EXECUTIVO DE TRABALHO** e demais prazos estabelecidos neste **CONTRATO** relacionados às obrigações assumidas pela **CONCESSIONÁRIA**, quando decorrentes diretamente de ação ou omissão do **PODER CONCEDENTE**;

**f)** imposição de novas obrigações ou alteração unilateral das obrigações originalmente contempladas no **CONTRATO DE CONCESSÃO**, pelo **PODER CONCEDENTE**, que provoquem impacto nos custos e encargos da **CONCESSIONÁRIA**;

**g)** prejuízos causados a terceiros ou ao meio ambiente pelos administradores, empregados, prepostos, ou prestadores de serviços antes da **DATA DA ORDEM DE INÍCIO**, hipótese em que, além do direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO**, terá a **CONCESSIONÁRIA** o direito ao ressarcimento pelo **PODER CONCEDENTE** de eventuais indenizações que vier a pagar em razão do passivo ambiental e/ou casos de responsabilidade civil que tenham como causa fato anterior à **CONCESSÃO**;

**h)** manifestações sociais e/ou públicas que comprometam a execução do **CONTRATO** ou que acarretem danos multitudinários aos **BENS VINCULADOS** à **CONCESSÃO**, desde que as perdas e danos causados por tais eventos não sejam objeto de cobertura de seguros previstos neste **CONTRATO**;



i) ações judiciais originárias em virtude de problemas na prestação de serviços prestados anteriormente à **DATA DA ORDEM DE INÍCIO**; e

j) custos de recuperação, prevenção, correção e gerenciamento de passivo ambiental relacionados à **CONCESSÃO**, originados anteriormente à **DATA DA ORDEM DE INÍCIO**.

**29.3** Na ocorrência de **CASO FORTUITO** ou **FORÇA MAIOR**, cujas consequências não sejam cobertas por seguro disponível no mercado securitário brasileiro e em condições comerciais viáveis, as **PARTES** acordarão se haverá lugar à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ou à extinção da **CONCESSÃO**, tendo-se por base as consequências dos eventos para a continuidade da **CONCESSÃO**, observado o disposto neste **CONTRATO**.

**29.3.1** Verificando-se a extinção da **CONCESSÃO**, nos termos do disposto neste item, aplicar-se-ão, no que couberem, as regras e os procedimentos válidos para a extinção da **CONCESSÃO** por encampação, nos termos previstos neste **CONTRATO**.

**29.4** As **PARTES** comprometem-se a empregar todas as medidas e ações necessárias a fim de minimizar os efeitos decorrentes dos eventos de **FORÇA MAIOR** ou **CASO FORTUITO**.

**29.5** A **CONCESSIONÁRIA** declara:

a) ter ciência integral da natureza e extensão dos riscos assumidos neste **CONTRATO**;

b) ter levado em consideração a repartição de riscos estabelecida neste **CONTRATO** para a formulação da sua **PROPOSTA ECONÔMICA** na **LICITAÇÃO**.

## **CLÁUSULA 30 - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

**30.1** Sempre que atendidas as condições do **CONTRATO** e mantida a alocação de riscos nele estabelecida, considera-se mantido o seu equilíbrio econômico-financeiro.

**30.1.1.** As **PARTES** terão direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO** quando o equilíbrio inicialmente pactuado entre as obrigações e contraprestações contratuais for afetado, notadamente, mas não se limitando, quando:

**30.1.1.1.** Modificação unilateral pelo **PODER CONCEDENTE** das condições do **CONTRATO**, desde que, como resultado direto dessa modificação, verifique-se, comprovadamente alteração dos custos ou da receita da **CONCESSIONÁRIA**, para mais ou para menos;

**30.1.1.2.** Ocorrência de fatos supervenientes, decorrentes de **CASO FORTUITO, FORÇA MAIOR**, fato do príncipe ou de eventos imprevisíveis que resultem, comprovadamente, em aumento ou redução de custos para a **CONCESSIONÁRIA**;

**30.1.1.3.** Alterações normativas de caráter específico, inclusive atinentes a encargos tributários e sociais incidentes sobre o serviço concedido, que tenham impacto comprovado direto sobre as receitas de serviços da espécie ou sobre custos, para mais ou para menos, relacionados com os **SERVIÇOS** pertinentes ao desenvolvimento da **CONCESSÃO**;

**30.1.1.4.** Alterações na legislação ambiental vigente, que resultem em investimentos e/ou gastos adicionais;

**30.1.1.5.** Modificação, alteração ou melhoramento, por imposição legal, dos padrões tecnológicos utilizados pela **CONCESSIONÁRIA** em suas **OBRAS** e **SERVIÇOS** que afetem comprovadamente os custos da **CONCESSIONÁRIA**, aumentando-os ou reduzindo-os.

**30.2** A **CONCESSIONÁRIA** poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, quando cabível, nos termos da lei, nas hipóteses previstas neste **CONTRATO** e quando houver alteração das premissas previstas na **PROPOSTA ECONÔMICA**, observado o procedimento definido neste **CONTRATO**.

**30.3** O **PODER CONCEDENTE** poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, quando cabível, nos termos da lei e nas hipóteses previstas neste **CONTRATO**, inclusive em relação aos casos de extinção, isenção ou alteração de tributos ou encargos legais, que tenham repercussão positiva nas receitas ou despesas da **CONCESSIONÁRIA**.

**30.4** A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será efetivada, de comum acordo entre as **PARTES**, mediante as seguintes modalidades:

- a) prorrogação ou redução do prazo da **CONCESSÃO**, observados os limites legais;
- b) revisão dos encargos e obrigações assumidos pela **CONCESSIONÁRIA**, inclusive prazos no âmbito do **CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO** e no **PLANO EXECUTIVO DE TRABALHO**;
- c) revisão do valor devido a título de **CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL**, para mais ou para menos;
- d) pagamento de indenização;
- e) segregação do impacto econômico-financeiro causado pelo desequilíbrio do **PLANO EXECUTIVO DE TRABALHO** e constituição de dívida do **PODER CONCEDENTE** face à

**CONCESSIONÁRIA;** e

f) combinação das modalidades anteriores.

**30.5** As alternativas para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro não poderão alterar a alocação de riscos originalmente prevista no **CONTRATO**.

**30.6** Não ensejará recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO**, por representar incumbência exclusiva da **CONCESSIONÁRIA**:

**30.6.1.** custos excedentes relacionados às **OBRAS** e aos **SERVIÇOS** objeto da **CONCESSÃO**;

**30.6.2.** atraso no cumprimento do **CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO**, salvo no caso de atraso causado pelo **PODER CONCEDENTE** e/ou terceiros;

**30.6.3.** adequação da tecnologia empregada nas **OBRAS** e **SERVIÇOS** da **CONCESSÃO**;

**30.6.4.** perecimento, destruição, roubo, furto, perda ou quaisquer outros tipos de danos causados aos **BENS REVERSÍVEIS**;

**30.6.5.** contratação dos **FINANCIAMENTOS**;

**30.6.6.** aumento ou alteração do custo de capital, inclusive os resultantes de aumentos das taxas de juros;

**30.6.7.** variação das taxas de câmbio;

**30.6.8.** ocorrência de greves ou paralisações de empregados da **CONCESSIONÁRIA** ou a interrupção ou falha no fornecimento de materiais ou serviços pelos seus contratados;

**30.6.9.** prejuízos decorrentes da gestão ineficiente do objeto do **CONTRATO**;

**30.6.10.** ocorrência de dissídio, acordo ou convenção coletiva de trabalho;

**30.6.11.** variação menor ou igual a 5% (cinco por cento) nas quantidades dos serviços de (i) coleta de resíduos sólidos domiciliares, e resíduos sólidos provenientes da construção civil e demolição; (ii) operação e manutenção do **ATERRO** durante todo o **PRAZO** do **CONTRATO**.

## **CLÁUSULA 31 - DO PROCEDIMENTO PARA A RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

**31.1** A análise da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro pressupõe a verificação das premissas financeiras descritas na **PROPOSTA ECONÔMICA**, que fundamentou o valor da

**CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA**, assim como as condições econômicas globais do **CONTRATO**, tomando-se como base os efeitos dos eventos que lhe deram causa descritos em relatório técnico a ser apresentado pela parte interessada, o qual poderá vir acompanhado de laudo pericial, estudos independentes e/ou outros documentos considerados pertinentes.

**31.1.1** Caso se configure quaisquer das hipóteses para realização da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO**, a **CONCESSIONÁRIA** ou o **PODER CONCEDENTE**, conforme o caso, deverá elaborar relatório técnico fundamentado, solicitando a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

**31.1.2** O relatório técnico deverá especificar a hipótese geradora do desequilíbrio contratual, demonstrar os efeitos do evento por meio de um fluxo de caixa elaborado especificamente para a sua demonstração.

**31.2** Quando o pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro for iniciado pela **CONCESSIONÁRIA**, observar-se-á o que se segue:

a) o pedido deverá ser acompanhado do relatório técnico, previsto na subcláusula anterior, podendo juntar laudo pericial e/ou estudo independente que efetivamente demonstre o impacto do evento danoso, a data da ocorrência e a provável duração da hipótese ensejadora da recomposição;

b) o pedido deverá ser acompanhado de todos os documentos necessários à demonstração do cabimento do pleito, podendo o **PODER CONCEDENTE** solicitar laudos econômicos específicos da **CONCESSIONÁRIA** ou estudos elaborados por órgãos ou entidades da Administração Pública Municipal ou, ainda, por entidades independentes.

c) o pedido deverá demonstrar fundamentadamente os custos ou despesas incorridas e a sugestão das medidas a serem adotadas para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO**.

**31.2.1** O **PODER CONCEDENTE** terá livre acesso a informações, bens e instalações da **CONCESSIONÁRIA** ou de terceiros por ela contratados para aferir o quanto alegado pela **CONCESSIONÁRIA** no pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro que ela tiver apresentado.

**31.2.2** O **PODER CONCEDENTE** terá o prazo de 30 (trinta) dias para responder à **CONCESSIONÁRIA**, pedindo esclarecimentos, que, por sua vez, terá 15 (quinze) dias para apresentar a réplica.

**31.2.3** Após a réplica apresentada pela **CONCESSIONÁRIA**, o **PODER CONCEDENTE** deverá decidir o pleito em 15 (quinze) dias.

**31.3** O procedimento de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro iniciado pelo **PODER CONCEDENTE** deverá ser objeto de comunicação à **CONCESSIONÁRIA**, consignando-se a ela o prazo de 15 (quinze) dias para manifestação.

**31.3.1**A comunicação encaminhada à **CONCESSIONÁRIA** pelo **PODER CONCEDENTE** deverá estar acompanhada de cópia dos laudos e/ou dos estudos realizados para a caracterização da situação que levaria à recomposição.

**31.3.2**Findo o prazo de que trata a subcláusula 31.3, e não havendo manifestação da **CONCESSIONÁRIA**, será considerada aceita, de imediato, a proposta do **PODER CONCEDENTE**.

**31.4** Para a confirmação das situações apontadas como ensejadoras de desequilíbrio econômico-financeiro e para o dimensionamento dos efeitos e medidas delas resultantes, as **PARTES** poderão contratar entidade especializada especialmente para essa finalidade.

**31.5** Caso se verifique a procedência do pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, em regra, será utilizada a recomposição da Taxa Interna de Retorno (TIR) para se efetivar o reequilíbrio da **CONCESSÃO**.

**31.6** Nas hipóteses de desequilíbrio em virtude de inclusão de novos **INVESTIMENTOS** ou do aumento do escopo do **CONTRATO**, será utilizada a metodologia do Fluxo de Caixa Marginal, com as seguintes regras.

**31.6.1.** A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será realizada de forma que seja nulo o valor presente líquido da diferença entre: (i) o fluxo de caixa do negócio estimado, sem se considerar o impacto do evento; e (ii) o fluxo de caixa projetado, em caso de eventos futuros, ou observado, em caso de eventos passados, tomando-se em conta o evento que ensejou o desequilíbrio.

**31.6.2.** Para fins de determinação dos fluxos dos dispêndios marginais, deverão ser utilizadas as melhores informações disponíveis e atualizadas para se estimar o valor dos investimentos, dos custos e das despesas, bem como eventuais receitas e outros ganhos, resultantes do evento de desequilíbrio, tomando-se por base as melhores referências de preço do setor público e/ou do setor privado disponíveis no momento do pleito e, na indisponibilidade de informações mais atuais e a critério do **PODER CONCEDENTE**, das projeções realizadas por ocasião da **LICITAÇÃO**.



**31.6.3.** Na hipótese de novos investimentos ou serviços solicitados pelo **PODER CONCEDENTE**, e não previstos neste **CONTRATO**, o **PODER CONCEDENTE** poderá requerer à **CONCESSIONÁRIA**, previamente ao processo de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, a elaboração de projetos básico e executivo contendo todos os elementos necessários à precificação do investimento e às estimativas do impacto da **OBRA** ou **SERVIÇO** sobre as receitas da **CONCESSIONÁRIA**, observado, para todos os efeitos, o disposto na subcláusula anterior.

**31.6.4.** A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro poderá ser realizada antes ou depois do efetivo impacto do evento que der razão à situação de desequilíbrio, sendo, para tanto, calculado o valor presente líquido da diferença entre os fluxos estimado e projetado conforme a subcláusula 31.6.1, na data da avaliação.

**31.6.5.** A taxa de desconto real anual a ser utilizada no cálculo do valor presente de que trata a subcláusula anterior será composta pela média dos últimos 03 (três) meses da taxa bruta de juros de venda das Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B), *ex-ante* dedução do Imposto de Renda, com vencimento em 2045, publicada pela Secretaria do Tesouro Nacional, apurada na data do efetivo impacto do evento de desequilíbrio no fluxo de caixa da **CONCESSIONÁRIA**, acrescida de um prêmio de risco de 2% a.a. (dois por cento ao ano).

**31.6.6.** Para impactos futuros, a Taxa de Desconto real anual será composta pela média dos últimos 03 (três) meses da taxa de juros de venda das Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B), com vencimento em 2045, publicada pela Secretaria do Tesouro Nacional, apurada na data de formalização do reequilíbrio mediante assinatura do correspondente Aditivo, acrescida de um prêmio de risco de 2% a.a (dois por cento ao ano).

**31.6.7.** Quando os fluxos de caixa do negócio forem apurados em reais (R\$) correntes, a Taxa de Desconto descrita anteriormente deverá incorporar o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

**31.7** O procedimento de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do **CONTRATO** deverá ser concluído em prazo não superior a 60 (sessenta) dias, ressalvada a hipótese em que seja necessária a prorrogação, devidamente justificada, para complementação da instrução.

**31.8** Decorridos 60 (sessenta) dias após a apresentação do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro por requerimento da **CONCESSIONÁRIA**, e não sendo encontrada solução amigável, ou ainda, em caso de discordância quanto à necessidade de recomposição, as **PARTES** poderão recorrer aos procedimentos previstos neste **CONTRATO** para soluções de conflitos.

## CAPÍTULO XI

### DAS REVISÕES CONTRATUAIS

#### CLÁUSULA 32 - DAS REVISÕES ORDINÁRIAS

**32.1** A cada 5 (cinco) anos, contados da **DATA DE ORDEM DE INÍCIO**, as **PARTES** promoverão a revisão dos parâmetros, condições e resultados gerais da **CONCESSÃO**, com o objetivo de:

a) analisar criticamente e eventualmente alterar os parâmetros de aferição da disponibilidade dos **SERVIÇOS** prestados pela **CONCESSIONÁRIA**, sempre observando o equilíbrio econômico-financeiro da **CONCESSÃO**;

b) alterar as especificações do objeto do **CONTRATO**, em especial para incorporar eventuais avanços tecnológicos, quando for o caso, e aprimorar a prestação dos **SERVIÇOS**, em atenção ao princípio da atualidade, sempre observando o equilíbrio econômico-financeiro da **CONCESSÃO**;

e

c) analisar criticamente a execução dos **SERVIÇOS** e implantação das **OBRAS** sob o aspecto da higidez econômico-financeira da **CONCESSIONÁRIA**, e caso seja necessário recompor o equilíbrio econômico-financeiro da **CONCESSÃO**.

**32.2** O procedimento de revisão deverá ser instaurado de ofício pelo **PODER CONCEDENTE**, ou a pedido da **CONCESSIONÁRIA**, no prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período, da conclusão dos 05 (cinco) primeiros anos de vigência do **CONTRATO**, e assim sucessivamente, até o final do prazo de duração da **CONCESSÃO**.

**32.2.1** Para fins da análise da necessidade, conveniência ou oportunidade da revisão de que trata esta Cláusula, cada **PARTE** detalhará as eventuais alterações sugeridas, com as justificativas correspondentes, estudos e outros documentos que embasem a sua proposta.

**32.2.2** Somente serão considerados para fins de revisão ordinária, a variação, positiva ou negativa, superior a 5% (cinco por cento) das quantidades dos serviços de (i) coleta de resíduos sólidos domiciliares, (ii) coleta de resíduos sólidos provenientes dos serviços de saúde e (iii) operação e manutenção do **ATERRO**.

**32.3** O procedimento de revisão ordinária será concluído mediante acordo entre as **PARTES**, podendo ter a participação de outras entidades, representantes da sociedade civil ou profissionais especializados para o levantamento de dados, confirmação de premissas e/ou elucidações de ordem técnica e econômica que se fizerem necessárias.

**32.4** Do resultado do procedimento de revisão de que trata esta Cláusula, poderá ser revisto o equilíbrio econômico-financeiro da **CONCESSÃO**, em benefício da **CONCESSIONÁRIA** ou do **PODER CONCEDENTE**, nos termos das Cláusulas 30 e 31 deste **CONTRATO**.

### **CLÁUSULA 33 - DAS REVISÕES EXTRAORDINÁRIAS**

**33.1** As revisões extraordinárias consistem na revisão da **CONCESSÃO**, em virtude de fatos imprevistos, nos termos da Cláusula 30 e 31 do presente **CONTRATO**.

## **CAPÍTULO XII**

### **DAS GARANTIAS E DOS SEGUROS**

#### **CLAUSULA 34 - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO PELA CONCESSIONÁRIA**

**34.1** Em garantia do bom cumprimento das obrigações assumidas neste **CONTRATO**, a **CONCESSIONÁRIA**, previamente a sua assinatura, conforme estabelecido no Edital, prestou **GARANTIA DE EXECUÇÃO** no valor equivalente a [=]% ([=] por cento) do valor referente aos investimentos previstos para o primeiro ano do Contrato, na importância de [=] ([=]), montante suficiente e compatível com os ônus e riscos envolvidos, na forma de [inserir modalidade optada pela Contratada], nos termos do artigo 56 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

**34.2** A **GARANTIA DE EXECUÇÃO** oferecida deverá ter vigência mínima de 12 (doze) meses e não poderá conter qualquer tipo de ressalva ou condição que possa deixar dúvidas quanto à sua firmeza.

**34.3** A **GARANTIA DE EXECUÇÃO** deverá ser mantida pela **CONCESSIONÁRIA** até a data de extinção deste **CONTRATO**, por meio de renovações periódicas.

**34.3.1** Em até 15 (quinze) dias contados de cada renovação, a **CONCESSIONÁRIA** deverá

encaminhar a nova **GARANTIA DE EXECUÇÃO** ao **PODER CONCEDENTE**.

**34.4** Se houver prorrogação no prazo de vigência do **CONTRATO**, a **CONCESSIONÁRIA** fica obrigada a providenciar a renovação da **GARANTIA DE EXECUÇÃO**.

**34.5** Sem prejuízo das demais hipóteses previstas neste **CONTRATO**, o **PODER CONCEDENTE** poderá recorrer à **GARANTIA DE EXECUÇÃO** caso a **CONCESSIONÁRIA**:

**34.5.1** Não realize as obrigações previstas neste **CONTRATO** ou as execute em desconformidade;

**34.5.2** Não proceda ao pagamento de multas que lhe forem aplicadas;

**34.5.3** Não entregue os bens reversíveis, ao final da **CONCESSÃO**, na forma estabelecida neste **CONTRATO**.

**34.6** Sempre que o **PODER CONCEDENTE** utilizar a **GARANTIA DE EXECUÇÃO**, a **CONCESSIONÁRIA** deverá proceder à reposição de montante utilizado, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contatos da sua utilização.

**34.7** Se o valor a ser utilizado for superior ao valor da **GARANTIA DE EXECUÇÃO** prestada, além da perda desta, a **CONCESSIONÁRIA** responderá pela diferença mediante reposição do valor integral da **GARANTIA DE EXECUÇÃO** prestada, no prazo de 5 (cinco) dias da respectiva notificação.

**34.8** Nos termos do artigo 56, da Lei Federal nº 8.666, de 21 junho de 1993, a **GARANTIA DE EXECUÇÃO** poderá assumir qualquer das seguintes modalidades, podendo uma modalidade ser substituída por outra, a critério da **CONCESSIONÁRIA** e desde que aceito pelo **PODER CONCEDENTE**, no decorrer do **CONTRATO**:

**34.8.1** Depósito a ser mantido em conta remunerada indicada pelo **PODER CONCEDENTE**, o qual poderá levantar o valor depositado em caso de execução da **GARANTIA DE EXECUÇÃO**;

**34.8.2** Títulos da dívida pública, desde que registrados em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central e não sujeito à nenhum ônus ou gravames;

**34.8.3** A fiança deverá (i) ser emitida por instituição financeira devidamente registrada junto ao Banco Central; (ii) ter expressa renúncia da fiadora dos direitos previstos nos artigos 827, 835, 837, 838 e 839 da Lei Federal nº 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro); (iii) ter vigência de 12 (doze) meses, com cláusula de renovação até a extinção das obrigações da **CONCESSIONÁRIA**, desde que haja anuência formal da fiadora na prorrogação do prazo estipulado; (iv) prever que, no caso de não renovação da fiança, o termo final de validade será automaticamente prorrogado por

mais 120 (cento e vinte) dias e (v) prever que a inexistência da comunicação prevista acima implicará a renovação automática da fiança por igual período e nas mesmas condições da fiança original.

**34.8.4** A apólice de seguro-garantia deverá (i) ser emitida por seguradora devidamente registrada junto à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP; (ii) ser ressegurada nos termos da legislação aplicável; (iii) ter vigência de 12 (doze) meses, com cláusula de renovação até a extinção das obrigações da **CONCESSIONÁRIA**, desde que haja anuência formal da seguradora na prorrogação do prazo estipulado e (iv) prever que, no caso de não renovação da apólice, o termo final de validade será automaticamente prorrogado por mais 120 (cento e vinte) dias; e

**34.8.5** Prever que a inexistência da comunicação prevista acima implicará a renovação automática da apólice por igual período e nas mesmas condições da apólice original.

**34.9** Qualquer modificação nos termos e nas condições da **GARANTIA DE EXECUÇÃO** deverá ser previamente aprovada pelo **PODER CONCEDENTE**.

**34.9.1** As despesas decorrentes da prestação da **GARANTIA DE EXECUÇÃO** correrão exclusivamente por conta da **CONCESSIONÁRIA**.

**34.9.2** A **GARANTIA DE EXECUÇÃO** deverá permanecer em vigor até, no mínimo, 180 (cento e oitenta) dias após o advento do termo contratual.

**34.9.3** A **GARANTIA DE EXECUÇÃO** prestada será restituída ou liberada após a integral execução de todas as obrigações contratuais.

**34.9.4** A restituição ou liberação da **GARANTIA DE EXECUÇÃO** dependerá da comprovação do integral cumprimento de todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias da **CONCESSIONÁRIA**.

**34.10** A liberação da **GARANTIA DE EXECUÇÃO** do **CONTRATO** especificada nesta Cláusula ocorrerá, parcialmente como se segue:

**34.10.1.** 80% (oitenta por cento) do respectivo valor da **GARANTIA DE EXECUÇÃO** do **CONTRATO**, ao final do 5º (quinto) ano de vigência do **CONTRATO**, desde que os **INVESTIMENTOS** tenham sido implantado(s) e devidamente aprovado(s) pelo **PODER CONCEDENTE**;

**34.10.2.** 0,5% (cinco décimos por cento) do valor respectivo da **GARANTIA DE EXECUÇÃO** do **CONTRATO** a cada ano de vigência do **CONTRATO**, uma vez promovida a redução prevista na subcláusula anterior;



**34.10.3.** O saldo remanescente será liberado ao final do **PRAZO** da **CONCESSÃO**.

**34.11.** A não prestação, no prazo fixado, da **GARANTIA DE EXECUÇÃO** do **CONTRATO**, sujeitará a **CONCESSIONÁRIA** à multa prevista na subcláusula 39.3.1.

## **CLÁUSULA 35 - DA GARANTIA INSTITUÍDA EM FAVOR DA CONCESSIONÁRIA**

**35.1** O **PODER CONCEDENTE** se compromete, de forma irrevogável e irretroatável, a instituir cessão fiduciária, nos termos do art. 66-B, da Lei Federal nº 4.728, de 14 de julho de 1965, como condição para emissão da **ORDEM DE INÍCIO**, sobre os direitos sobre a receita depositada na **CONTA GARANTIA**, de titularidade do **PODER CONCEDENTE**.

**35.1.1** As receitas decorrentes da **TAXA DE COLETA** arrecadada pelo **MUNICÍPIO** serão depositadas, pelo arrecadador da **TAXA**, na **CONTA GARANTIA** e, uma vez resguardado o **SALDO MÍNIMO**, o saldo excedente será destinado às contas ordinárias do tesouro do **MUNICÍPIO**.

**35.1.2** Em caso de inadimplemento, por parte do **PODER CONCEDENTE**, relativo ao pagamento da **CONTRAPRESTAÇÃO PÚBLICA MENSAL**, configurado por mais de 10 (dez) dias, a **CONCESSIONÁRIA** fica autorizada a realizar a retenção dos valores depositados na **CONTA GARANTIA**, mediante comunicação prévia ao **PODER CONCEDENTE**;

**35.1.3** Constatada inadimplência dos valores devidos pelo **PODER CONCEDENTE** à **CONCESSIONÁRIA**, fica a **CONCESSIONÁRIA** autorizada a executar a garantia descrita na presente cláusula, aplicando-se seu valor no pagamento do crédito, e entregando ao devedor o demonstrativo da operação realizada.

**35.1.4** O **PODER CONCEDENTE** obriga-se neste ato, em caráter irrevogável e irretroatável, a manter, durante todo o prazo de vigência do presente **CONTRATO**, **SALDO MÍNIMO** na **CONTA GARANTIA**, no montante correspondente a \_\_\_\_\_ **CONTRAPRESTAÇÕES PÚBLICAS MENSAIS**, o que constituirá o **SALDO MÍNIMO**.

**35.1.4.1** Em caso de execução da garantia nos moldes do item 35.1.2, caberá ao **PODER CONCEDENTE** a reconstituição do **SALDO MÍNIMO** no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento do demonstrativo da operação realizada referido no item 35.1.3.

**35.1.5.** A movimentação da **CONTA GARANTIA**, bem como a operacionalização da garantia concedida pelo **PODER CONCEDENTE**, deverá observar ao disposto em Contrato de

Administração de Contas e em Contrato de Cessão Fiduciária de Contas, firmado de comum acordo entre as **PARTES** e a instituição financeira responsável pela gestão da **CONTAGARANTIA**.

**35.1.5.1** No ato da assinatura do **CONTRATO**, o **PODER CONCEDENTE** deverá demonstrar a disponibilidade de recursos em montante não inferior ao **SALDO MÍNIMO**, comprometendo-se a realizar a sua transferência para **CONTA GARANTIA**.

**35.1.5.2** Na hipótese de o **PODER CONCEDENTE** deixar de cumprir a providência descrita no item acima ou do item 35.1.4.1, a entidade estatal gestora do Fundo de Participação dos Municípios (“FPM”) ficará encarregada de realizar o depósito do **SALDO MÍNIMO**, utilizando-se para tanto dos valores de repasse destinados ao **MUNICÍPIO**.

**35.1.5.3** A eficácia das obrigações dispostas no presente **CONTRATO**, notadamente no **CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO** e no **PLANO EXECUTIVO DE TRABALHO**, fica condicionada à realização, pelo **PODER CONCEDENTE** ou pela entidade estatal gestora do Fundo de Participação dos Municípios (“FPM”), da providência descrita na cláusula acima.

**35.1.5.4** Ao longo de toda a execução contratual, o **PODER CONCEDENTE**, o **MUNICÍPIO** e a entidade estatal gestora do Fundo de Participação dos Municípios (“FPM”) ficam obrigados a garantir a manutenção do **SALDO MÍNIMO**, valendo-se, para tanto dos valores de repasse destinados ao **MUNICÍPIO**.

**35.1.5** O **PODER CONCEDENTE** assume neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a obrigação de que firmará, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da assinatura do **CONTRATO**, acordo de Carta Fiança, outorgada por autoridade estatal fazendária ou de fomento, assegurando o fiel cumprimento da obrigação imputável ao **PODER CONCEDENTE**, no que se refere à manutenção do **SALDO MÍNIMO** da **CONTA GARANTIA**, através de cessão fiduciária dos valores de repasse destinados ao **MUNICÍPIO**, proveniente do Fundo de Participação dos Municípios (“FPM”), equivalente à diferença entre o valor arrecadado de **TAXA DE COLETA** anualmente e o **SALDO MÍNIMO**.

**35.1.6** O inadimplemento, pelo **PODER CONCEDENTE**, de qualquer quantia devida sob o presente **CONTRATO** à **CONCESSIONÁRIA**, por período superior a 6 (seis) meses, ensejará, desde que solicitada pela **CONCESSIONÁRIA**, a rescisão do **CONTRATO**, nos termos da legislação aplicável.

**35.2** Adicionalmente, serão objeto de garantia a ser outorgada pelo **PODER CONCEDENTE** à

**CONCESSIONÁRIA**, e sujeitos de utilização do saldo contido na **CONTA DE GARANTIA**, os custos decorrentes de atrasos, danos, multas e/ou outras sanções impostas à **CONCESSIONÁRIA** pelos órgãos e/ou entidades ambientais competentes, que sejam resultantes de passivos ambientais originados antes da data de emissão da **ORDEM DE SERVIÇO**, e que impliquem quaisquer ônus, óbices, deveres e/ou embaraços à plena execução das atividades, **SERVIÇOS** e/ou **BENSVINCULADOS À CONCESSÃO**.

**35.2.1** Estão incluídos na garantia prevista pelo item acima, os passivos ambientais não revelados/detectados pelo **PODER CONCEDENTE** até a data de emissão da **ORDEM DE SERVIÇO**, eventuais danos ocasionados pelo **PODER CONCEDENTE** à **CONCESSIONÁRIA**, nos termos deste **CONTRATO**, bem como a ocorrência de riscos assumidos pelo **PODER CONCEDENTE** no presente **CONTRATO**.

## **CLÁUSULA 36 - DOS SEGUROS**

**36.1** A **CONCESSIONÁRIA** obriga-se a contratar, às suas expensas, até a assunção da **CONCESSÃO**, junto à seguradora de sua livre escolha, seguro contra todos os riscos inerentes à execução dos **SERVIÇOS**, **INVESTIMENTOS** e **OBRAS**, em condições aceitáveis pelo **PODER CONCEDENTE**, o qual deverá ser mantido durante todo o prazo do **CONTRATO**.

**36.2** A **CONCESSIONÁRIA**, além dos seguros exigíveis pela legislação aplicável, deverá assegurar, durante todo o prazo de vigência do **CONTRATO**, a existência e manutenção em vigor das apólices de seguro ou provisionamento financeiro para garantir a efetiva e abrangente cobertura dos riscos inerentes à execução das atividades pertinentes à **CONCESSÃO**, desde que seja em condições comerciais viáveis.

**36.2.1** No caso da adoção de seguros, as apólices devem ser contratadas com seguradoras autorizadas a operar no Brasil.

**36.3** O **PODER CONCEDENTE** deverá ser indicado como cossegurado nas apólices de seguros, de acordo com suas características e finalidade, bem como com a titularidade dos bens envolvidos, cabendo-lhe autorizar previamente o cancelamento, suspensão, modificação ou substituição de quaisquer apólices contratadas pela **CONCESSIONÁRIA**.

**36.4** As apólices de seguro deverão prever a indenização direta ao **PODER CONCEDENTE** nos casos em que caiba a ele a responsabilização pelo sinistro.

**36.5** Os **FINANCIADORES** poderão ser incluídos nas apólices de seguros, na condição de cossegurados.

**36.5.1.** As apólices deverão conter cláusula expressa de renúncia ao eventual exercício de sub-rogação nos direitos que a(s) seguradora(s) tenha(m) ou venha(m) a ter frente ao **PODER CONCEDENTE**.

**36.6** As apólices emitidas não poderão conter obrigações, restrições ou disposições que contrariem as disposições do presente **CONTRATO** ou a regulação setorial.

**36.7** A **CONCESSIONÁRIA** contratará e manterá em vigor os seguintes seguros, que deverão cobrir pelo menos os riscos de **OBRAS**, operacionais, ambientais, incêndios, explosões de qualquer natureza, equipamentos eletrônicos, roubo e furto:

**36.7.1.** Seguro do tipo “todos os riscos” (“*PropertyAllRisksInsurance*”) para danos materiais cobrindo a perda, destruição ou danos em todos ou em qualquer bem integrante da **CONCESSÃO**, devendo tal seguro contemplar todas as coberturas compreendidas de acordo com os padrões internacionais. Os valores cobertos pelos seguros de danos materiais deverão ser idênticos aos custos de reposição/reprodução de bens novos, abrangendo todos os bens patrimoniais.

**36.7.2.** Seguro de responsabilidade civil, que compreenda todos e quaisquer acidentes de prepostos ou empregados da **CONCESSIONÁRIA** e de terceiros, cobrindo qualquer prejuízo que venha a ser causado ou esteja relacionado com a execução da **CONCESSÃO**, inclusive, mas não se limitando, a responsabilidade civil de empregador, danos involuntários pessoais, mortes e danos materiais causados a terceiros e seus veículos.

**36.8** Em caso de descumprimento, pela **CONCESSIONÁRIA**, da obrigação de contratar e manter em plena vigência as apólices de seguro, o **PODER CONCEDENTE**, independentemente da prerrogativa de decretar a intervenção ou a caducidade da **CONCESSÃO** e de aplicar as demais penalidades correspondentes, poderá proceder à contratação e ao pagamento direto dos prêmios respectivos, correndo a totalidade dos custos às expensas da **CONCESSIONÁRIA**.

**36.8.1** Verificada a hipótese a que se refere à subcláusula anterior, a **CONCESSIONÁRIA** deverá, em até 15 (quinze) dias da data em que vier a ser notificada sobre as despesas decorrentes da contratação de seguros, reembolsar o **PODER CONCEDENTE**, sob pena de se descontar a quantia correspondente da **REMUNERAÇÃO MENSAL** a ela devida e de se executar a **GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**, sendo-lhe ainda aplicadas as demais sanções previstas neste **CONTRATO**.

**36.9** Nenhuma **OBRA** ou **SERVIÇO** poderá ter início ou prosseguir sem que a **CONCESSIONÁRIA** apresente ao **PODER CONCEDENTE** comprovação de que as apólices dos seguros exigidos neste **CONTRATO** estão em vigor, e consoante as condições determinadas.

**36.9.1.** Em até 15 (quinze) dias antes do início de qualquer **OBRA** ou **SERVIÇO**, a **CONCESSIONÁRIA** deverá encaminhar ao **PODER CONCEDENTE** cópia autenticada das apólices de seguro juntamente com os respectivos **PLANO EXECUTIVO DE TRABALHO**.

**36.10** A **CONCESSIONÁRIA** deverá fazer constar das apólices de seguro a obrigação da companhia seguradora de informar, por escrito, com antecedência mínima de 10 (dez) dias uteis, à própria **CONCESSIONÁRIA** e ao **PODER CONCEDENTE**, quaisquer fatos que possam implicar o cancelamento total ou parcial das apólices contratadas pela **CONCESSIONÁRIA**, redução de coberturas, aumento de franquias ou redução dos valores segurados.

**36.11** Deverá constar das apólices de seguro a obrigação da companhia seguradora de manter a cobertura pelo período de 120 (cento e vinte) dias a contar da data do vencimento da parcela do prêmio devida e não paga pela **CONCESSIONÁRIA**, para efeito do disposto na subcláusula 36.8.

**36.12** Anualmente, até o final do mês de janeiro, a **CONCESSIONÁRIA** deverá apresentar certificado emitido pela(s) companhia(s) seguradora(s) confirmando que todos os prêmios vencidos no ano precedente se encontram quitados e que as apólices contratadas pela **CONCESSIONÁRIA** estão em plena vigência ou foram renovadas, devendo neste caso ser encaminhados ao **PODER CONCEDENTE** os termos das novas apólices.

**36.13** Caso o seguro contratado vença no correr do ano, a **CONCESSIONÁRIA** deverá apresentar ainda, com antecedência de 30 (trinta) dias da data do vencimento do seguro, certificado da companhia seguradora comprovando a renovação do seguro e os termos das novas apólices.

**36.14** A **CONCESSIONÁRIA** é responsável pelo pagamento integral da franquia, em caso de utilização de quaisquer dos seguros por ela contratados.

## CAPÍTULO XIII

### DO REGIME DE BENS DA CONCESSÃO

#### CLÁUSULA 37 – DOS BENS QUE INTEGRAM A CONCESSÃO ADMINISTRATIVA



**37.1 A CONCESSÃO ADMINISTRATIVA** será integrada pelos bens que lhe estão afetos, pertencentes ou não ao patrimônio da **CONCESSIONÁRIA**, considerados como as instalações, equipamentos, máquinas, aparelhos, edificações, acessórios, enfim, os bens necessários e vinculados à adequada execução dos **SERVIÇOS**, incluindo os demais bens que venham a ser adquiridos, cedidos ou construídos pela **CONCESSIONÁRIA**, ao longo do período da **CONCESSÃO**.

**37.1.1** Na data da assunção dos **SERVIÇOS** objeto deste **CONTRATO**, as **PARTES** deverão assinar o Termo de Recebimento dos Bens, que relacionará todos os bens afetos a **CONCESSÃO**, que serão entregues pelo **PODER CONCEDENTE** à **CONCESSIONÁRIA** e que estão relacionados no ANEXO \_\_\_\_.

**37.1.2** É permitida a utilização direta de equipamentos, infraestrutura ou qualquer outro bem, que não sejam da propriedade da **CONCESSIONÁRIA** na execução das **OBRAS** e prestação dos **SERVIÇOS** objeto da **CONCESSÃO**, desde que não se coloque em risco a continuidade das **OBRAS** e **SERVIÇOS**.

**37.1.3** Na hipótese de utilização de bens de terceiros, poderá o **PODER CONCEDENTE** exigir que o respectivo contrato contenha disposição pela qual o terceiro se obrigue, em caso de extinção da **CONCESSÃO**, a mantê-lo e a sub-rogar o **PODER CONCEDENTE** nos direitos dele decorrentes.

**37.2** Os bens afetos à **CONCESSÃO** não poderão ser alienados ou onerados pela **CONCESSIONÁRIA**, sem prévia anuência do **PODER CONCEDENTE**, por qualquer forma, sob pena de caducidade, e reverterão ao **PODER CONCEDENTE**, quando da extinção do **CONTRATO**.

**37.2.1** Caso a **CONCESSIONÁRIA** aliene os bens ou onere para substituí-lo por outro de igual qualidade, torna-se desnecessária a prévia anuência do **PODER CONCEDENTE**.

**37.3** Os bens da **CONCESSIONÁRIA** que não estejam afetos à **CONCESSÃO** e, portanto, não sejam considerados como essenciais à execução dos **SERVIÇOS**, poderão ser onerados ou alienados pela **CONCESSIONÁRIA**, desde que tal oneração ou alienação não afete a qualidade dos **SERVIÇOS**, ou a diminuição das condições econômicas, técnicas ou operacionais, para continuidade da adequada prestação dos **SERVIÇOS**.

**37.3.1** O resultado apurado na alienação de bens, quando for o caso, deverá obrigatoriamente ser aplicado em benefício da concessão regida por este instrumento.

**37.4** Para os efeitos do disposto nos itens anteriores, os bens deverão estar devidamente registrados na contabilidade da **CONCESSIONÁRIA**, de modo a permitir a sua fácil identificação pelo

**PODER CONCEDENTE.**

**CLÁUSULA 38 - DA REVERSÃO DOS BENS VINCULADOS À CONCESSÃO**

**38.1** Extinta a **CONCESSÃO**, retornam ao **PODER CONCEDENTE** os **BENS REVERSÍVEIS**, os direitos e os privilégios vinculados à exploração da **CONCESSÃO** transferidos à **CONCESSIONÁRIA**, ou por esta adquiridos ou implantados.

**38.1.1** No prazo de 180 (cento e oitenta) dias antes do termo final deste **CONTRATO**, as **PARTES** deverão estabelecer os procedimentos para avaliar os **BENS VINCULADOS à CONCESSÃO**, com o fim de identificar aqueles imprescindíveis à continuidade da execução do **CONTRATO**.

**38.1.2** Caso haja divergência entre as **PARTES** quanto à avaliação prevista na subcláusula anterior, admitir-se-á o recurso ao expediente de solução de conflitos estabelecido neste **CONTRATO**.

**38.1.3** Procedida à avaliação e identificação dos **BENS REVERSÍVEIS**, será realizada, por ocasião da reversão, a lavratura do respectivo termo de devolução dos bens reversíveis.

**38.2** Os **BENS REVERSÍVEIS** são aqueles imprescindíveis à execução da **CONCESSÃO** adquiridos pela **CONCESSIONÁRIA** ao longo de todo o prazo deste **CONTRATO**, os quais reverterão em favor do **PODER CONCEDENTE** após a extinção da **CONCESSÃO**, nos termos estabelecidos no Capítulo XVII deste **CONTRATO**.

**38.2.1.** Integram os **BENS REVERSÍVEIS** todos os terrenos, estruturas, construções, equipamentos, máquinas, aparelhos, acessórios e, de modo geral, todos os demais bens vinculados à execução das **OBRAS** e prestação dos **SERVIÇOS** referentes à **CONCESSÃO**.

**38.2.2.** Também integram os **BENS REVERSÍVEIS** as áreas, instalações e plantas pertencentes à **INFRAESTRUTURA DE MANEJO**, sendo de responsabilidade do **PODER CONCEDENTE** a sua operação ao término do prazo contratual, incluindo serviços de pós-operação.

**38.2.3.** A **CONCESSIONÁRIA** obriga-se a entregar os **BENS REVERSÍVEIS** em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção, sem prejuízo do desgaste normal resultante do seu uso.

**38.3** Todos os custos decorrentes da execução das **OBRAS** e prestação de **SERVIÇOS** constituirão ônus exclusivo da **CONCESSIONÁRIA**.

**38.4** A **CONCESSIONÁRIA** obriga-se a manter, em bom estado de funcionamento, conservação

e segurança, às suas expensas, os **BENS VINCULADOS À CONCESSÃO**, incluindo-se os **BENS REVERSÍVEIS**, durante a vigência deste **CONTRATO**, efetuando para tanto os reparos, renovações e adaptações necessárias ao bom desempenho da **CONCESSÃO**, nos termos previstos neste **CONTRATO**.

**38.5** Qualquer alienação ou aquisição de bens que a **CONCESSIONÁRIA** pretenda realizar, nos últimos 5 (cinco) anos do prazo final da **CONCESSÃO**, deverá ser prévia e expressamente autorizada pelo **PODER CONCEDENTE**.

**38.5.1.** A **CONCESSIONÁRIA** terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado dos bens cuja aquisição, devidamente autorizada pelo **PODER CONCEDENTE**, tenha ocorrido nos últimos 5 (cinco) anos do **PRAZO** da **CONCESSÃO**, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade desta.

**38.5.2.** Alternativa ou supletivamente à indenização, o **PODER CONCEDENTE** poderá admitir a transferência de bens que tenham sido dados em garantia do seu próprio financiamento, subrogando-se na(s) parcela(s) financiada(s) vincenda(s).

**38.6** A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos.

## **CAPÍTULO XIV**

### **DAS SANÇÕES E PENALIDADES APLICÁVEIS ÀS PARTES**

#### **CLÁUSULA 39 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**39.1** O não cumprimento pela **CONCESSIONÁRIA** das cláusulas deste **CONTRATO**, de seus **ANEXOS** e do **EDITAL**, bem como das normas da legislação e regulamentação aplicáveis ensejará, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal e de outras penalidades previstas na legislação e na regulamentação vigentes, a aplicação, isolada ou concomitantemente, das seguintes penalidades:

**a)** advertência formal, por escrito, a versar sobre o descumprimento de obrigações assumidas que não justifiquem a aplicação de outra sanção prevista neste **CONTRATO**, que será formulada junto à determinação de adoção das medidas necessárias de correção;

- b) multa de até 0,1% (um décimo por cento) do valor do **CONTRATO**;
- c) declaração da caducidade da **CONCESSÃO**;
- d) suspensão temporária do direito de participação em licitações e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- e) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição e até que seja promovida a reabilitação da **CONCESSIONÁRIA** perante a Administração Pública Municipal, que será concedida sempre que forem ressarcidos os prejuízos resultantes à Administração e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

**39.2 O PODER CONCEDENTE**, na definição e dosimetria das penalidades correspondentes, observará os seguintes parâmetros, com vistas a assegurar a efetividade e a proporcionalidade da medida:

- a) a natureza e a gravidade da infração;
- b) os danos resultantes ao **CONTRATO**, à segurança pública, ao meio ambiente, aos **USUÁRIOS FINAIS** e ao **PODER CONCEDENTE**;
- c) a vantagem auferida pela **CONCESSIONÁRIA** em virtude da infração;
- d) as circunstâncias gerais agravantes e atenuantes, dentre as quais, a reincidência e a boa ou a má-fé da **CONCESSIONÁRIA**, na prática da infração;
- e) a situação econômico-financeira da **CONCESSIONÁRIA**, em especial a sua capacidade de honrar compromissos financeiros, gerar receitas e manter a execução deste **CONTRATO**;
- f) os antecedentes da **CONCESSIONÁRIA**;
- g) a proporcionalidade entre a gravidade da falta e a intensidade da sanção, inclusive quanto ao número de usuários atingidos e o prolongamento, no tempo, da situação que caracterizou a infração.

**39.3** Sem prejuízo das demais sanções de multa ou parâmetros para tais sanções estabelecidas neste **CONTRATO**, a **CONCESSIONÁRIA** se sujeitará às seguintes sanções pecuniárias:

**39.3.1** Por atraso na contratação ou renovação da **GARANTIA DE EXECUÇÃO**, multa, por dia de atraso, de 0,03% (três centésimos por cento) da receita líquida da **CONCESSIONÁRIA** no mês em que se der o início da ocorrência da infração;

**39.3.2** Por descumprimento das diretrizes técnicas previstas **PROJETO BÁSICO**, multa, por infração, de 0,2% (dois décimos por cento) da receita líquida da **CONCESSIONÁRIA** no mês de ocorrência da infração;

**39.3.3** Por atraso na contratação ou renovação dos seguros, multa, por dia de atraso, de 0,001% (um milésimo por cento) da receita líquida da **CONCESSIONÁRIA** no mês em que se der o início da ocorrência da infração;

**39.3.4** Por impedir ou obstar a fiscalização pelo **PODER CONCEDENTE**, multa, por infração, de 0,03% (três centésimos por cento) da receita líquida da **CONCESSIONÁRIA** no mês de ocorrência da infração;

**39.3.5** Pela suspensão injustificada dos **SERVIÇOS**, multa, por infração, de 0,1% (um décimo por cento) da receita líquida da **CONCESSIONÁRIA** no mês de ocorrência da infração;

**39.3.6** Pelo descumprimento por 2 (dois) anos consecutivos os indicadores de desempenho indicados no **ANEXO VII – Indicadores e Critérios de Aferição dos Padrões Mínimos de Qualidade e Desempenho da Concessão** do **EDITAL**, multa, por infração, correspondente a 0,001% (um milésimo por cento) da receita líquida da **CONCESSIONÁRIA** no mês de ocorrência da infração;

**39.3.7** Por descumprimento dos demais encargos da **CONCESSIONÁRIA**, não abrangidos nas alíneas anteriores, multa, por infração, correspondente a 0,01% (um centésimo por cento) da receita líquida da **CONCESSIONÁRIA** no mês de ocorrência da infração.

**39.4** O não pagamento de qualquer multa fixada pelo **PODER CONCEDENTE** implicará a incidência de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês pro rata die, até o limite máximo admitido em lei.

**39.4.1** As multas deverão ser recolhidas junto à Secretaria Municipal de Fazenda no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da notificação de cobrança pelo Poder Concedente, o que ocorrerá após o julgamento dos recursos interpostos ou após o decurso do prazo de recursos sem que a **CONCESSIONÁRIA** tenha exercido tal direito.

**39.4.2** Se, no prazo previsto no parágrafo anterior, não for feita a prova do recolhimento da multa, promover-se-ão as medidas necessárias ao seu desconto da garantia prestada, se caução em dinheiro, mediante despacho regular da autoridade contratante.

**39.4.3** O valor da multa aplicada também poderá ser pago quando do recebimento da fatura, se assim o requerer a **CONCESSIONÁRIA**.



**39.4.4** Nos casos em que o valor da multa venha ser descontado de caução, o valor desta deverá ser recomposto no prazo máximo de 5 (cinco) dias, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

**39.5** As multas previstas nesta Cláusula serão aplicadas sem prejuízo da caracterização das hipóteses de intervenção ou declaração de caducidade previstas no **CONTRATO**.

**39.6** O valor total das multas aplicadas a cada mês não poderá exceder a 50% do faturamento do exercício anterior, constante do balanço do último exercício social, correspondente à prestação dos **SERVIÇOS**.

**39.7** A aplicação de multas à **CONCESSIONÁRIA** não a isenta do dever de ressarcir os danos eventualmente causados ao **PODER CONCEDENTE**.

**39.8** Caso as infrações cometidas por negligência da **CONCESSIONÁRIA** importem a reincidência da aplicação de penalidades superiores ao limite previsto na cláusula 39.6, o **PODER CONCEDENTE** poderá intervir na **CONCESSÃO** ou declarar sua caducidade, na forma da lei.

**39.9** O simples pagamento da multa não eximirá a **CONCESSIONÁRIA** da obrigação de sanar a falha ou irregularidade a que deu origem.

**39.10** As importâncias pecuniárias resultantes da aplicação das multas previstas no **CONTRATO** reverterão ao Município de Santo André.

**39.11** As sanções previstas nesta cláusula podem cumular-se e não excluem a possibilidade de rescisão do contrato.

## **CLÁUSULA 40 – DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DE APLICAÇÃO DAS PENALIDADES**

**40.1** O processo de aplicação das sanções previstas neste **CONTRATO** terá início com a lavratura do auto de infração correspondente pelo **PODER CONCEDENTE**, por meio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, ou da **ENTIDADE REGULADORA**, contendo os detalhes da infração cometida e a indicação da sanção potencialmente aplicável.

**40.1.1** Lavrado o auto, a **CONCESSIONÁRIA** será intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, apresentar defesa prévia, salvo na hipótese de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, quando o prazo será de 10 (dez) dias, consoante o disposto no art. 87, § 2º e 3º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

**40.1.2** No mesmo prazo de que trata a subcláusula anterior, a **CONCESSIONÁRIA** deverá demonstrar a regularização da falha relacionada à infração imputada pelo **PODER CONCEDENTE**.

**40.2** Na fase de instrução, a **CONCESSIONÁRIA** pode requerer, fundamentadamente, diligência e perícia e pode juntar documentos e/ou pareceres e aduzir alegações referentes à matéria objeto do processo, cabendo ao **PODER CONCEDENTE** recusar provas ilícitas e/ou medidas impertinentes, desnecessárias ou protelatórias.

**40.3** Encerrada a instrução processual, o **PODER CONCEDENTE** decidirá sobre a aplicação da sanção, estando facultado à **CONCESSIONÁRIA** a interposição de recurso para o Secretário Municipal de Meio Ambiente, caso a decisão seja dada pela **ENTIDADE REGULADORA**, ou para o Prefeito Municipal, caso a decisão seja dada no âmbito da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato.

**40.3.1** Na hipótese da sanção de declaração de inidoneidade, caberá pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis, consoante previsto no art.109, III, da Lei Federal nº 8.666/1993.

**40.4** Após a decisão de eventual recurso interposto pela **CONCESSIONÁRIA** ou em caso de não interposição de recurso, o **PODER CONCEDENTE** emitirá, na hipótese de aplicação da penalidade de multa, documento de cobrança contra a **CONCESSIONÁRIA**, que deverá pagar o valor correspondente em até 05 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento da notificação.

**40.4.1** A falta de pagamento da multa no prazo estipulado importará a incidência automática de juros de mora vinculados à variação *pro rata* da taxa SELIC, a contar da data do respectivo vencimento até a data do efetivo pagamento, também sendo facultado ao **PODER CONCEDENTE** descontar o valor correspondente da **REMUNERAÇÃO MENSAL** da **CONCESSIONÁRIA**, sem prejuízo da execução da **GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**.

**40.4.2** As importâncias pecuniárias resultantes da aplicação das multas reverterão em favor do Tesouro Municipal.

**40.5** A aplicação das sanções previstas neste **CONTRATO** pelo descumprimento das obrigações da **CONCESSIONÁRIA** não se confunde com o mecanismo de pagamento fundado na sistemática de avaliação dos **FATORES DE QUALIDADE**, prevista neste **CONTRATO**.

**40.6** Independentemente dos direitos e princípios previstos neste **CONTRATO**, poderão ser tomadas medidas cautelares urgentes, desde que sejam observados os princípios da ampla defesa e do contraditório, que não se confundem com o procedimento de intervenção, nas seguintes

situações:

- a) risco de descontinuidade da prestação da **CONCESSÃO**;
- b) dano grave aos direitos dos usuários, à segurança pública ou ao meio ambiente;
- c) outras situações em que se verifique risco iminente, desde que motivadamente.

## **CAPÍTULO XV**

### **DOS MECANISMOS DE SOLUÇÃO AMIGÁVEL DE CONFLITOS**

#### **CLÁUSULA 41 - DA SOLUÇÃO AMIGÁVEL**

**41.1** Os conflitos e as controvérsias decorrentes do presente **CONTRATO**, ou com ele relacionados, poderão ser amigavelmente dirimidos pelas **PARTES**.

**41.2** Em caso de conflito ou controvérsia resultante dos direitos e obrigações contemplados neste **CONTRATO** ou de sua execução, inclusive aqueles relacionados à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, o objeto do conflito ou controvérsia será comunicado, por escrito, ao **PODER CONCEDENTE** ou à **CONCESSIONÁRIA**, conforme o caso, para que as **PARTES** possam, utilizando-se do princípio da boa-fé e envidando os melhores esforços para tal, realizar mediação prévia para buscar solucionar o conflito ou controvérsia existente.

**41.3** A notificação de que trata a subcláusula anterior deverá ser enviada pela parte interessada juntamente com todas as suas alegações referentes ao conflito ou controvérsia, devendo também estar acompanhada de uma sugestão para a solução do conflito ou controvérsia, ou de outra forma, caso esteja previsto no **CONTRATO**.

**41.4** Após o recebimento da notificação, caso não haja regulação de outra forma neste **CONTRATO**, a parte notificada terá um prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da notificação, para responder se concorda com a solução proposta.

**41.5** Caso a parte notificada concorde com a solução apresentada, as **PARTES**, em conjunto, darão por encerrado o conflito ou controvérsia e tomarão as medidas necessárias para implementar a medida acordada.

**41.6** Caso não concorde com a solução proposta, a **PARTE** notificada, no mesmo prazo acima estipulado, deverá apresentar à **PARTE** interessada os motivos pelos quais discorda da solução

sugerida, devendo, nessa hipótese, apresentar uma solução alternativa para o caso.

**41.7** No caso de discordância da parte notificada, deverá ser marcada uma reunião de mediação entre as **PARTES**, a fim de debater e solucionar o conflito ou a controvérsia em causa.

**41.8** Em qualquer das hipóteses, o conflito ou a controvérsia existente entre as **PARTES** deverá ser solucionado no prazo de até 30 (trinta) dias, prorrogáveis de comum acordo.

**41.9** Ultrapassado o prazo fixado sem que seja dirimida a questão conflituosa ou controversa, poderá ser instaurado procedimento de mediação ou dar-se-á início ao processo de arbitragem, na forma deste **CONTRATO**.

## **CLÁUSULA 42 - DA COMISSÃO DE MEDIAÇÃO**

**42.1** Para a solução de eventuais divergências de natureza técnica e/ou de natureza econômico-financeira durante a execução do **CONTRATO**, caso a solução da Cláusula acima não seja concretizada, será constituída uma **COMISSÃO DE MEDIAÇÃO**, na forma e com as competências previstas no presente **CONTRATO**.

**42.1.1.** O procedimento de mediação será instaurado, a pedido de quaisquer das **PARTES**, mediante comunicação escrita endereçada à outra **PARTE**, delimitando o objeto da controvérsia e indicando, desde logo, o seu representante na **COMISSÃO DE MEDIAÇÃO**.

**42.2** A **COMISSÃO DE MEDIAÇÃO** será competente para emitir pareceres fundamentados sobre questões submetidas pelo **PODER CONCEDENTE** ou pela **CONCESSIONÁRIA** relativas às divergências que venham a surgir quanto aos aspectos técnicos e aos aspectos econômico-financeiros da execução do **CONTRATO**.

**42.3** Em até 30 (trinta) dias após a solicitação ou comunicação para a constituição da **COMISSÃO DE MEDIAÇÃO**, o **PODER CONCEDENTE**, formalizará a constituição da Comissão, composta por 4 (quatro) membros, todos com conhecimentos aprofundados na matéria objeto da divergência e indicados por ocasião desta dada divergência, na forma desta cláusula.

**42.4** A Comissão de Mediação será composta da seguinte forma:

- a) 2 (dois) membros indicados pelo **PODER CONCEDENTE**, sendo um deles integrante do quadro permanente de servidores;
- b) 1 (um) membro pela **CONCESSIONÁRIA**;

c) 1 (um) membro, com comprovada especialização na matéria objeto da divergência, que será escolhido de comum acordo entre as **PARTES**, quando da ocorrência da divergência.

**42.4.1.** Os membros da **COMISSÃO DE MEDIAÇÃO** não poderão estar enquadrados em situações de impedimento e suspeição de juiz previstas no Código de Processo Civil, e deverão proceder com imparcialidade, independência, competência e discricção, aplicando-se, no que couber, o disposto no Capítulo III, da Lei Federal nº 9.307, de 23.9.96, que trata da arbitragem

**42.5** A parte requerente pela formação da **COMISSÃO DE MEDIAÇÃO** já indicará os seus membros no momento da própria solicitação e sugerirá 2 (dois) nomes para a posição de comum acordo.

**42.6** A outra parte responderá com a indicação de seus respectivos membros e a sugestão de outros 2 (dois) nomes para a vaga a ser preenchida de comum acordo.

**42.7** O procedimento para escolha da vaga a ser preenchida de comum acordo deverá ser concluído em até 5 (cinco) dias antes da formalização da constituição da **COMISSÃO DE MEDIAÇÃO** pelo **PODER CONCEDENTE**.

**42.8** A não indicação dos membros referidos na subcláusula 42.4 será considerada infração contratual e sancionada nos termos do **CONTRATO**.

**42.9** Caso a omissão na indicação decorra do **PODER CONCEDENTE**, será facultado à **CONCESSIONÁRIA** dirimir a questão pendente mediante Arbitragem, se possível, nos termos da cláusula 43.

**42.10** O procedimento para solução de divergências iniciar-se-á mediante a comunicação de solicitação de pronunciamento da **COMISSÃO DE MEDIAÇÃO** à outra parte, e será processado da seguinte forma:

**a)** no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da comunicação referida no item anterior, a parte reclamada apresentará as suas alegações relativamente à questão formulada.

**b)** o parecer da **COMISSÃO DE MEDIAÇÃO** será emitido em um prazo máximo de 30 (trinta) dias, admitida, excepcionalmente e de forma justificada eventual prorrogação, a contar da data do recebimento, pela **COMISSÃO DE MEDIAÇÃO**, das alegações apresentadas pela parte reclamada.

**c)** os pareceres da **COMISSÃO DE MEDIAÇÃO** serão considerados aprovados se contarem com o voto favorável da maioria de seus membros.



d) o membro indicado pela **CONCESSIONÁRIA** e o membro escolhido em comum acordo entre as Partes terão direito a um voto, cada um.

e) os membros indicados pelo **PODER CONCEDENTE** terão, em conjunto, direito a um voto, pelo que deverão compor, entre si, eventuais divergências antes de proferimento do voto único.

**42.11** Toda a divergência suscitada deverá ser encaminhada à **COMISSÃO DE MEDIAÇÃO** juntamente com cópia de todos os documentos necessários para a solução da demanda.

**42.12** Todas as despesas necessárias ao funcionamento da **COMISSÃO DE MEDIAÇÃO** serão arcadas pela **CONCESSIONÁRIA**, com exceção da remuneração eventualmente devida aos membros indicados pelo **PODER CONCEDENTE**.

**42.13** A submissão de qualquer questão à **COMISSÃO DE MEDIAÇÃO** não exonera a **CONCESSIONÁRIA** de dar integral cumprimento às suas obrigações contratuais e às determinações do **PODER CONCEDENTE**.

**42.14** Caso aceita pelas **PARTES**, a solução amigável proposta pela **COMISSÃO DE MEDIAÇÃO** poderá ser incorporada ao **CONTRATO** mediante assinatura de termo aditivo, quando pertinente e observados os procedimentos cabíveis.

**42.15** A comissão será dissolvida quando o relatório for emitido.

**42.16** Quando o assunto alvo da comissão exigir apreciação do gestor, a comissão só será extinta após a referida apreciação.

**42.17** A mediação será considerada prejudicada se a solução amigável não for apresentada pela **COMISSÃO DE MEDIAÇÃO**, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar do pedido de instauração do procedimento ou se a parte se recusar a participar do procedimento, não indicando seu representante no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

**42.18** A proposta de solução não será vinculante para as **PARTES**, que poderão optar por submeter a controvérsia ao juízo arbitral ou ao Poder Judiciário, conforme o caso.

## **CLÁUSULA 43 - DA ARBITRAGEM**

**43.1** As partes contratantes poderão submeter à arbitragem todo e qualquer conflito de interesses que decorra da execução deste **CONTRATO** ou de quaisquer contratos, documentos, anexos ou acordo a ele relacionados ou dele decorrentes, especialmente:

- a) reconhecimento do direito e determinação do montante respectivo da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, em favor de qualquer das partes, em todas as situações previstas no **CONTRATO**;
- b) reconhecimento de hipóteses de inadimplemento contratual de qualquer das partes;
- c) cálculo e aplicação do reajuste, da revisão ordinária, ou da revisão extraordinária da **REMUNERAÇÃO**;
- d) valor e critérios para apuração da indenização no caso de extinção contratual; e
- e) Inconformismo de quaisquer das **PARTES** com a decisão da **COMISSÃO DE MEDIAÇÃO**.

**43.2** As partes, em comum acordo, e mediante fato devidamente justificado, poderão afastar a presente cláusula arbitral.

**43.3** A instauração do procedimento arbitral não desonera as partes de cumprirem suas obrigações contratuais.

**43.4** A arbitragem será instaurada e administrada pela **[INSERIR NOME DA CÂMARA DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO]**, segundo as regras previstas no seu regulamento vigente na data em que a arbitragem for iniciada.

**43.5** Em caso de extinção da **[INSERIR NOME DA CÂMARA DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO]** será eleita outra câmara, de notório reconhecimento, para o processamento da arbitragem.

**43.6** O arbitral observará o Regulamento da **[INSERIR NOME DA CÂMARA DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO]**, bem como o disposto na Lei Federal nº 9.307/1996, e subsequentes alterações, assim como as disposições constantes deste CONTRATO, da Lei Federal nº 8.987/1995; da Lei Federal nº 9.074/1995 e da Lei Federal nº 8.666/1993.

**43.7** O Tribunal Arbitral será composto de 03 (três) árbitros, sendo que a **CONCESSIONÁRIA** e o **PODER CONCEDENTE** poderão indicar 01 (um) árbitro cada, os quais, conjuntamente, indicarão o terceiro árbitro, que atuará como presidente do Tribunal Arbitral.

**43.8** Caso os árbitros nomeados não cheguem a uma decisão consensual sobre o nome do terceiro árbitro, este será nomeado pelo Presidente da **[INSERIR NOME DA CÂMARA DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO]**, dentre os nomes constantes da lista árbitros, de acordo com o Regulamento da Câmara.

**43.9** Caso seja necessária a obtenção de medidas coercitivas, cautelares ou de urgência, antes ou

depois da constituição do tribunal arbitral, as partes poderão requerê-las diretamente ao competente órgão do Poder Judiciário.

**43.10** Caso as medidas referidas nesta Cláusula se façam necessárias no curso do procedimento arbitral, deverão ser requeridas e apreciadas pelo Tribunal Arbitral que, por sua vez, poderá solicitá-las ao competente órgão do Poder Judiciário, se as entender necessárias.

**43.11** Os árbitros deverão, cumulativamente, ser profissionais vinculados a instituições especializadas em arbitragem e possuir comprovada experiência na questão que será discutida no processo arbitral.

**43.12** A parte vencida no procedimento de arbitragem arcará com todos os custos do procedimento, incluindo os honorários dos árbitros, excluídos apenas eventuais honorários advocatícios contratuais.

**43.13** As custas serão adiantadas pela parte que suscitar a instauração do procedimento arbitral, incluindo o adiantamento de percentual dos honorários devidos aos árbitros.

**43.14** Os custos e encargos referentes a eventuais providências tomadas no procedimento arbitral recairão sobre a parte que solicitou a referida providência, sendo compartilhados pelas partes quando a providência for requerida pelo Tribunal Arbitral.

**43.15** A sentença arbitral será considerada como decisão final em relação à controvérsia entre as partes, irrecorrível e vinculante entre elas.

**43.16.** Será competente o foro da Comarca de Santo André, Estado de São Paulo, para dirimir qualquer controvérsia não sujeita à arbitragem nos termos do **CONTRATO**, assim como para apreciar as medidas judiciais previstas nas Cláusulas 43.9 e 43.10, ou eventual ação de execução da sentença arbitral.

**43.1** As decisões do Tribunal Arbitral serão definitivas para o impasse e vincularão as **PARTES**.

## **CAPÍTULO XVI**

### **DA INTERVENÇÃO**

#### **CLÁUSULA 44 - DA INTERVENÇÃO**

**44.1** O **PODER CONCEDENTE** poderá intervir na **CONCESSÃO**, a fim de assegurar a

adequação da prestação dos **SERVIÇOS**, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes, nos termos do artigo 32 e seguintes da Lei Federal nº 8.987/1995.

**44.2** Quando não justificarem a caducidade da **CONCESSÃO**, são situações que autorizam a decretação da intervenção pelo **PODER CONCEDENTE**, a seu critério e à vista do interesse público, sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes:

a) paralisação injustificada dos **SERVIÇOS** fora das hipóteses admitidas neste **CONTRATO** e sem a apresentação de razões aptas a justificá-las;

b) desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de má-administração que coloque em risco a continuidade da **CONCESSÃO**;

c) inadequações, insuficiências ou deficiências graves e reiteradas dos **SERVIÇOS**, **OBRAS** e demais atividades objeto da **CONCESSÃO**, caracterizadas pelo não atendimento sistemático dos **FATORES DE QUALIDADE** previstos neste **CONTRATO**;

d) omissão na prestação de contas ao **PODER CONCEDENTE** ou oferecimento de óbice à atividade fiscalizatória.

**44.3** Verificando-se qualquer situação que possa dar lugar à intervenção, o **PODER CONCEDENTE** deverá notificar a **CONCESSIONÁRIA** para, no prazo que lhe for fixado, que não poderá ser inferior a 15 (quinze) dias para sanar as irregularidades indicadas.

**44.4** Decorrido o prazo fixado sem que a **CONCESSIONÁRIA** sane as irregularidades ou tome providências que, a critério do **PODER CONCEDENTE**, demonstrem o efetivo propósito de saná-las, este poderá propor a decretação da intervenção.

**44.5** Antes de decretar a intervenção, o **PODER CONCEDENTE** terá o prazo de 30 (trinta) dias para instaurar processo administrativo, visando identificar se a medida é razoável e proporcional para sanar, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**44.6** Após finalizar o processo administrativo previsto na cláusula anterior, e concluindo pela necessidade da medida, o **PODER CONCEDENTE** decretará a intervenção, e no prazo de 30 (trinta) dias, instaurará procedimento administrativo, que deverá estar concluído no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de invalidade, para comprovar as causas determinantes da intervenção e apurar as respectivas responsabilidades, assegurado à **CONCESSIONÁRIA** amplo direito de defesa.

44.7 A decretação da intervenção levará ao imediato afastamento dos administradores da **CONCESSIONÁRIA**, e não afetará o curso regular dos negócios da **CONCESSIONÁRIA**, tampouco seu normal funcionamento.

44.8 Não será decretada a intervenção quando, a juízo do **PODER CONCEDENTE**, ela for considerada inócua, injustamente benéfica à **CONCESSIONÁRIA** ou desnecessária.

44.9 A intervenção far-se-á por decreto do **PODER CONCEDENTE**, devidamente publicado, que conterà, dentre outras informações pertinentes:

- a) o prazo, observando-se o limite máximo de 180 (cento e oitenta) dias;
- b) os objetivos e os limites da intervenção; e
- c) o nome e a qualificação do interventor.

44.9.1 Será declarada a nulidade da intervenção se ficar comprovado que o **PODER CONCEDENTE** não observou os pressupostos legais e regulamentares, ou os princípios da Administração Pública, devendo a **CONCESSÃO** ser imediatamente devolvida à **CONCESSIONÁRIA**, sem prejuízo do seu direito a eventual indenização.

44.9.2 Cessada a intervenção, se não for extinta a **CONCESSÃO**, o objeto do **CONTRATO** voltará a ser de responsabilidade da **CONCESSIONÁRIA**.

44.9.3 As receitas realizadas durante o período de intervenção, resultantes da **REMUNERAÇÃO** devida à **CONCESSIONÁRIA** e/ou das **RECEITAS ACESSÓRIAS** serão utilizadas para cobertura dos encargos previstos para o cumprimento do objeto da **CONCESSÃO**, incluindo-se os encargos com seguros e garantias, encargos decorrentes de financiamento e o ressarcimento dos custos de administração.

44.10 O eventual saldo remanescente da **REMUNERAÇÃO MENSAL** ou das **RECEITAS ACESSÓRIAS**, finda a intervenção, será entregue à **CONCESSIONÁRIA**, a não ser que seja extinta a **CONCESSÃO**, quando serão aplicadas as hipóteses do capítulo a seguir.

## CAPÍTULO XVII

### DA EXTINÇÃO DA CONCESSÃO

#### CLÁUSULA 45 - DOS CASOS DE EXTINÇÃO



**45.1 A CONCESSÃO** considerar-se-á extinta, observadas as normas legais específicas, quando ocorrer:

- a) o término do prazo contratual;
- b) a encampação;
- c) a caducidade;
- d) a rescisão;
- e) a anulação; e
- f) a falência ou extinção da **CONCESSIONÁRIA**.

**45.2** Extinta a **CONCESSÃO**, retornam para o **PODER CONCEDENTE** todos os **BENS REVERSÍVEIS**, direitos e privilégios vinculados à **CONCESSIONÁRIA**, incluindo-se aqueles a ela transferidos pelo **PODER CONCEDENTE**, ou por ela adquiridos, no âmbito da **CONCESSÃO**.

**45.3** Extinta a **CONCESSÃO**, haverá a imediata assunção do objeto do **CONTRATO** pelo **PODER CONCEDENTE**, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e liquidações necessários, bem como a ocupação das instalações e a utilização, pelo **PODER CONCEDENTE**, de todos os **BENS REVERSÍVEIS**.

**45.4** Extinto o **CONTRATO** antes do seu termo, o **PODER CONCEDENTE**, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, poderá:

- a) ocupar, temporariamente, bens móveis e imóveis e valer-se de pessoal empregado na prestação das atividades consideradas imprescindíveis à continuidade da **CONCESSÃO**;
- b) manter os contratos firmados pela **CONCESSIONÁRIA** com terceiros pelo prazo e condições inicialmente ajustados, respondendo os terceiros pelos prejuízos decorrentes do não cumprimento das obrigações assumidas.

**45.5** Em qualquer hipótese de extinção da **CONCESSÃO**, o **PODER CONCEDENTE** assumirá direta ou indireta e imediatamente, a operação da **CONCESSÃO**, para garantir sua continuidade e regularidade.

## **CLÁUSULA 46 - DO TÉRMINO DO PRAZO CONTRATUAL**

**46.1** A **CONCESSÃO** extingue-se quando se verificar o término do prazo de sua duração, também se extinguindo, por consequência, as relações contratuais entre as **PARTES**, com exceção daquelas

expressamente previstas neste **CONTRATO**.

**46.1.1** Quando do advento do termo contratual, e ressalvadas as hipóteses expressamente previstas neste **CONTRATO**, a **CONCESSIONÁRIA** será responsável pelo encerramento de quaisquer contratos inerentes à **CONCESSÃO** e celebrados com terceiros, segundo as regras para cálculo e pagamento dos valores residuais, nos termos da legislação vigente, assumindo todos os ônus daí resultantes.

**46.2** Até 06 (seis) meses antes da data do término de vigência contratual, o **PODER CONCEDENTE** estabelecerá, em conjunto e com a cooperação da **CONCESSIONÁRIA**, programa de desmobilização operacional, a fim de definir as regras e procedimentos para a assunção da operação pelo **PODER CONCEDENTE**, ou por terceiro autorizado.

**46.2.1** Em igual período ao descrito no *caput* deverão as **PARTES** promover análise econômico-financeira do **CONTRATO**, de modo (a) a se aferir o levantamento mais amplo e retroativo possível dos elementos físicos constituintes da infraestrutura de bens reversíveis e dos dados financeiros, contábeis e comerciais relativos à prestação dos **SERVIÇOS**, em dimensão necessária e suficiente para a realização do cálculo de eventual indenização relativa aos investimentos ainda não amortizados pelas receitas emergentes da **CONCESSÃO**, e (b) promover a celebração de acordo entre o **PODER CONCEDENTE** e a **CONCESSIONÁRIA** sobre os critérios e a forma de indenização de eventuais créditos remanescentes de investimentos ainda não amortizados ou depreciados.

**46.2.2** A eventual indenização devida à **CONCESSIONÁRIA** será equivalente à encampação, calculada pelos mesmos critérios descritos na Cláusula 47 deste **CONTRATO**.

## **CLÁUSULA 47 - DA ENCAMPAÇÃO**

**47.1** O **PODER CONCEDENTE** poderá, durante a vigência do **CONTRATO**, promover a retomada da **CONCESSÃO**, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento, à **CONCESSIONÁRIA**, de indenização. A indenização devida à **CONCESSIONÁRIA** em caso de encampação cobrirá:

- a) as parcelas dos investimentos vinculados aos **BENS REVERSÍVEIS** e ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados para o cumprimento deste **CONTRATO**;
- b) todos os encargos e ônus decorrentes de multas, rescisões e indenizações que se fizerem devidas

- a fornecedores, **FINANCIADORES**, contratados e terceiros em geral, inclusive honorários advocatícios, em decorrência do consequente rompimento dos respectivos vínculos contratuais; e
- c) todas as despesas causadas pela encampação, bem como os custos de rescisão antecipada dos contratos celebrados pela **CONCESSIONÁRIA** para a execução dos **SERVIÇOS**; e
- d) lucros cessantes.

**47.1.1** O cálculo do valor da indenização dos **BENS REVERSÍVEIS** não amortizados será feito com base no valor econômico-financeiro, apurado segundo a legislação aplicável e as regras contábeis pertinentes, desconsiderados os efeitos de eventual reavaliação de ativos, salvo quando essa tiver sido feita com autorização expressa e sem ressalvas nesse sentido do **PODER CONCEDENTE**.

**47.1.2** As multas, indenizações e quaisquer outros valores devidos pela **CONCESSIONÁRIA** ao **PODER CONCEDENTE** serão descontados da indenização previstas para o caso de encampação.

## **CLÁUSULA 48 - DA CADUCIDADE**

**48.1** Além dos casos enumerados pela Lei Federal nº 8.987/1995 e dos demais casos previstos neste **CONTRATO**, e sem prejuízo da aplicação das demais penalidades aplicáveis, como a multa, o **PODER CONCEDENTE** poderá promover a decretação da caducidade da **CONCESSÃO** nas seguintes hipóteses:

- a) quando os **SERVIÇOS** estiverem sendo reiteradamente prestados ou executados de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, **FATORES DE QUALIDADE** e demais parâmetros definidos no **CONTRATO** e seus **ANEXOS**;
- b) quando a **CONCESSIONÁRIA** descumprir reiteradamente cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à **CONCESSÃO**;
- c) quando ocorrer desvio da **CONCESSIONÁRIA** de seu objeto social;
- d) quando houver atrasos relevantes no cumprimento dos cronogramas, iguais ou superiores a 12 (doze) meses, que levem à deterioração significativa e generalizada na qualidade dos **SERVIÇOS** prestados;
- e) quando houver alteração do controle acionário da **CONCESSIONÁRIA**, sem prévia e expressa

aprovação do **PODER CONCEDENTE**, consoante o disposto neste **CONTRATO**;

f) quando a **CONCESSIONÁRIA** paralisar os **SERVIÇOS** ou concorrer para tanto, perder ou comprometer as condições econômicas, financeiras, técnicas ou operacionais necessárias à consecução adequada do objeto da **CONCESSÃO**;

g) quando a **CONCESSIONÁRIA** descumprir a obrigação de contratar e manter em plena vigência as apólices de seguro, nos termos deste **CONTRATO**;

h) quando a **CONCESSIONÁRIA** não cumprir as penalidades impostas por infrações, nos devidos prazos, incluindo o pagamento das multas;

i) quando a **CONCESSIONÁRIA** não atender à intimação do **PODER CONCEDENTE** no sentido de regularizar a prestação dos **SERVIÇOS** objeto da **CONCESSÃO**;

j) quando a **CONCESSIONÁRIA** for condenada em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais;

k) quando a **CONCESSIONÁRIA** ou suas controladoras forem declaradas inidôneas por entes públicos.

**48.2** A decretação da caducidade da **CONCESSÃO** deverá ser precedida de verificação da inadimplência da **CONCESSIONÁRIA** em processo administrativo, assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

**48.3** Não será instaurado processo administrativo de inadimplência antes de comunicados à **CONCESSIONÁRIA**, detalhadamente, os descumprimentos contratuais referidos na subcláusula anterior, dando-se um prazo razoável, nunca inferior a 15 (quinze) dias úteis, para se corrigirem as falhas e transgressões apontadas e para o enquadramento nos termos contratuais.

**48.4** Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por decreto, independentemente de indenização prévia, calculada no decurso do processo.

**48.4.1** A decretação da caducidade não acarretará para o **PODER CONCEDENTE** qualquer espécie de responsabilidade em relação a ônus, encargos, obrigações ou compromissos com terceiros assumidos pela **CONCESSIONÁRIA**, notadamente em relação a obrigações de natureza trabalhista, tributária e previdenciária.

**48.4.2** Decretada a caducidade, a indenização à **CONCESSIONÁRIA** devida pelo **PODER CONCEDENTE** ficará limitada às parcelas dos investimentos vinculados aos **BENS REVERSÍVEIS**, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a

continuidade e atualidade do serviço, descontado o valor das multas contratuais e dos danos causados pela **CONCESSIONÁRIA**.

#### **CLÁUSULA 49 - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**49.1** Este **CONTRATO** poderá ser rescindido por iniciativa da **CONCESSIONÁRIA**, no caso de descumprimento pelo **PODER CONCEDENTE** de suas obrigações, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim, nos termos do artigo 39 da Lei Federal nº 8.987/1995.

**49.2** Os **SERVIÇOS** não poderão ser interrompidos ou paralisados até o trânsito em julgado da sentença que decretar a rescisão do **CONTRATO**.

**49.3** A indenização devida à **CONCESSIONÁRIA**, no caso de rescisão judicial, será equivalente à encampação, calculada pelos mesmos critérios descritos na Cláusula 47 deste **CONTRATO**, podendo ser paga diretamente aos **FINANCIADORES** da **CONCESSIONÁRIA**.

#### **CLÁUSULA 50 - DA ANULAÇÃO DO CONTRATO**

**50.1** O **CONTRATO** poderá ser anulado por decisão judicial, na hipótese de ocorrência de ilegalidade que caracterize vício insanável.

**50.2** A indenização devida à **CONCESSIONÁRIA**, no caso de anulação do **CONTRATO**, será calculada na forma da Cláusula 49 deste **CONTRATO**.

**50.3** A indenização não será devida se a **CONCESSIONÁRIA** tiver concorrido para a ilegalidade e nos casos em que a ilegalidade lhe for imputada de forma exclusiva, caso em que a indenização a ela devida será apurada nos termos deste **CONTRATO**.

#### **CLÁUSULA 51 - DA FALÊNCIA OU DA EXTINÇÃO DA CONCESSIONÁRIA**

**51.1** Na hipótese de extinção do **CONTRATO** por falência ou extinção da **CONCESSIONÁRIA**, a indenização ficará limitada ao valor das parcelas dos investimentos vinculados a **BENS REVERSÍVEIS**, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido, descontado o valor das multas contratuais e dos danos eventualmente causados pela **CONCESSIONÁRIA**.

**51.2** O **PODER CONCEDENTE** poderá, no prazo máximo de 12 (doze) meses a contar da



extinção do **CONTRATO**, promover nova licitação do serviço concedido, atribuindo à vencedora o ônus do pagamento direto da indenização cabível aos **FINANCIADORES** da antiga **CONCESSIONÁRIA**.

**51.3** Não poderá ser procedida a partilha do respectivo patrimônio social da **CONCESSIONÁRIA** falida sem que o **PODER CONCEDENTE** ateste, mediante auto de vistoria, o estado em que se encontram os **BENS REVERSÍVEIS**, e sem que se efetue o pagamento das quantias devidas ao **PODER CONCEDENTE**, a título de indenização ou a qualquer outro título.

## **CAPÍTULO XVIII**

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

#### **CLÁUSULA 52 - DO ACORDO COMPLETO**

**52.1** A **CONCESSIONÁRIA** declara que o **CONTRATO** e os seus **ANEXOS** constituem a totalidade dos acordos que regulam a **CONCESSÃO**.

#### **CLÁUSULA 53 - DAS COMUNICAÇÕES**

**53.1** As comunicações entre as **PARTES** serão efetuadas por escrito e remetidas sob protocolo.

**53.2** Considerar-se-ão, para efeitos de remessa das comunicações, na forma desta Cláusula, os endereços oficiais das **PARTES**.

**53.3** Qualquer das **PARTES** poderá modificar o endereço mediante simples comunicação por escrito à outra.

#### **CLÁUSULA 54 - DA CONTAGEM DOS PRAZOS**

**54.1** Na contagem dos prazos a que alude este **CONTRATO**, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia do vencimento, e se considerarão os dias corridos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

**54.2** Os prazos só iniciam ou terminam a sua contagem em dias de normal expediente da Prefeitura Municipal de Santo André.

**54.3** Na ocorrência de **CASO FORTUITO**, força maior ou fato do príncipe, os prazos fixados neste **CONTRATO** ficarão suspensos exclusivamente em relação às obrigações diretamente afetadas pelo evento extraordinário, recomeçando a contagem logo assim que cessarem os seus efeitos, aplicando-se o previsto no **CONTRATO** para estas hipóteses.

## **CLÁUSULA 55 - DO EXERCÍCIO DE DIREITOS**

**55.1** Se qualquer uma das **PARTES** permitir, mesmo por omissão, o descumprimento, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas ou condições deste **CONTRATO** e de seus **ANEXOS**, tal fato não poderá liberar, desonerar ou, de qualquer modo afetar ou prejudicar tais cláusulas ou condições, as quais permanecerão inalteradas, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

**55.1.1** Em qualquer hipótese, não estará configurada novação ou mesmo renúncia a direitos, tampouco defeso o exercício posterior destes.

## **CLÁUSULA 56 - DA INVALIDADE PARCIAL E INDEPENDÊNCIA ENTRE AS CLÁUSULAS DO CONTRATO**

**56.1** Sempre que possível cada disposição deste **CONTRATO** deverá ser interpretada de modo a se tornar válida e eficaz à luz da lei aplicável.

**56.2** Caso alguma das disposições deste **CONTRATO** seja considerada ilícita, inválida, nula ou inexecutável por decisão judicial, ela deverá ser julgada separadamente do restante do **CONTRATO** e substituída por disposição lícita e similar, que reflita as intenções originais das **PARTES**, observando-se os limites da lei.

**56.2.1** Todas as demais disposições continuarão em pleno vigor e efeito, não sendo prejudicadas ou invalidadas.

## **CLÁUSULA 57 - DA PUBLICAÇÃO E REGISTRO DO CONTRATO**

**57.1** O **PODER CONCEDENTE** providenciará a publicação resumida deste **CONTRATO**, na imprensa oficial, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei Federal nº 8.666/93.

## **CLÁUSULA 58 - DO FORO**

**58.1** Fica eleito o foro da Comarca de Santo André, Estado de São Paulo, para dirimir qualquer controvérsia entre as **PARTES** decorrentes do **CONTRATO** que não esteja sujeita ao procedimento arbitral, bem como para a execução da sentença arbitral e atendimento de questões urgentes.

**58.2** E por assim estarem de pleno acordo com as disposições e condições do presente **CONTRATO**, as **PARTES** o assinam em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas, que também o assinam, para que se produzam seus efeitos legais e jurídicos.

Santo André, \_\_\_\_, de \_\_\_\_\_, de \_\_\_\_\_

PODER CONCEDENTE

CONCESSIONÁRIA

TESTEMUNHAS:

- 1.
- 2.



**fipe**  
Fundação Instituto de  
Pesquisas Econômicas

**semasa**  
SERVIÇOS INTELIGENTES  
SANTO ANDRÉ SUSTENTÁVEL



PREFEITURA DE  
**SANTO ANDRÉ**